

T306.852

PER

est

**MIGUEL ANGELO PERONDI**

**AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DE SITIANTES  
NO OESTE DE MINAS GERAIS E DE COLONOS NO  
SUDOESTE DO PARANÁ.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de "Mestre".

Orientador

Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

LAVRAS  
MINAS GERAIS - BRASIL  
1999

**CENTRO de DOCUMENTAÇÃO  
CEDOC/DAE/UFLA**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da UFLA**

**Perondi, Miguel Angelo**

As estratégias de reprodução de sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná / Miguel Angelo Perondi. – Lavras : UFLA, 1999.  
166 p. : il.

**Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.**

**Dissertação ( Mestrado) – UFLA.**

**Bibliografia.**

1. Estratégia. 2. Reprodução. 3. Agricultura familiar. 4. Organização. 5. Sucessão familiar. 6. Patrimônio. 7. Pluriatividade. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-301

-306.852

-630.68

MIGUEL ANGELO PERONDI

AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DE SITIANTES NO OESTE  
DE MINAS GERAIS E DE COLONOS NO SUDOESTE DO PARANÁ.

Dissertação apresentada à Universidade Federal  
de Lavras, como parte das exigências do Curso  
de Mestrado em Administração Rural, área de  
concentração em Administração Rural e  
Desenvolvimento, para obtenção do título de  
"Mestre".

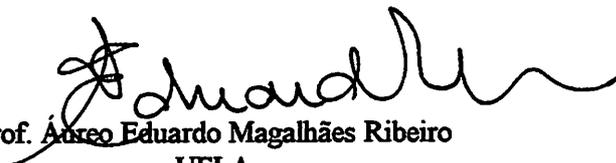
Aprovada em 02 de julho de 1999.

Prof. Zander Navarro

UFRGS

Prof. Jovino de Amâncio de Moura e Filho

UFLA

  
Prof. André Eduardo Magalhães Ribeiro  
UFLA  
(orientador)

LAVRAS  
MINAS GERAIS - BRASIL

Aos meus pais Izidio e Jacinta,

eternos amantes dos sonhos de seus filhos.

A Norma, amante, co-autora e solidária amiga, que ao lado sempre esteve, sem hesitar na confiança em seu companheiro.

**DEDICO**

## AGRADECIMENTOS

Ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), pelo apoio para a realização deste curso, em especial aos colegas da Unidade de Pato Branco pela liberação e respaldo.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), pelas condições de estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro.

Ao professor Eduardo pela orientação, amizade e pronta disponibilidade para o trabalho, fonte de inspiração e motivação profissional. Ao professor Zander Navarro, pela esmerada participação. Também ao professor Jovino A. Moura Filho, pela perspicaz leitura e atentas sugestões. Ao professor Juvêncio, pela poética iniciação metodológica.

Aos professores e funcionários do Departamento de Administração e Economia que confiaram no meu exercício cotidiano de vida, em todo seu valor.

Aos sitiantes de Santa Luzia, em especial aos que me adotaram e iniciaram num mundo familiar de trabalho e arte. Aos colonos de São Pedro que revelaram o meu próprio passado. Também a todos os monitores, funcionários e alunos da Casa Familiar Rural de Capanema pelo apoio e convívio.

À Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços Ltda. (COOPERIGUAÇU), em especial ao Christophe pelas sugestões e indicações.

A todos os amigos, pela amizade e solicitude que tornaram a vivência de Lavras uma bela experiência, especialmente a Luís, Flavia, Joci, Ivanir, Giovana, Eduardo, Toninho, Iraziet, Jaqueline, Júlio, Rosana, Eduardo Nobre, Lu, Lilian, Marina, Helder, Denis, Valquíria e demais integrantes do projeto Padre Justino que me adotaram como um dos seus.

# SUMÁRIO

|  | <b>Página</b> |
|--|---------------|
| RESUMO.....  | i             |
| ABSTRACT.....  | ii            |
| INTRODUÇÃO.....  | 01            |
| <b>CAPÍTULO 1: As estratégias de reprodução da agricultura familiar.....</b> | <b>03</b>     |
| 1.1 Aspectos teóricos.....   | 03            |
| 1.2 Delineamento dos objetivos e hipótese.....                               | 15            |
| 1.3 Procedimentos metodológicos.....   | 15            |
| 1.4 Local da pesquisa, forma de entrada e retorno.....                       | 17            |
| <b>CAPÍTULO 2: Santa Luzia, a luz dos olhos.....</b>                         | <b>20</b>     |
| 2.1 Paisagem.....  | 20            |
| 2.2 História local.....  | 30            |
| 2.3 Sistema de produção.....   | 36            |
| 2.4 Família.....   | 40            |
| 2.5 Sucessão.....  | 48            |
| 2.6 Patrimônio.....  | 53            |
| 2.7 Pluriatividade.....  | 60            |
| <b>CAPÍTULO 3: As chaves de São Pedro.....</b>                               | <b>70</b>     |
| 3.1 Paisagem.....  | 70            |
| 3.2 História local.....  | 81            |
| 3.3 Sistema de produção.....   | 88            |
| 3.4 Família.....   | 96            |
| 3.5 Sucessão.....  | 102           |
| 3.6 Patrimônio.....  | 109           |
| 3.7 Pluriatividade.....  | 115           |
| <b>CAPÍTULO 4: A gramática dos casos.....</b>                                | <b>123</b>    |
| 4.1 Um ambiente antrópico.....   | 123           |
| 4.2 A sociabilidade e o acesso a cidad(e)(ania).....                         | 124           |
| 4.3 A organização familiar.....  | 129           |
| 4.4 O sucessor dos herdeiros e o herdeiro sucessor.....                      | 133           |
| 4.5 As condições do crescimento patrimonial.....                             | 137           |
| 4.6 A pluriatividade familiar.....   | 140           |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>144</b>    |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                       | <b>149</b>    |
| <b>ANEXOS.....</b>   | <b>157</b>    |

## RESUMO

PERONDI, Miguel Angelo. **As estratégias de reprodução de sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos no Sudoeste do Paraná.** Lavras: UFLA, 1999. 166p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural)\*

Este estudo procura analisar as estratégias de reprodução dos agricultores familiares, através das evidências semelhantes encontradas em duas comunidades rurais. Os processos produtivos e reprodutivos são simultâneos, e a contínua reconversão de parte da produção em novos meios recria as condições sociais e culturais da existência do agricultor. O esforço reprodutivo se revela quando se observa como é organizado o trabalho em família, como fazem seu sucessor, como ocorre o crescimento patrimonial e como conquistam novas atividades agrícolas e não agrícolas que estabeleçam uma melhor situação financeira. O trabalho se inicia apresentando o referencial teórico e metodológico usado para analisar o problema estudado. Depois são descritas duas comunidades rurais: uma no Oeste de Minas Gerais e outra no Sudoeste do Paraná. E, por fim, são analisadas as estratégias de reprodução que aparecem em ambos os casos. Percebeu-se uma dinâmica divisão do trabalho familiar, mas fixa quanto à relevância econômica da atividade e condicionada pelo critério homem/dinheiro e mulher/sustento. Foi similar o modo como preparam o seu sucessor, e como se utilizaram da aquisição de terra para ajustar a herança. A poupança se apresentou na forma de gado para os sitiantes, sendo que, historicamente, o suíno teve o mesmo papel para os colonos. A migração e a pluriatividade apareceram como instrumentos fundamentais do crescimento patrimonial de jovens adultos. Também, em ambos os casos, apareceu a figura do negociante rural sendo executado por um membro da comunidade. Portanto, as estratégias de reprodução se mostraram semelhantes ao desenvolvimento da unidade de exploração familiar, resultado de conflitos e alianças, pressões internas e externas, que agiram sobre si, num esforço de auto-exploração e auto-reprodução.

---

\* Orientador: Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro - UFLA

## ABSTRACT

**PERONDI, Miguel Angelo. The reproductive strategies in the Minas Gerais' Western farmers and the Paraná's Southwestern farmers. Lavras: UFLA, 1999. 166p. (Dissertation - Master in Rural Administration)\***

This study aims to analyze the reproductive strategies of family farmers, through similar evidences found in two rural communities. The productive and reproductive processes are simultaneous, and the continuous reuse of a part of the product to obtain new means of production, recreate the social and cultural conditions for the existence of the farmers. The reproductive effort is revealed when one observes how the family work is organized, how they do the succession, how they increase the patrimony, and how they conquest new agricultural and non agricultural activities for improving their financial situation. In this work we begin presenting the theory and methodology used to analyze the study subject. Afterwards two rural communities are described: one in Minas Gerais' Western part and other in Paraná's Southwestern. Finally, the reproductive strategies appearing in both cases are analyzed. It was noticed that the family labor division is dynamically, but fixed by the economic relevance of the activity, according to the criteria money/men and support/woman. Similar to the way they prepare their successor and how they use the land acquisition to adjust of the inheritance. The savings are represented by the cattle for the "sitiantes" and the historical equivalent are the pigs for the "colonos". The migration and pluriactivity appear as fundamental instruments for increasing the patrimony of young adults. In both cases there appeared the figure of the rural businessman played by a member of the community. Therefore, the reproductive strategies showed to be similar for the development of the family exploitation unit, when conflict and alliances, internal and external pressures, act on itself, in an effort of self exploitation and self reproduction.

---

\* Adviser: Dr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro - UFLA

## INTRODUÇÃO

A década de 1990 consolidou o conceito de agricultura familiar nas ciências sociais do Brasil, sendo que a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) significou o reconhecimento oficial desse público na política agrícola nacional. No campo acadêmico existe um constante esforço em desvendar o objeto da "exploração familiar" junto ao associativismo, crédito, produção e mercado. [Mas poucos trabalhos conjugam tais relações com a reprodução da agricultura familiar.

O pressuposto deste trabalho é de que existem questões singulares aos agricultores familiares, de acordo com seu ambiente e contexto histórico. Mas também, similaridades, em que um grupo de sitiantes mineiros e outro de colonos paranaenses, apesar de distantes uns dos outros, organizam-se em princípios únicos, capazes de explicar as suas estratégias de reprodução.]

Este trabalho é organizado em quatro capítulos que exploram os temas: (a) organização do trabalho familiar; (b) o aspecto sucessório; (c) a dinâmica da formação do patrimônio; e (d) a pluriatividade no meio rural.

O primeiro capítulo procura organizar o assunto. Define o objeto de análise, problematiza a reprodução familiar e a concepção de estratégia, teoriza os diferentes temas propostos, faz a objetivação e hipótese de estudo, esclarece a proposição metodológica e, finalmente, localiza as áreas do trabalho de campo.

O segundo e o terceiro capítulos descrevem e analisam o cenário de duas comunidades rurais. Inicialmente é explorada a paisagem, a história e o sistema de produção; a seguir são descritas as estratégias de organização do trabalho familiar, dos padrões sucessórios, do desenvolvimento patrimonial e das alternativas de renda externa e não agrícolas encontradas em seus atores.

O quarto capítulo analisa as estratégias similares de reprodução

encontradas nos dois casos. A caracterização de tais estratégias surge quando são abandonadas as diferenças específicas advindas do ambiente e da história local, partindo-se em busca das semelhanças. Por fim, são apresentadas as considerações finais, em que ocorre um esforço em sintetizar as principais estratégias de reprodução da agricultura familiar apreendidas neste estudo.

É importante salientar que este trabalho esteve receptivo às evidências encontradas a campo, sendo esta uma das condições básicas da metodologia empregada. Neste aspecto, escreveu Malinowski (1984: 22):

*“... Se um homem parte numa expedição decidido a provar certas hipóteses e é incapaz de mudar seus pontos de vista constantemente, abandonando-os sem hesitar ante a pressão da evidência, sem dúvida seu trabalho será inútil (...) As idéias preconcebidas são perniciosas a qualquer estudo científico; a capacidade de levantar problemas, no entanto, constitui uma das maiores virtudes do cientista - esses problemas são revelados ao observador através de seus estudos teóricos”.*

O trabalho segue um enredo próprio e orgânico, em que, às vezes, os atores subvertem a ordem da curiosidade, como neste diálogo:

*“A - Então teu trabalho é formar um livro sobre nós?*

*P - Só que não é desses livros feitos pra vender. É pra faculdade.*

*A - E depois vai ser um grande escritor, né?*

*P - Só que eu estou escrevendo sobre a verdade daquilo que eu estou vendo, não sei se os outros vão gostar...*

*A - Igual então a uns artistas sertanejos, às vezes o cara é popular, mas não ganha dinheiro, porque canta o que os outros não gostam de ouvir!”*

[(P) Pesquisador entrevistado pelo (A) agricultor]

Assim se apresenta este trabalho, como uma música camponesa, que não está na moda do discurso da economia globalizada, mas que, entretanto, procura retratar parte do nosso mundo rural, majoritariamente presente.

# 1. CAPÍTULO: As estratégias de reprodução da agricultura familiar

## 1.1 Aspectos Teóricos

### → a) O sujeito de estudo

[ Os sujeitos deste estudo são agricultores que trabalham em família, decidem suas ações e podem recorrer a assalariados de forma complementar. Eles possuem, ou não, uma propriedade territorial, e dela criam o seu usufruto. São famílias que herdaram, ou conquistaram, o direito de trabalhar na terra, e procuram reproduzir - sempre que possível - as mesmas condições sociais de crescimento patrimonial que tiveram os seus pais.]

Esses agricultores se caracterizam, portanto, por deter os seus meios de produção ao mesmo tempo que trabalham diretamente no estabelecimento rural, sendo definidos por muitos autores e instituições como: “agricultores familiares”<sup>1</sup>. Um conceito que abrange muitas categorias sociais, inclusive a do campesinato, uma conceituação política da pequena produção familiar rural (Martins, 1990).

Alguns autores, inclusive marxistas <sup>2</sup>, vêem o camponês como uma categoria em potencial dissolução e diferenciação em proprietários e proletários. Entretanto, essa “descamponesação” da agricultura não pôde ser completamente confirmada, e assim, como no passado, os camponeses e sua descendência são na virada do século XXI a maioria da humanidade.

[Shanin (1996: 54) define o campesinato num “tipo geral” que inclui 4 facetas interdependentes: (1) “a roça da família camponesa como a unidade multidimensional básica da organização social”, onde a família é a base do trabalho, que se compõe numa unidade autárquica em torno da roça; (2) “o trato da terra como principal meio de vida”, onde os ciclos sazonais influenciam a

---

<sup>1</sup> Veiga (1991), Abramovay (1992), Lamarche (1993) e FAO/INCRA (1995).

<sup>2</sup> Kautsky (1972) e Lênin (1979).

vida da família e os acontecimentos familiares refletem-se na dinâmica da lavoura; (3) “*padrões culturais específicos ligados ao modo de vida de uma pequena comunidade / vizinhança rural*”, dentro da qual a maior parte das necessidades camponesas de vida e reprodução social pode ser atendida; e (4) “*a posição de subalterno*”, o domínio do campesinato por elementos de fora que subordinam culturalmente e exploram economicamente através de impostos, arrendamento, corvéia, juros e relações comerciais desfavoráveis.]

É importante salientar que as palavras “camponês” e “campesinato” são recentes no vocabulário brasileiro e foram importadas politicamente pelas “esquerdas”, para dar conta das lutas políticas do Brasil nos anos cinquenta. O camponês brasileiro possui denominações próprias e regionais, como: caipira (SP, MG, GO, PR e MS), caiçara (litoral paulista), tabaréu (Nordeste) e caboclo (Sul). Sua origem social remonta ao período colonial, onde era excluído da herança quem fosse bastardo, mestiço e não primogênito do fazendeiro. Este último era uma medida legal de preservação do patrimônio, conhecida por morgadio, e que só foi extinta no Império, em 1835 (Martins, 1990).

[Esse nosso camponês, por motivos de expropriação do direito à terra, não é enraizado, mas migrante. Sendo que os próprios camponeses proprietários do Sul trazem uma história de migrações e deslocamentos desde a Serra Gaúcha até o Oeste do Paraná, seguindo para o Mato Grosso e Rondônia. Tanto o deslocamento do posseiro, quanto o do pequeno proprietário, são determinados pelos interesses do capital sobre a terra, ou pelo esgotamento da sua fertilidade.]

Segundo Veiga (1991), Abramovay (1992) e Wanderley (1996) nos países centrais o campesinato foi transformado, tanto em sua forma de produzir quanto em suas relações sociais, num novo contexto de reprodução integrado ao capital, onde a produção familiar continuou sendo a base do seu desenvolvimento.

Entretanto, tal integração preserva a continuidade do campesinato quando usa para a reprodução os recursos de que dispõe no estabelecimento familiar e que aprendeu a dominar ao longo do tempo, seja a terra, o trabalho ou a família.

Para Chayanov(1974); Kautsky(1972), Wolf(1976) e Woortmann(1990 a), “terra, trabalho e família” se interpenetram e não podem ser consideradas em separado. Pensar em trabalho é pensar em terra e família; pensar em troca é pensar que elas ocorrem entre pais de família, enquanto pessoas morais, e não indivíduos. Elas são categorias que ordenam o mundo rural.

Atendo-se a tais categorias: “conhecer a lógica específica das estratégias que as famílias empregam para produzir e se reproduzir é o problema fundamental a ser estudado” (Bourdieu, 1990: 81). Assim, para pensar sobre como são criadas e perpetuadas as unidades de produção familiar, é necessário que se compreenda a lógica da produção camponesa, pois no cerne de suas características fundamentais repousa a natureza e a dinâmica de um estabelecimento familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. A essência de tal unidade não reside apenas no parentesco, mas para Shanin (1996), no seu “modus operandi”, manifestação da trajetória de articulação e lógica específicas, que podem levar à sua reprodução.

#### → b) A reprodução da agricultura familiar

Para compreender o processo de reprodução é preciso observar que, desde a perspectiva marxista, os processos produtivo e reprodutivo são simultâneos, em que “...*todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução*” (Marx, 1989: 659). Assim, [a reprodução não é apenas material e produtiva, mas também cultural, social e ideológica.]

[As sociedades não se reproduzem apenas por produzirem um excedente material, mas também porque reproduzem as condições sociais específicas da sua

existência. Um camponês que provê uma contínua reconversão de parte de seus produtos em meios de produção, cria no seu processo e no dos seus pares as condições de reproduzir toda uma sociedade camponesa.]

[Segundo Chayanov (1974), a reprodução camponesa se baseia na relação de equilíbrio entre produção e consumo. Esse equilíbrio não é fixo, dependerá da quantidade de trabalho e varia conforme o tamanho da família. Qualquer unidade doméstica de exploração tem um limite natural de produção, determinado pela proporção entre a intensidade de trabalho e as necessidades do grupo familiar.

A relação de equilíbrio entre consumidores e produtores se altera ao longo do ciclo de desenvolvimento da família, resultando em estratégias compensatórias dessa variação.} Garcia Júnior (1989), no estudo com sítiantes nordestinos, também reconheceu o equilíbrio consumo-família como um fator determinante das estratégias, expresso na presença de crianças, mulheres e idosos, que regulam a auto-exploração. Mas também viu nas estruturas sociais um delimitador do cálculo da auto-exploração, reconhecendo um valor nas relações sociais que famílias estabelecem para sua reprodução. Segundo o mesmo autor, as variações nas estratégias em relação à trajetória dos produtores na agricultura está relacionado as influências de um setor sobre o outro: entre o senhor de engenho e lavradores, entre dominantes e dominados, num processo de transformação social.

Tavares dos Santos (1984) agregou outros elementos à construção cognitiva de Chayanov, demonstrando que entre os colonos do vinho a variação doméstica não explica totalmente o desempenho econômico. Há um nível de exploração da qual eles se protegem intensificando o trabalho, reduzindo o consumo e dispersando a família, via assalariamento externo.

[Almeida (1986) faz uma análise confluyente entre Garcia Júnior<sup>3</sup> e Tavares dos Santos, percebendo que o nível de renda decrescente poderia ser a causa da redução do tamanho familiar e não seu efeito. A família não sofre passivamente essas conseqüências demográficas e, agindo sobre si própria, utiliza estratégias como a maximização do número de filhos e a migração precoce, combinadas à intensificação do trabalho.] Dessa forma “ *a família se autoproduz, em face de restrições que não pode controlar.* ” (Almeida, 1986: 74).

Para Chayanov (1974) os camponeses conseguem se ajustar ao grau ótimo de auto-exploração do trabalho familiar se tiverem uma situação de liberdade de terra e de meios de produção. Essas condições de reprodução seriam viáveis com a existência de fronteiras agrícolas abertas, ou num momento de expansão técnica, como foi nos anos 1970, no Cerrado brasileiro.

Mas a terra, para os camponeses quase sempre é limitada, segundo Garcia Júnior (1989), Boserup (1987), Cândido (1987) e Martins (1990), e sua taxa de exploração é progressiva, segundo Tavares dos Santos (1984) e Martins (1990). Portanto, existe um decrescente rendimento e uma crescente intensidade do esforço per capita, o que impede pensar em reprodução somente em função dos fatores internos da família. Por isso, em consonância com Wolf (1976), Tavares dos Santos (1984), Almeida (1986), Garcia Júnior (1989) e Cáceres (1995), a reprodução social da agricultura familiar assume simultaneamente uma dinâmica interna e um movimento governado por relações no plano externo ao grupo doméstico. Tais movimentos procuram manter, repor e transmitir o patrimônio e o capital social de uma geração a outra, renovando a sociedade e seus membros.

Segundo Putnam (1996: 177), capital social são: “*as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas*”.

---

<sup>3</sup> Almeida teve acesso à versão de 1983 do trabalho de Garcia Júnior.

Almeida (1996) ainda cita uma série de atitudes que são tomadas pela unidade de exploração familiar para se proteger das forças externas (exploração e restrição fundiária), tais como variar a intensidade do trabalho, o ciclo e a divisão de trabalho recrutando/expulsando membros na qualidade de parentes ou empregados e ampliando ou restringindo o consumo.

Essas variações são alternativas que regem a reprodução da agricultura familiar. Entretanto, o conhecimento dessas regras ainda é insuficiente, pois são regras de um jogo, e o que importa são as estratégias do jogo. Segundo Bourdieu (1990), as estratégias são produto do senso prático e o bom jogador faz uma invenção permanente, adaptando-se a situações indefinidamente variadas, nunca idênticas. Percebe-se assim que as estratégias não são produto da obediência à regra, mas do sentido do jogo. As regras dão o valor das cartas, e levam o jogador a escolher o melhor lance possível, considerando as cartas que têm.

#### ➤ c) As estratégias de reprodução da agricultura familiar

##### c.1) Organização do trabalho em família

⎓ O trabalho é a categoria central da unidade familiar, não sendo, portanto, caracterizada pelo fenômeno social dos salários. ⎓ E segundo Chayanov (1981:139), tais sistemas econômicos não capitalistas são: *“determinados por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho.”*

Na realidade a “microeconomia do comportamento camponês”<sup>4</sup> vem do balanço de: maximizar a renda, minimizar o risco e a penosidade do trabalho.

Mas a explicação do ambiente que permite funcionar o equilíbrio entre trabalho e consumo ocorre nos estudos sobre o modo de produção camponês do

---

<sup>4</sup> Esta expressão entre aspas constitui o título do terceiro capítulo de Abramovay (1992).

economista polonês Jerzy Tepicht, que percebe o trabalho familiar como uma composição de forças "plenas e marginais":

*"Força plena" é o homem adulto em "idade produtiva", com possibilidade alternativa no mercado de trabalho e empregado na atividade principal do empreendimento, e a "força marginal" é representada pelo trabalho de crianças, idosos e mulheres, consideradas "não transferíveis". (Woortmann, 1995: 35)*

Isto explica o menor custo e a viabilidade econômica de certas atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar quando ficam a cargo das "forças marginais". Essa repartição entre as forças de trabalho corresponde à composição doméstica por sexo e idade.

[Sobre as relações de gênero na organização do trabalho, existe o trabalho de Moura (1979) com os sitiantes do Sul de Minas Gerais, onde identificou que a atividade do negócio é exclusivamente masculina.] Também, Garcia Junior (1989), observou nos sitiantes do Nordeste que os elementos principais estão todos na esfera masculina, sendo eles que controlam as decisões sobre a produção da unidade doméstica e os meios de fazer face ao consumo (feira). À mulher - mãe de família - cabem as decisões da casa, a reprodução das condições sociais de consumo. Elas são responsáveis pelo plantio no roçado, da horta e pela criação de pequenos animais que dotam a unidade doméstica de instrumentos de reserva e acumulação na esfera feminina.]

Tepicht também descreve a família encapsulada em duas faces: o coletivismo interno da família ("eu" subordinado ao "nós") e o individualismo externo (que a opõe aos outros). Esse encapsulamento é atribuído à expansão da economia de mercado, que restringe cada vez mais o patrimônio familiar e acentua a subordinação do destino pessoal de cada um ao interesse da família. Um indicador do declínio da economia familiar é o esfacelamento desse "coletivismo interno", o conflito, que culmina com a emigração do(s) herdeiro(s).

[ A família é a figura central para compreender a produção camponesa, sendo a herança e sucessão alvos das estratégias matrimoniais que procuram fazer seu ajustamento populacional. ] Entretanto, as unidades de produção familiar ainda fornecem outros contingentes de excedentes que formam a base social dos processos migratórios e dos conflitos fundiários.

### c.2) Os padrões sucessórios

Estudos sobre processos sucessórios, como Antonialli (1995), Garay (1996) e Abramovay et al. (1997), sugerem a existência de três fases na sucessão: (a) a sucessão profissional, isto é, a passagem do poder de utilização do patrimônio para a próxima geração; (b) a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; e (c) a aposentadoria efetiva, quando cessa o trabalho e o poder da atual geração sobre os ativos que compõem a propriedade.

Entretanto, os problemas de sucessão são mais crônicos do que um bom planejamento poderia suprir. Eles estão na base da origem social dos próprios pequenos agricultores familiares descapitalizados do Brasil, os quais, segundo Martins (1990), foram excluídos e empobrecidos desde o morgadio durante o período colonial, quando os não herdeiros se tornaram agregados do herdeiro.

Mas [ a extinção do morgadio pelo Império não impediu a invenção de mecanismos que preservassem o patrimônio da família. Assim, houve estímulo aos casamentos intrafamiliares, terras em comum etc., de forma que a população rural de cada região do país buscou ajustar os limites e direitos de cada herdeiro. ]

No Sul colonial do Brasil, segundo Tavares dos Santos (1984), Seyferth (1995), Woortmann (1995) e Pappas (1987 & 1992), prevaleceu a instituição do minorato, uma forma de transmissão do patrimônio à margem da lei, e que protege a unidade fundiária expulsando sistematicamente da casa paterna o filho mais velho quando se casa o mais novo e, assim até que nela permaneça o

ultimogênito: “... a quem cabe a terra paterna e a sustentação moral e material dos pais” (Martins, 1984: XIV).

No caso estudado por Moura (1978), localizado no Sul de Minas Gerais, prevaleceu um padrão sucessório mais sutil, com a passagem da herança dentro de uma mesma geração associada à morte do dono (não somente no sentido legal). A partilha da terra é resolvida com um “acerto” dentro de regras incrustadas na própria história camponesa, que fazem perpetuar a maioria do patrimônio da família num único sucessor. Portanto, apesar de todos serem herdeiros, haverá apenas um sucessor da família, personificado no receptor da casa dos pais.

Assim, o princípio da herança indivisa tende a permanecer no campo, e se expressa em cada região do país, de acordo com a conjuntura histórica e econômica apresentada. Tais mecanismos de preservação do patrimônio e da família originam inúmeras tensões familiares que impedem a reprodução social do indivíduo, que deverá representar a instituição de um produtor familiar.

O dilema sucessório consiste em negar a sua reprodução como um indivíduo em favor de uma instituição. Isto é cada vez mais difícil, quando são introduzidos no universo da comunidade e da família os projetos individuais dos filhos, em oposição ao projeto coletivo da família. Assim os filhos, crescentemente, deixam de se casar segundo as práticas tradicionais de aliança e de reprodução do patrimônio (Woortmann, 1990).

Portanto, um dos fatores de permanência do campesinato através da história, que é o coletivismo interno, parece estar em choque com projetos individuais que emergem no fim do século XX. A migração muda de significado, passando de uma ação estruturante (saída do excluído), para uma desestruturante (saída do sucessor), e o trânsito da família liberta para o indivíduo livre pode representar a dissolução da ordem moral<sup>5</sup> e, para alguns, a proletarianização.

<sup>5</sup> Aplicar o Código Civil no acerto de herança seria imoral numa comunidade rural.

### → c.3) A formação do patrimônio

Segundo Chayanov (1974), existe uma estreita relação entre o tamanho da família e o volume da atividade econômica, incluindo a agrícola. E o processo de crescimento e distribuição da família por tamanho e idade determina, em grande medida, a distribuição das unidades econômicas por área semeada e quantidade de gado. Em países onde prevalece a propriedade privada da terra, parte-se para o uso de meios reguladores, como o arrendamento de terra, sua compra e venda. E ainda, quando a herança não pode ser dividida - como no Sul da Alemanha - ocorrem variações no assalariamento e êxodo rural, conforme a pressão do desenvolvimento biológico da família.

Garcia Junior (1989) aprofundou essa análise chayanoviana com os migrantes nordestinos, para perceber que eles conquistavam a condição camponesa graças a uma passagem temporária pelo mercado de trabalho urbano do Sudeste brasileiro. Uma importante contribuição do autor para essa discussão está na descrição das trajetórias ascendentes na economia familiar dos sítiantes nordestinos em agricultura, criação e negócio. O negócio não é algo externo à própria atividade agrícola. O dinheiro com que se negocia é o mesmo que se investe ou se obtém da agricultura. O mesmo ocorre com a criação de gado, que preenche a função de reserva e acumulação para a agricultura e o negócio. Assim, a agricultura, negócio e criação constituem o tripé da economia daqueles pequenos agricultores familiares.

O enfoque de Afrânio Garcia Júnior é usado por Ribeiro (1992) num estudo localizado na Zona da Mata de Minas Gerais para compreender a reprodução camponesa através da dinâmica da multiplicação do patrimônio a partir de pouco, ou quase nada. O estudo concluiu que as riquezas surgem das atividades marginais, com negócios e vendas, mas não da produção de mantimentos. Para aumentar o patrimônio, os lavradores se utilizam de métodos

como migração, negócios, parcerias e criação de gado. A migração temporária é uma alternativa para o começo de vida e a formação do jovem, e houve épocas em que a única alternativa era a parceria<sup>6</sup>. Entretanto, os lavradores sempre estão envolvidos com os negócios e o gado; o que lhes gera uma renda adicional sobre a circulação anual da lavoura. O negócio é também uma forma de sociabilidade; seu lidar fornece um maior conhecimento de mercados, preços e oportunidades.

Conclui o autor que o patrimônio pode materializar-se de quatro formas: (1) compra de bens materiais negociáveis (carros e equipamentos); (2) na forma de gado; (3) compra de herança da família (a baixo preço); e (4) compra de terras de pessoas de fora da família (a preço de mercado).

#### → c.4) Pluriatividade e migração

Segundo Kautsky (1972), os agricultores tornaram-se exclusivamente agrícolas desde a revolução industrial, que retirou grande parte da atividade artesanal do camponês, restringindo-o ao espaço agrícola. Entretanto, a busca por rendimentos alternativos nunca foi abandonada, e assim como os camponeses russos do início do século, os agricultores familiares se utilizam de atividades não agrícolas como um mecanismo viabilizador do seu equilíbrio econômico.

*"Ao não encontrar emprego na unidade de exploração, a mão-de-obra da família se volta para o artesanato, comércio e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família que não estavam supridas com o ingresso da unidade de produção." (Chayanov, 1974:101).*

A agricultura familiar possui uma capacidade de combinar atividades agrícolas com outras não agrícolas, além de poder buscar alguma receita fora do estabelecimento produtivo. Essa plasticidade é decorrente da característica da

---

<sup>6</sup> A parceria é uma relação estável de exploração de terra e tempo de trabalho sobranete. Para o proprietário, a parceria faz uma sobra daquilo que ele já tem, e assim produz renda adicional. (Ribeiro, 1992: 92)

atividade agropecuária, onde o tempo necessário em trabalho é menor que o tempo efetivo da produção, o que permite exercer outra função além da atividade agrícola] e que autores como Kageyama (1998) e Graziano da Silva (1999) vêm chamando de pluriatividade.

Segundo Kageyama (1998), a pluriatividade possui sua unidade de análise na família, e contribui para compreender o arranjo das atividades agrícolas e não agrícolas, externas e internas à unidade de produção rural, que é a sua condição. Entretanto, o termo “trabalho em tempo parcial” retrata a iniciativa do chefe da família, e serve para perceber a dicotomização individual do trabalho entre campo e cidade, entre agrícola e não agrícola.

Batista (1997) salienta que as principais causas da pluriatividade são a necessidade de fatores de produção (como terra e capital) e a desocupação da força de trabalho. E estes elementos são relativos à estratégia de sobrevivência do grupo doméstico e da reprodução dos ativos na exploração agrícola.

No Brasil, Seyferth (1985) e Sacco dos Anjos (1995) descrevem um agricultor familiar que faz uso de ações não agrícolas para se reproduzir. Essa opção torna menos dramática a disputa pela terra no âmbito de cada família rural, existindo, assim, a possibilidade do excluído da herança ser assalariado urbano e, ao mesmo tempo, agricultor de uma pequena parcela partilhada.

[Woortmann (1990 b) afirma que o sitiante é também um negociante e, enquanto migrante, também um assalariado.] Diferentemente dos colonos descritos por Seyferth e Sacco dos Anjos, cuja fábrica migra para onde eles estão, no Nordeste, pelas descrições de Garcia Júnior (1989) e Woortmann (1995), é o agricultor familiar que migra para onde o emprego está. Assim, ao longo das migrações, o agricultor dissolve a dicotomia rural-urbana, unificando em sua experiência de vida as experiências da cidade e do campo.

## **1.2 Delineamento dos Objetivos e Hipótese**

[O objetivo geral deste trabalho está em analisar as estratégias de reprodução da agricultura familiar, através do estudo de problemas similares a duas comunidades rurais.]

[Secundariamente se pretende analisar: (1) como os agricultores familiares se organizam para o trabalho; (2) seu padrão sucessório por comunidade; (3) seus mecanismos de crescimento patrimonial e (4), a pluriatividade familiar.]

[Este estudo parte da hipótese de que uma comunidade rural no Sudoeste do Paraná e outra no Oeste de Minas Gerais, distantes geográfica e culturalmente, possuem aspectos similares capazes de explicar as suas estratégias de reprodução como agricultores familiares, apesar das diferenças que apresentem.]

## **1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

[Para poder captar a complexidade da dinâmica em que vive a agricultura familiar, este trabalho optou pela pesquisa qualitativa, única capaz de reconstruir sociologicamente os processos sociais, considerando a realidade como um todo e incorporando a perspectiva histórica dos processos.<sup>7</sup>]

Essa metodologia gera uma situação onde se encontram frente a frente o observador e o observado, convivendo em moradia e pesquisa no próprio ambiente destes. E assim como descreveram Serva e Jaime Jr. (1995), o que em princípio parecia ser um objeto de estudo passou a ser visto, a cada momento, como sujeitos que interagiam no projeto deste trabalho.

---

<sup>7</sup> Tavares dos Santos (1984); Campomar (1991); Godoy (1995); Triviños (1995) e Alencar (1998).

[ Este estudo de caso então utiliza a história de vida dos sujeitos do seu estudo, numa postura “participativa”<sup>8</sup>, sendo que para a pesquisa de campo se fez uso de entrevistas semi-estruturadas<sup>9</sup>. ]

[ A pesquisa foi revelada aos agricultores, sendo gravadas as entrevistas somente com a devida aprovação. Cada entrevista durou em média 3 horas, algumas somente anotadas no caderno de campo, para evitar constrangimentos. ]

Procurou-se vivenciar, nas comunidades, todos os seus acontecimentos essenciais e acidentais. (A investigação seguiu alguns dos princípios metodológicos de Malinowski (1978), tais como: (1) ter um objetivo científico e conhecimento dos critérios da pesquisa qualitativa; (2) assegurar boas condições de trabalho, o que significou, “viver”<sup>10</sup> entre os habitantes do lugar; (3) aplicar certos métodos de coleta e registro das evidências, e quando algo de importante acontecer, investigar imediatamente para detalhar o ocorrido com os sujeitos. ]

É importante observar que o registro de impressões foi feito desde o início da coleta, porque certos fatos que impressionavam enquanto eram novidade, facilmente poderiam deixar de ser notados à medida que se tornassem familiares. Assim, permaneceu-se no campo por duas semanas em cada incursão, intercalada com estudo e sistematização dos resultados (na cidade), mantendo com isto as condições de estranhamento do lugar, sem no entanto alienar-se.

( Quanto ao uso de equipamentos, foram necessários para a pesquisa de campo: (a) gravador em microcassete - o registro falado - usado para gravar as falas e opiniões próprias; (b) máquina fotográfica - o registro visual - usado em filmes negativos e positivos para demonstrar as impressões sobre o ambiente, as

---

<sup>8</sup> “Postura participativa”, aqui, significa estar no ambiente que está sendo observado e receber sugestões sobre o projeto, diretamente dos seus interlocutores, sem no entanto perder o poder decisório sobre a definição do problema de pesquisa.

<sup>9</sup> Os roteiros utilizados podem ser visualizados no Anexo B1 deste trabalho.

<sup>10</sup> Convivência no ambiente estudado até que os objetivos do estudo sejam alcançados.

famílias e a comunidade; e (c) caderno de campo - o registro escrito - usado para anotar as entrevistas e também formular um relatório diário da experiência vivida naquela comunidade em que se encontrava. Entretanto, assim como Malinowski (1978), às vezes deixou-se de lado a máquina fotográfica, lápis e caderno para participar pessoalmente do que acontecia.

#### → 1.4 Local de Pesquisa, Forma de Entrada e Retorno

{ A escolha das comunidades foi feita por ocasião de contatos estabelecidos com alguns dos seus agricultores em determinadas oportunidades, sendo que influíram na escolha: o atendimento às finalidades do estudo de caso proposto, a conveniência do acesso e a oportunidade de ficar hospedado no próprio lugar. }

{ A comunidade rural de Santa Luzia, no município de Formiga - Oeste de Minas Gerais - foi escolhida por ter o autor a conhecido em uma experiência anterior, junto à disciplina de Extensão Rural da UFLA<sup>11</sup>. A comunidade existe há, no mínimo, cinco gerações, sendo caracterizada por um ambiente delimitado, com solo naturalmente pouco fértil e ocorrência de secas sazonais.

{ A comunidade de São Pedro, município de Capanema - Sudoeste do Paraná - foi escolhida pela coincidência de tê-la acompanhado em outra pesquisa sobre “estratégias de comercialização agrícola”<sup>12</sup>. A comunidade existe há, no máximo, três gerações, sendo caracterizada por um ambiente generoso em fertilidade natural e distribuição das chuvas.

{ Em ambas as comunidades predomina a produção familiar, e igualmente podem ser definidas como “bairro rural” (Cândido, 1987), por apresentarem elementos que o caracterizam, (ou seja: (1) há uma sociedade da capela com atividades lúdico religiosas; (2) a população é de situação social semelhante; (3)

---

<sup>11</sup> Disciplina ministrada no ano de 1997 pela antropóloga Flávia M. Galizoni.

<sup>12</sup> Pesquisa de campo realizada em 1998 para a dissertação de Kiyota (1999).

ocorre vizinhança com parentesco; e (4) as pessoas se auto-identificam como membros do lugar. A presença de todas essas características são fundamentais para validar um estudo de multicasos.]

A forma de entrada na comunidade foi tratada com o cuidado de não ser vinculada a alguma agência de desenvolvimento, o que poderia viesar o diálogo com o agricultores.

Foram feitos recortes em subgrupos de moradores (9 famílias em média por subgrupo), que obedeceram a designações criadas segundo critérios locais, sendo chamados de “linhas”<sup>13</sup> em São Pedro (PR) e “setores”<sup>14</sup> em Santa Luzia (MG). Tais subgrupos preencheram o requisito fundamental da vizinhança, para perceber o arranjo no uso e domínio dos recursos entre parentes e compadres.

Estabeleceram-se assim, no mínimo, quatro incursões a campo, sendo as três primeiras visitas realizadas no ano de 1998 e a última no ano de 1999. De início, a visita serviu como uma pesquisa exploratória, útil para definir os municípios e as comunidades em que haveria o estudo.

A seguir, no sentido de conhecer as comunidades rurais, estabeleceram-se algumas pré-entrevistas, e a partir delas se pôde definir quais subgrupos seriam pesquisados. Neste item, porém, é importante frisar que houve a utilização de um critério seletivo para as entrevistas. No caso se optou pelos extremos, ou seja, uma família grande e outra pequena, “forte” e “fraca”, nova e idosa, recente e antiga, chefiada por mulher e outra por homem.]

---

<sup>13</sup> As aspas indicam termos locais, e identificam um grupo de moradores interligados por uma estrada. Segundo Waibel (1949: 197), nos povoados do Sul do Brasil as propriedades eram dispostas ao longo de certas linhas, oriundas de picadas abertas pelos pioneiros na mata original, que logo serviriam de estrada.

<sup>14</sup> A comunidade foi subdividida em setores pelos padres católicos, por entender que esses agrupamentos fortaleceriam as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e a novena de famílias.

Somente num terceiro momento é que ocorreram as entrevistas definitivas, que envolveram de forma sistemática a totalidade das famílias de, no mínimo, dois subgrupos por comunidade.

[Depois de concluída, procurou-se retornar a pesquisa para aqueles agricultores. A melhor solução encontrada foi a realização de seminários para (e nas) comunidades rurais pesquisadas, apresentando resultados da pesquisa.] Este momento também se revelou um espaço de validação de algumas das informações apreendidas nas entrevistas individuais. E é importante salientar que a fotografia em papel e slides foi uma das formas concretas de retorno que melhor estabeleceu cumplicidade com o público pesquisado, mostrando ser um importante instrumento de comunicação e um ato simbólico de entendimento recíproco.

## 2. CAPÍTULO - Santa Luzia, a luz dos olhos.

O sertão de Tamanduá se escondia em veredas, isolando a gente e preso a um cotidiano de lazer. Deles não se esperavam minérios, mas os mineiros deles se nutriam. Seus produtos não eram nobres, mas serviam de delícias à nobreza. Naquele sertão só vendiam e compravam a subsistência, reuniam em grandes feiras as suas migalhas e naquele somar - de folhas de fumo e porcos - formavam um formigueiro que sem perceber nutriu uma grande Formiga.

### 2.1 Paisagem

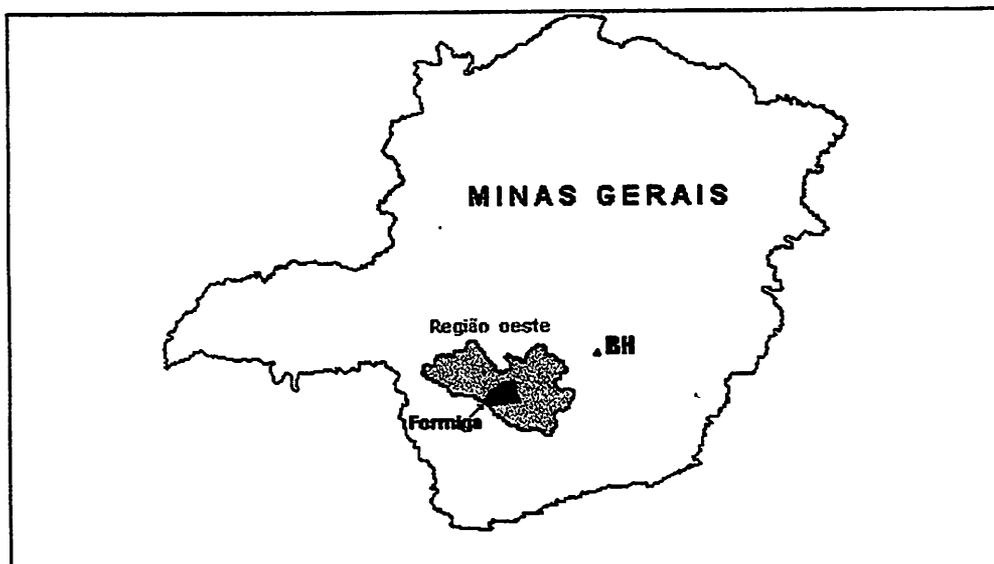
#### a) Localização

[ O município de Formiga situa-se na fronteira entre as regiões Sudoeste e Oeste do Estado de Minas Gerais (Figura 1) ] É uma região de nascentes, por isso entremeada de várzeas e montanhas, entre as bacias do rio São Francisco e do rio Grande, onde o lago da Hidrelétrica de Fumas abarcou muitas áreas agrícolas similares às deste estudo. O clima é tropical de média altitude, com estações bem definidas entre secas e águas, apresentando pouca pluviosidade no inverno, atingido um extremo de baixa umidade nos meses de agosto e setembro, e outro, de alta umidade, em dezembro.

[ Santa Luzia é uma comunidade rural desse município e é assim denominada devido ao nome de sua capela que abrange aproximadamente oitenta e uma famílias, distribuídas em seis setores. ]

[ Esses setores seguem os antigos contornos da comunidade, sendo eles: Pouso Alegre - setor 1, com quinze famílias que estão entre o riacho (Córrego do Atalho) e os Vigilatos; Pouso Alegre - setor 2, com onze famílias que estão entre a usina e a Igreja; Pouso Alegre - setor 3, com vinte e duas famílias do riacho até a lagoa; Barreira, vinte e uma famílias localizadas nas encostas que vertem as águas de Pouso Alegre; Vigilatos, doze famílias estabelecidas até o Rio Pouso ]

Alegre; e Córrego do Atalho<sup>15</sup>, local a beira dos trilhos de trem com dez famílias.



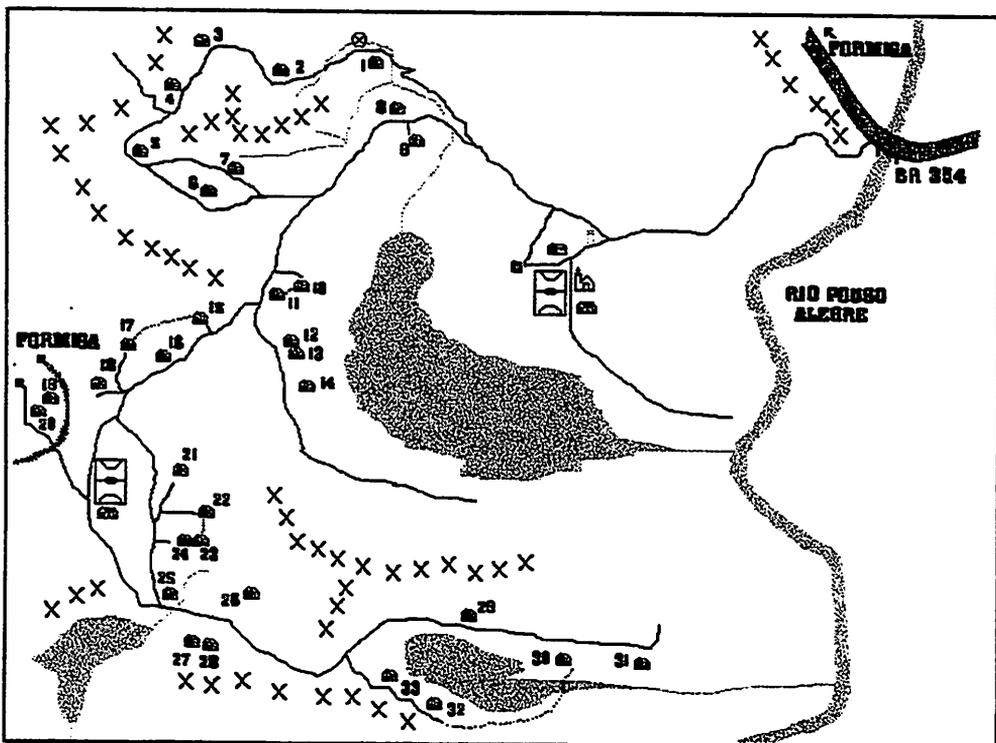
**FIGURA 1 - Localização do município de Formiga**

Este trabalho ultrapassou tais “setores”, envolvendo-os numa sequência de entrevistas, iniciadas na “Barreira” nas casas de número 1 ao 4; “Pouso Alegre” (setor 1) do 5 ao 14; “Córrego do Atalho” do 15 ao 20; e “Vigilatos” do 21 ao 33. Tais casas podem ser localizadas na Figura 2, a seguir.

⌈ A comunidade de Santa Luzia vai da pequena estação de energia do rio Pouso Alegre<sup>16</sup>, anexa à entrada <sup>16a</sup> da BR 354 que liga Formiga a Campo Belo, até a estrada de ferro <sup>16b</sup> que liga as mesmas cidades. Pelo lado noroeste o limite são as nascentes <sup>16c</sup>, e pelo lado sudeste o limite é o próprio rio Pouso Alegre, que mais adiante forma o rio e a várzea do Timburé.

<sup>15</sup> Segundo Maia (1982: 4) os “córregos” de Formiga abrigam muitos minifúndios.

<sup>16</sup> (a) a entrada principal da comunidade de Santa Luzia se localiza na primeira travessa à esquerda depois da ponte da estação, de quem vai de Campo Belo a Formiga - MG; (b) existe uma entrada secundária, cruzando a estrada de ferro no Córrego do Atalho que leva a Albertos; (c) região montanhosa da Barreira.



**FIGURA 2 - Localização dos sitiantes<sup>17</sup> entrevistados em Santa Luzia - 1998**

domicílio  
 associação  
 escola  
 bar  
 caixa d'água  
 mina de granito  
 igreja  
 trilhos  
 barreira do relevo  
 asfalto  
 curso d'água  
 estrada

Ao percorrer as estradas de Santa Luzia não é raro encontrar animais, principalmente quando aquelas são perpendiculares às cercas e somente limitada pelo “mata burro”. Então, a primeira impressão que se revela é o tipo preferido de raça de gado que é preservada genética e culturalmente, como a “caracu”. Esse boi é apropriado para serviços de tração, tanto no carro-de-boi como no arado. É manso, de tamanho médio, e com musculatura e rusticidade desenvolvidas.

<sup>17</sup> O texto usa a mesma interpretação de Moura (1978), onde “sitiantes é aquele que tem pouca terra”, e “fazendeiro é o que tem muita terra”. Todos os sitiantes são lavradores, o contrário não é verdadeiro, porque lavrador é uma categoria profissional e não precisa ser proprietário de terra; sitiante, sim.

Um elemento cultural característico de Santa Luzia é o carro de boi, uma arte que é primorosa até na escolha das parselhas de bois, que no caso, devem combinar em cor, tamanho, formato dos chifres, idade e comportamento.

Do centro da comunidade e sentado nos degraus da capela tem-se: à direita a escola de 1º Grau; à esquerda o Posto de Saúde e no fundo a vista de um grande lago; à frente o campo de futebol, o bar da *Dida* e a máquina de arroz.

#### b) O uso do meio

[A produção agropecuária é determinada mais pelo regime das chuvas do que pela temperatura. E entre os cereais produzidos se destacam o arroz irrigado e o milho, sendo o feijão a principal leguminosa. A produção pecuária ocorre em função do leite e carne, mobilizando as parcelas de campo.] Ocorre também, de forma artesanal e em volta da casa, a produção de suínos e galinhas caipiras. Também há uma pequena expressão de pomar (banana, goiaba e pêssego), e hortaliças (mandioca, inhame, cará, abobrinha e outras), vendidas na feira livre.

A vegetação natural da região pertence ao complexo do cerrado, que possui quatro gradações: (1) cerradão, formado por árvores de porte elevado, retilíneas, quase iguais às florestas, apenas mais espaçadas; (2) cerrado propriamente dito, de vegetação arbustiva, cascas e folhas grossas, troncos retorcidos, formando geralmente uma vegetação compacta; (3) campo-sujo, onde os arbustos que caracterizam o cerrado são espaçados, entremeados de gramíneas; e (4) campo, onde ocorrem apenas os capins. A transição desses ecossistemas leva nomes conjugados como: campo cerrado.<sup>18</sup>

Esse mesmo ambiente natural, é diferenciado pela ação humana em quatro distintas parcelas, de variada proporção para cada unidade produtiva:

---

<sup>18</sup> Ribeiro (1986) cita várias referências acerca do solo, clima e flora do cerrado.

- (1) cultivo de várzea, contida originalmente no sistema do cerradão, é utilizada para o cultivo do arroz irrigado (nas águas), com rotação para pastagem (na seca). Saliente-se que muitas dessas áreas eliminaram a rotação com o arroz, permanecendo somente uma pastagem de uso na seca (quando estão verdes) e descanso nas águas (quando estão alagadiças);
- (2) cultivo seco, contida originalmente no sistema de cerradão a cerrado, onde cultivam o milho consorciado ao feijão e o café. Este último está mais presente em áreas que denominam de “terra de cerrado”, por apresentar uma cor roxa, indicador de uma melhor gênese do solo e que se distingue do anterior por não ser hidromórfico;
- (3) parcela de campo, contidas originalmente em “campo sujo” e “campo”, é usada para as pastagens, exigindo uma “bateção de pasto” todo os anos, para controlar as brotações do cerrado. Quando estas parcelas são mais inclinadas geralmente ocorrem áreas degradadas, em decorrência de uma população excessiva de gado que pisoteia o pasto sobre um solo de pouca fertilidade natural. A maior parte das terras de Santa Luzia possui essa qualidade;
- (4) parcela da casa-quintal<sup>19</sup>, normalmente localizada perto de água corrente e originariamente constituída por cerradão e cerrado; é usada para o cultivo das hortaliças e frutas, próxima de quem normalmente a cultiva, ou seja, a mulher, e também próxima da estrebaria do gado, onde normalmente se acumula o esterco, fonte da sua fertilidade.

Observa-se que a área da casa-quintal é também o campo experimental de cada família, onde culturas como café, banana e mandioca, que eram (e ainda são) dos quintais, estão sendo implementadas de forma comercial, como sendo uma nova alternativa econômica.

---

<sup>19</sup> Woortmann (1990 b:42) explica que o espaço da “casa-quintal” é o chão de morada.

O “barracão do gado” é sempre próximo à residência, ficando conjugado ao galpão onde está a picadeira elétrica (equipamento de uso generalizado). No barracão se faz a ordenha do leite, normalmente duas vezes ao dia para os que dependem da sua renda. Aqueles que objetivam a carne só tiram leite pela manhã, destinando a outra metade para cria dos bezerros.

A malha fundiária dessas famílias apresenta uma variação de nenhuma terra a 180 hectares, sendo que entre as famílias entrevistadas (2/5 de Santa Luzia) ocorre uma média de 36 hectares por família. Entretanto, a qualidade de vida deles não é determinada somente pelo patrimônio fundiário, porque ocorrem casos de uso da terra em conjunto, arrendamentos e variação da fertilidade, em que um hectare de várzea equivale a mais de cinco hectares de campo.

Na relação sociedade-ambiente existem exigências inegociáveis do meio e que devem ser administradas com a composição doméstica da família e o tipo de atividade. Em épocas (ou condições) favoráveis, ocorrem maiores interações e, nas menos propícias, ações independentes.

*“Hoje a gente planta menos. Porque no tempo do meu pai, plantava o tanto que hoje é pasto. Com a chegada dos meus filhos, aumentou os homens, então às vezes se pode plantar mais, apesar da fragilidade da terra. Então a gente procura plantar em outro lado. no caso, numa várzea de Pouso Alegre.” (M<sup>♂</sup>63 - Sitiante)<sup>20</sup>*

Neste caso, ocorrem interações entre a estrutura organizacional da família e o ambiente, no sentido de suas disponibilidades em fertilidade. Portanto, percebe-se que a diversidade de ações no meio rural, inclusive a pluriatividade, é decorrente da interação com o meio.

*“(...) Sempre pego construção no tempo da seca mesmo, porque nas água quase ninguém mexe com isso.” (S<sup>♂</sup>42 - Sitiante)*

---

<sup>20</sup> O nome do entrevistado é codificado em uma letra, seguido do símbolo ♀ ou ♂ para os gêneros mulher e homem respectivamente e a idade.

Em qualquer sistema agrário de produção existem atividades intensivas e extensivas no uso dos fatores de produção. Sendo escasso o fator capital, ocorrem variações do uso da força de trabalho conforme houver ou não disponibilidade do fator terra, e isto é sazonal no ano agrícola. Nas águas há uma maior atividade agrícola, e na seca menos agrícola e mais pecuária. [O sistema é pendular entre intensivo e extensivo, entre cultura e criação, entre agrícola e não agrícola.]

Do ponto de vista da morada, percebe-se que as casas procuram se localizar próximas da lagoa e dos riachos, tradição esta já observada em 1819 por Saint-Hilaire (1975), onde relata que as sedes de fazenda eram situadas em baixadas, à beira de riachos e rodeadas por colinas. Em Santa Luzia também é escondida a moradia dos mortos, pois seu cemitério está localizado na cidade, mesmo que isto represente muito sacrifício no transporte:

*“ (...) no tempo que eu fui criado, morria ali na roça. o que nós fazia? Levava, quando não era no carro de boi, só carregando. Morria um coitado aí botava numas vara e carregava até a cidade morto.”*  
(A<sup>o</sup>71 - Sitiante)

Ter o cemitério na cidade ou numa localidade dá uma maior flexibilidade para os vivos. O *locus* do sítio é geograficamente dinâmico, apesar de fixo durante uma geração, seus descendentes circulam por lugares diferentes dentro de um mesmo raio do cemitério, de acordo com a oportunidade e conformação da herança, casamento e negócio. A cidade também pareceu como uma referência para Saint-Hilaire (1975), quando relata em sua passagem pela região, em 1819, que a população da época passava todo o tempo nas fazendas e sítios, só vindo ao arraial aos domingos para a missa, razão pela qual as casas viviam fechadas.

### c) A convivência social

No culto da Capela de Santa Luzia, permanecem as mulheres e crianças à esquerda e os homens à direita. Somente na parte frontal direita ficam os animadores da celebração. Entre estes, cada setor é responsável por celebrar um culto, sendo que os músicos são sempre os mesmos; destaca-se o *Sr. Romão*, que conquistou seu patrimônio tocando violão e gaita nas missas e festas.

A religiosidade da comunidade é lembrada a todo momento, seja nas rezas semanais (dos setores), nos cultos dominicais e nas missas de quase todos os feriados, que muitas famílias “guardam”, sem trabalhar. As novenas são feitas em torno dos cruzeiros, que normalmente demarcam as hierarquias familiares da comunidade. Cada grupo familiar mantém um grupo de oração, e serão mais fervorosos quanto mais hierarquicamente estiverem organizados.

A Igreja Católica se adaptou a esse tecido, promovendo regras de contribuição não normativas, onde cada chefe de família disputa a autoria da maior contribuição, seja em leilões públicos, depois de alguma missa de dia santo, ou organizando a “Missa de São Sebastião”. Uma celebração em homenagem ao padroeiro rural realizada por um padre na casa do sítio, e divulgada pela própria família que convida formalmente a comunidade e famílias conhecidas de fora:

*“Contamos com a sua presença e com as prendas de sua família (bezerros, porcos, galinhas, cereais, etc.) (...) Esta é a maneira de contribuirmos com o dízimo.”*

(Trecho do convite de Córrego da Almas - Formiga - MG).

Numa dessas missas de São Sebastião, realizada no dia 15 de novembro no sítio da família Arantes, houve a participação de aproximadamente 500 pessoas e uma arrecadação de R\$ 700,00. O número elevado de participantes se deve à participação dos parentes e amigos da cidade e o leilão de bezerros e pequenos animais, ofereceu uma liquidez certa para a paróquia da Igreja.

A religião também lhes é rotineira e sociável, pois todos os domingos, de manhã, celebram o culto e depois, seja em frente a Capela ou no bar da *Dida*, “jogam conversa fora”, junto de um “truco mineiro”, de um gole de cachaça, e, quando oportuno, realizam algum negócio.

Existem em Santa Luzia duas associações de produtores. A primeira com sede própria e com 9 famílias, chamada de “Associação de Produtores Rurais de Córrego Vigilatos”. Importante ressaltar que essa associação reúne um grupo aparentado de pequenos proprietários (10 ha em média) e que, entre os seus sócios, alguns fazem uso de um consórcio:

*“Todo o mês a gente dá R\$ 100,00, e todo o mês algum recebe o bolo. Um administra, mas já sabemos a vez de cada um. Na nossa, vamos comprar umas novilhas de leite.”* (A0765 - Sitiante)

A fala revela uma confiança na previsão do comportamento do outro. Segundo Putnam (1996:179), essas práticas de mútua assistência, como a associação de crédito rotativo, representam um investimento em capital social, porque fortalecem os vínculos do conhecimento e da afiliação societária, que melhor sustentam a coesão comunitária e uma ação coletiva.

A segunda é o “Centro Comunitário Rural de Santa Luzia”, mais conhecida como grupo do trator, pois os sócios têm acesso a um parque de máquinas financiado pelo programa estadual MGII (Lara, 1990). Vinte dos maiores produtores do lugar estão envolvidos nessa associação, com reuniões mensais na sede do Centro Comunitário (onde funciona o Posto de Saúde) e com o acompanhamento do técnico da EMATER-MG. Dois dos sócios da outra associação participam desta, sendo um deles o tratorista.

A roça também é um lugar de reunião, principalmente se houver troca de dias entre vizinhos aparentados, ou então, um mutirão, sendo que o primeiro caso é normalmente utilizado para o manejo das culturas e o segundo para o pasto.

Existe ainda uma terceira forma de trabalho coletivo - relacionado mais a um conceito de solidariedade do que de fundo econômico - e que a cada ano se torna menos usual: é um mutirão de vizinhos, organizado em segredo e anunciado no romper da manhã de forma que seja uma surpresa à família que o recebe, não precisando retribuir com festa ou com o pagamento de dias de trabalho, sendo chamado de “surpresa”, ou “traição” segundo Cândido (1987).<sup>21</sup>

Compreender a organização das famílias ocorre a passos lentos e, à medida que o entendimento sobre o outro se aproxima da linguagem usual, descobre-se uma nova linguagem acerca dos nomes: os “apelidos”.

*“Meu pai por exemplo ninguém sabia [o nome]. Onde mora o Geraldo Couto? Ninguém sabia, mas o Geraldo Cachoeira, sabia. Garrote ali pouca gente sabe que é o nome do Antônio.”*

(G<sup>36</sup> - Sitiente)

Os apelidos são provenientes de uma linguística local, os quais, no caso aqui estudado, facilitaram a entrada do pesquisador nas diversas famílias naquele meio próprio da comunidade, sendo que parece haver um nome adequado à cidade e outro à comunidade: “... aqui nessas berada quase ninguém me conhece por Roberto Honorio. Só na cidade.” (R<sup>78</sup> - Sitiente)

O apelido melhor diferencia os nomes coincidentes, pois existe uma certa tradição de homenagear o avô nos nomes, que facilmente podem se repetir entre parentes, construindo, assim, um código de acesso aos pares do local. Exemplo disto é a terminação *Antônio Alves* que ocorre em sete famílias de Santa Luzia. O nome *José Antônio Alves* é o mesmo para dois entrevistados e que tiveram de ser diferenciados pelos seus apelidos, conforme o Anexo 1A deste trabalho.

---

<sup>21</sup> Lara (1990: 6-16) descreveu uma “surpresa” ocorrida na vizinha comunidade da Fazenda Velha durante sua pesquisa de mestrado: O caso se passou numa família de idosos lavradores, que sentem falta dos filhos que migraram. Num belo estilo literário o autor descreve o cenário da dificuldade, os preparativos e o desfecho deste ato solidário que chamou - estranhamente para a região - de “traição”.

Assim, a existência de tantos lugares próprios, sociais e formas de sociabilidade, ultrapassa a pretendida descrição da paisagem, sendo agora necessário descrever a história local.

## **2.2 História local**

*“A vida principal do meu avô era transportar tudo no lombo do burro, ele veio com uma tropa e posou na Formiga. O nome veio porque quando lá eles posavam, juntava aquelas coisa de doce, açúcar, então apelidaram o lugar de Formiga, por isso o nome”.*

(N<sup>o</sup> 51 - Sitiante)

### **a) O sertão de Tamanduá**

A região do município de Formiga esteve associada no passado com a região “Pitangui-Tamanduá” (Paiva, 1996: 116). Esse território teve sua expressiva ocupação no século XVIII, tendo como atividade original a mineração. Entretanto, conformou-se mais como uma região que acolhia as populações desvinculadas da economia mineradora, como agricultores e criadores, cuja produção alimentava a população engajada na mineração.

A produção agropecuária cresceu tanto que se tornou importante frente econômica quando a mineração declinou no século XIX (Maia, 1982: 31). Assim, naquele século essa região se caracterizou pela produção de alimentos básicos destinados ora ao autoconsumo, ora ao mercado interno, dentro e fora da Província. Eram dois os principais produtos: suínos e tabaco.

Sant-Hilaire (1975: 74) descreve a existência de um grande número de suínos, constituindo a principal riqueza dos arredores de Formiga. O naturalista registrou o sistema de produção da época como uma criação solta ao redor da fazenda, sendo que duas vezes ao dia eram alimentados com espigas de milho e de dois em dois meses recebiam uma porção de sal diluído na água. Registra o autor que a engorda dos castrados se fazia com o uso adicional de fubá, inhame e cará. Os suínos então eram levados em varas ao Rio de Janeiro (capital do Brasil na

época) que tinha Formiga como o principal centro de produção, negócio e local de formação das manadas de porcos.

Coexistiam também várias produções de menor vulto, como ouro, toucinho, bovinos, algodão e cavalos, todos destinados ao Rio de Janeiro. O comércio intrarregional era muito importante, especialmente em Formiga, que concentrava grande parte da produção regional, com sofisticação comercial para a venda especializada de manufaturados, sal e mercadorias importadas.

## b) Lembranças de Santa Luzia

Santa Luzia foi ocupada de modo sistemático há no mínimo cinco gerações. Existe uma gravação em madeira que data da época da escravatura (1860), localizada no barracão do septuagenário produtor *Roberto Barreira*.

A lenha da mata, o café e o fumo de terra nova, a rapadura e as culturas de subsistência foram as primeiras atividades econômicas do lugar, sendo que nos primeiros anos os moradores criavam o suíno e o gado solto, somente repartidos por valas feitas à mão e pelos rios. O transporte era feito no carro de boi e a lembrança de ser “candieiro”<sup>22</sup> é muito cultivada nas músicas sertanejas do lugar.

*“Eu lembro e tenho saudade de o tempo que se foi,  
de quando eu trabalhava com nosso carro de boi.  
Eu ainda era pequeno, mas meu pai eu ajudava,  
eu era o candieiro, e o meu pai o carreiro,  
com os oito bois carreava.  
Quantas vezes eu saía lá pras alta madrugada,  
pegando o carro e o boi e saindo pela estrada.  
E no silêncio da noite duas vezes me despertava,  
é o carro que ia cantando, meu pai com os bois conversando,  
e à cidade nós chegava.  
Prá levar nossos produto em nossa terra colhido,  
prá aqueles comerciante meu pai já tinha vendido.  
Quando era de tardzinha, quando em casa nós chegava,*

---

<sup>22</sup> Candieiro é menino guia, que fica à frente do carro de boi, com um ferrão na mão.

*com um gesto sorridente, e um cafezinho bem quente,  
mamãe nós dois esperava.  
As vezes fico pensando, como esta vida mudou,  
o carro hoje está velho e a boiada fracassou.  
Os meu pais já estão velhinho, não podem mais trabalhar,  
e eu carregando sozinho, vou indo pelo caminho,  
sem meu pai pra me ajudar.”*  
(música de autoria de Divino Antônio Alves - Sitiente)

Na época em que foi inaugurada a estrada de ferro (1905), como guardam em memória oral, foi o período em que os lavradores de Santa Luzia drenaram manualmente as várzeas e iniciaram com o arroz irrigado. Ao mesmo tempo, faziam viagens à cidade com o carro de boi para levar suas produções e extrações, como a lenha e a casca de “barbatimão” (usada nos curtumes).

Nos anos da década de 1950 ocorreu maior assoreamento nos córregos de Santa Luzia - por causa do plantio desordenado na cabeceira - e com as enchentes decorrentes formou-se um grande lago.

No final da década de 1970 a cultura do arroz se consolidou como a base de produção dessas famílias, principalmente por meio de parcerias nas várzeas do Timburé, de propriedade do fazendeiro *Pedro da Costa*<sup>23</sup>.

Nesse período, ocorreu o acesso ao crédito e muitos deles conseguiram formar seu patrimônio em gado e terra <sup>24</sup>. Mas, em 1985, a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) dragou o rio Timburé para salvar os trilhos das inundações, drenando a própria várzea. Também no mesmo período, o fazendeiro, dono da várzea do Timburé, rompeu com os acordos de parceria que

---

<sup>23</sup> Havia contratos de meia em que se dividia a despesa e a receita, e os de terça, que asseguravam a terça parte da produção sem obrigações de despesa.

<sup>24</sup> Segundo Lara (1990: 45), em 1980 ocorria o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado (MGII), um conjunto de políticas de apoio econômico-social à pequena produção, através da expansão do crédito rural, assistência técnica e comercialização.

havia estabelecido, principalmente porque a fazenda foi vendida e o comprador não soube lidar com o pacto social estabelecido pelo antigo fazendeiro.

*“Aqui tinha mais de 50 meeiro. Depois que o italiano morreu, os filhos não deram valor e venderam pro Zé Tiodomioro, que vendeu pro Arlindo Melo. Quando esse Arlindo chegou aqui, essa várzea estava cheia de arroz, amarelinho de canto a canto com meeiro plantando, (deu na época 15 mil alqueire de arroz). O Arlindo, todo entusiasmado disse: ‘isso tem que mudar’. Então era tudo de terça e ele achou que o povo estava ganhando demais - só que era um negócio que dava certo - você plantava, preparava, colhia e dava o arroz separado pra eles, era só ir buscar. Mas ele achou que tinha que ser na meia seca. Daí ele só quis quem era de meia, mas os melhor lavrador não aceitaram, e dos que ficaram não produziram um cacho de arroz. Foi um castigo, não deu colheita. Aí, no outro ano, acabou com o resto dos outros e ficou por conta própria. Mandou jogar adubo. Nossa! Se você visse a quantidade de capim cana que ficou nessa várzea! Tudo roxinho de capim, e arroz nada. Aí, ele quebrou.”*

(Nº 51 - Sitante)

Ao mesmo tempo que a fazenda rompia com os acordos, ocorria a drenagem profunda do rio e o secamento da várzea do Tiburé. Foi um período em que se acentuaram os conflitos internos na comunidade, aumentando as disputas pelas várzeas que restavam.

A atividade leiteira, que existia como subproduto do gado, conquistou no fim da década de 1980 alguns canais de comercialização, como a venda para fabricantes de doces e a distribuição do leite a domicílio em Formiga. A produção pecuária se consolidou num misto de leite e carne.

Por fim, como lembram os lavradores no período deste estudo, é o momento em que estão preocupados em transformar os seus produtos e, dar mais valor aos negócios da feira e da renda obtida com a prestação de serviços.

[Mas ainda faz parte da história de Santa Luzia o trabalho contratado nas parcerias, de meia ou de terça.] Entretanto, muitos destes lavradores que só contavam com sua própria força de trabalho, passaram a buscar novas

alternativas de renda em outras regiões, sendo excluídos da comunidade, justamente aqueles que não conseguiram buscar recursos externos.

*“Tinha uns pretos aqui que eram pobre. Eles trabalhavam muito pros fazendeiro, inclusive meu pai - que não era rico - mas quando precisava de um, ia lá buscar. Eles não tinham terra, eram agrupado na beira da lagoa. Então, os mais velhos daqueles morreram e ficaram os filhos, netos. E o mundo mudou e eles foram estudando e se colocando. Esta comunidade diminuiu aqui mas melhorou a vida deles em outro lugar. Aqueles meninos do Tatão ali tem agora carro, e ele era órfão de pai e mãe. O Tatão passou a compreender a vida, foi buscar recursos fora e hoje tem um pedaço de terra. O qual o pai e o avô dele não tinha, porque viviam esperando serviço de patrão.”* (M<sup>o</sup> 63 - Sitiente)

Destaca-se nessa fala a ênfase na “busca por recursos de fora” para conseguir ter “um pedaço de terra” própria. Assim, ao longo das gerações, partilhas e casamentos, Santa Luzia foi se transformando num mundo de agricultura familiar e, como dizem: “onde todo mundo é patrão”.

#### **d) Os conflitos e as conquistas**

A história da comunidade descreve algumas desavenças entre vizinhos, sendo que uma das maiores ocorreu quando houve a proposta de se construir a escola. Até aqueles tempos a educação acontecia com professoras de formação de quarta série e na casa delas próprias, que no caso eram duas moradoras da comunidade. O padre da época, o prefeito e as lideranças da Igreja queriam absorver essas professoras sem formação como cantineiras da nova escola e trazer professores formados de fora, além de construírem uma escola.

A mudança pedagógica e estrutural do ensino, aliada ao transtorno na vida das antigas professoras (parentes de algumas famílias), trouxe revolta aos atingidos frente à incapacidade de influir no processo, razão por que passaram a se opor de forma sistemática. A proposta causou grandes transtornos internos e até arma foi mostrada para o padre na sacristia. Houve uma verdadeira guerra,

em que cada dificuldade da obra (como a falta de tijolo por exemplo) era comemorada com fogos de artifício do outro lado. Por fim, um dos lados foi derrotado e a escola foi inaugurada.

Um segundo conflito interno ocorreu no período de 1985 a 1993, quando foram esgotadas as alternativas de arrendamento na várzea do Timburé. Ocorreu entre alguns lavradores a idéia de esgotar as lagoas, drenando-as para assim possibilitar maior área de cultivo de arroz. Neste momento houve então o “conflito das lagoas”, uma disputa entre o direito privado e o social, entre o ecológico e o econômico, um conflito entre os pares do meio, pelo meio.

*“Essa lagoa que você tá vendo, eu tenho um pedaço de terra morta lá, eu não preciso dela, mas não vendo e não dou pra ninguém. Pra segurar a lagoa, fui lá e cerquei, se não fosse já tinha desaparecido. Tive que enfrentar uns vizinho porque eles vinham descendo com arroz e queriam plantar na lagoa. Ia ficar tudo seco, de arriba até embaixo, quando desaguada a lagoa.”* (N<sup>o</sup>51 - Sitiante)

O conflito envolvia a disputa entre a terra de arroz irrigado e a água do gado, entre recriar o espaço da lavoura para alguns à custa da desapropriação de uma lagoa de poucos.

*“N - Porque a minha cunhada tinha ficado viúva e queriam aproveitar que o marido dela tinha morrido pra despachar a lagoa. (...) Então se juntaram pra botar uma bomba na pedra da lona, e ia puxar a lagoa quase tudo. (...) O gado dela ia ficar no seco. Então cheguei antes e aconselhei eles que aquela lagoa teve ali a vida toda e que ia ser um veneno pra aqueles que tão na cabeceira. Que sem água ninguém vive!*

*P - Eles queriam criar mais área de trabalho.*

*N - Pois é, eles tão contrário de mim. Eles tentaram arrombar a barragem por três vezes. E eu vou lá por conta própria, e não quero brigar com ninguém. Mas você já pensou? Como os bicho vão viver sem água?”* (N<sup>o</sup>51 - Sitiante)

Um terceiro conflito que ocorreu ao longo da história do lugar foi, e continua sendo, sobre “demandas de terra”, que são interdições judiciais em processo de partilha devido a desacertos, deixando-se a terra em uso comum entre os prováveis herdeiros até a decisão final.

*“A mãe foi criada separada da família e ela não tinha ‘direito’, mas o pai entrou com os meio [demanda judicial] e tirou um pedaço e depois vendeu e foi pra cidade. (...) No fim, deu confusão né.”*

[M<sup>60</sup> - Sitiante] observações do autor]

As demandas se iniciam com partilhas mal resolvidas entre os herdeiros e foram, no passado, tão mais acaloradas quanto mais envolvessem as várzeas.

*“T - Quando a esposa dele faleceu ele disse que ia fazer tudo em terra pros filho, mas acho que ele ficou desgostoso e nem deu providência. Ai os genro não podia passar na frente, tinha que esperar, e os filho não tinha. No fim ele passou pra si o usufruto e não entregou a metade que era dos filho. (C) - Um dia ele foi embora e levou o dinheiro do gado e das terra. (T) - Primeiro vendeu a parte dele, aí o primo dele começou a botar gado na fazenda, mas era muito. (...) Era gado até na porta da casa. Ai meu sogro era muito nervoso, e esperou ele atrás duma moita. Mas ele não foi e não aconteceu, né. A gente também não pode enlouquecer. Buscamos a mudança dele e morou aqui sete ano.”*

(T<sup>66</sup> & C<sup>63</sup> - Sitiantes)

As histórias de demanda são sempre acompanhadas de uma provocação, que sinaliza o rompimento do acordo e o início de um conflito judicial.

### 2.3 Sistema de produção

*“Isso aqui era um sertão, não tinha estrada, só as de roça pra puxar milho. Arroz a gente não plantava. Essas varge era tudo de mandioca, e se entrava um boi ali, empatava na água.”*

(R<sup>78</sup> - Sitiante)

[Afora os conflitos de herança, a vida em Santa Luzia é muito tranquila e segue o ritmo das estações, assim como das culturas e criações.] Ao ocupar aquela

terra nova, o que os pioneiros tinham era uma prole numerosa e parcerias com trabalhadores livres, assimilados em contratos de meia e de terça.

#### a) A última das revoluções agrícolas

[A maior parte dos lavradores que entraram no Oeste de Minas Gerais eram mestiços.] E a forma de ocupação da terra criava oportunidades de inclusão social, via terra e gado. Entretanto, a diminuição da fertilidade natural do solo começou a dificultar a vida de todos:

*“O Manoel Barreira morou aqui nesse terreno(...). Aquele crioulo, me lembra de um cafezal que o pai dele tinha aqui em cima. Era de terra vermelha. Isso aí vê do jeito que era. Hoje o mundo mudou de vivência do povo, de terra, de tudo. Os campo virou cultura e a cultura virou campo. Trocou né, isso aí tudo já foi roça, isso aí tudo eu já plantei. Hoje planta que eu quero vê!” (R<sup>O</sup>78 - Sitiente)*

A compensação da fertilidade parece ocorrer no uso da rotação de culturas combinada com a criação animal, devendo o agricultor dispor de forrageiras e de um certo número de animais. Entretanto, nessa região tropical, por mais que se tenha gado, o esterco nunca é suficiente, e a lógica da adubação orgânica cedeu facilmente a uma aliança com a química.

*“Esse café aqui fez um ano(...) e essas muda foram bem corrigida com calcário e esterco, aqui foi covado e a muda daqui vai pra frente, mas pra lá não tinha esterco então fracassou, nós não achamos pra comprar. Este ano nós aproveitamos mais, dá média de meio tambor cada pé: passamos o arado de boi, põe o esterco e depois tampa, pra erosão não tirar.” (N<sup>O</sup>51 - Sitiente)*

Percebe-se na fala que para manter o uso do esterco na lavoura há necessidade de prover uma quantia suficiente de gado e de “tempo”, traduzido como disponibilidade de força de trabalho, que nesse caso é suprida com existência de uma família grande e hierarquizada.

Mas, para aquelas famílias pequenas, a refertilização da terra com o uso do esterco animal é um processo penoso, que a nova geração se nega a fazer:

*“Meu filho (P<sup>o</sup>41) planta ruim demais. Ele não gosta de esterco, e nós vamos indo porque nós tem que malhar a pobreza. Não é fácil.”*  
(A<sup>o</sup>71 - Sitiante)

*“Nesse feijão eu pus adubo, tem 6 toneladas de calcário, se vê que não é tão ruim. Todo mundo desanimou, você anda por aí e não tá vendo lavoura, tá? Mas aqui tem 116 real que gastei do bolso, agora o resto não quer gastar.”* (P<sup>o</sup>41 - Sitiante)

No último caso, a existência de uma fonte de renda externa possibilitou que se lançasse mão dos agroquímicos, mais que seu pai, e tal sistema conseguiu liberar os filhos e a mulher para trabalhar na cidade. Uma estratégia que viabiliza uma agricultura dependente de insumos químicos.

#### **b) Uma agricultura circular**

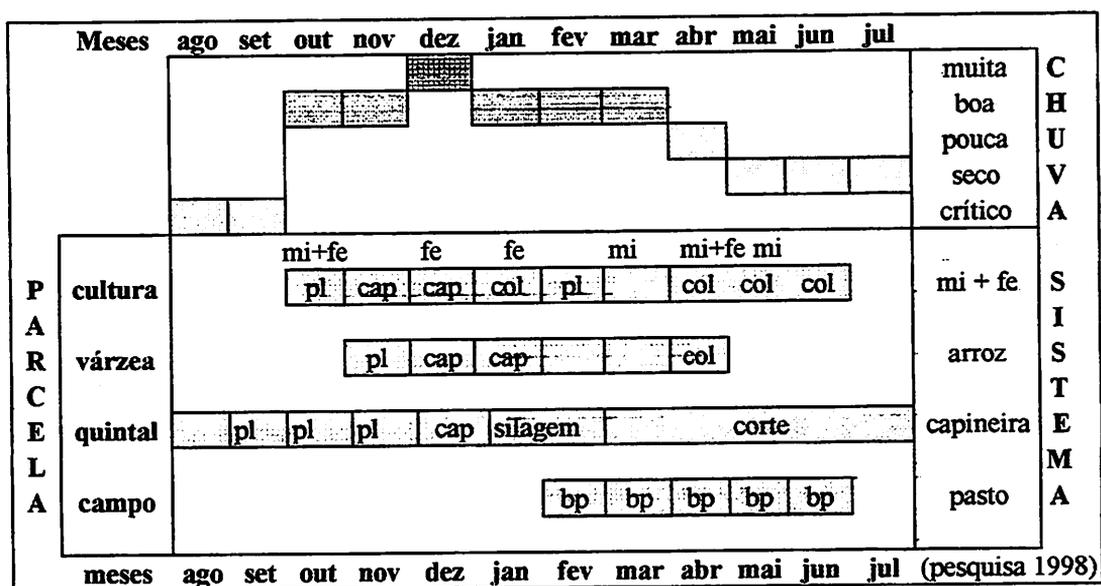
O ciclo agrícola se inicia no mês de agosto, porque este é o mês mais seco do ano, época de se recolher o esterco dos currais e espalhá-lo pelas lavouras, principalmente aquelas mais inclinadas e de menor fertilidade. Inicia-se aqui o preparo do solo, com o uso do arado de tração animal para o plantio do arroz, e do trator comunitário para o plantio do milho consorciado com feijão.

Logo nas primeiras chuvas de primavera, no final de setembro e em todo o mês de outubro, faz-se o plantio do feijão consorciado com o milho nas áreas de cultura, e a formação das capineiras com capim elefante e cana. Nesse mesmo mês ainda se ocupam longas horas na lavra das várzeas, uma prática pesada, executada com tração a quatro pares de boi à frente de um arado adaptado ao corte, o que torna o serviço mais efetivo.

Novembro é mês de semear arroz nas várzeas. Durante todo esse período ocorrem serviços de capina nas outras parcelas de cultura. Nesse período as chuvas fazem intensificar as capinas.

Dezembro é o mês em que as várzeas inundam, diminuindo um pouco a demanda de serviço nas parcelas de arroz, mas aumentam as distâncias entre os vizinhos, que precisam andar por desvios dos alagados. Em meio a tanta chuva, esses lavradores ainda conseguem expressar sua religiosidade em “Folia de Reis”, época em que cumprem suas promessas no período do Natal.

A partir de Ribeiro (1976: 46), construiu-se a Figura 3 a seguir, que possibilita observar o calendário de trabalho dos principais sistemas produtivos no ano agrícola e em diferentes parcelas.



**FIGURA 3 – Sucessão de atividades em relação ao clima e solo.**

Legenda: mi(milho); fe(feijão); pl(plantio); cap(capina); col(colheita); bp(bateção de pasto).

No final de janeiro, ocorre a safra de feijão, que é novamente plantado na mesma parcela ou em outra. Em fevereiro, para se aproveitarem as águas, planta-se mais uma parte de feijão.

Em março, começam a se envolver com a silagem do capim elefante e da cana. O serviço é mais apurado porque o único trator que utilizam é o da associação, e porque no mês seguinte começa a colheita do milho, feijão e o arroz.

Em abril, fazem os mutirões para colher o arroz, antes que a passarada faça o seu estrago, ou as espigas se desfaçam dos grãos. Maio e junho são meses em que aos poucos vai se tirando o milho da roça, e malhando o arroz manualmente, para depois levar à máquina da comunidade.

Em todo o outono, ocorrem muitas colheitas, ao mesmo tempo que fazem sua provisão de silagem para a seca do inverno. Também aqui “batem o pasto” nas pastagens e consertam cercas.

Existem dois trabalhos mencionados que exigem uma ação coletiva: a colheita do arroz e a bateção do pasto, que podem ser solucionados com a troca de dias. Quando existe uma família mais envolvida e que esteja presente na roça, pode-se então fazer o já citado mutirão e, quando necessitado, a comunidade pode ainda lhe fazer uma “surpresa”.

Observa-se que em meio às atividades influenciadas pelo clima, ocorrem outras que são constantes e periódicas, mais independentes do tempo e espaço. Assim são os trabalhos de bordado, criação de galinhas, ovos e porcos caipiras, o trato do gado, a ordenha do leite e as vendas na cidade. Ocorrem ainda outras parcelas mais permanentes como a mandioca, eucalipto e frutas.

## ➤ **2.4 Família**

As entrevistas com os agricultores seguiram por uma linha de vizinhança que muito colaborou na compreensão da organização dessas famílias, seja no entendimento da sua composição doméstica, parentagem, perfil dos casamentos ou da divisão do trabalho.

### a) O perfil das famílias

As trinta e três famílias entrevistadas representam a totalidade de dois setores da comunidade e parte de mais dois, significando 2/5 da comunidade.

A Tabela 1, a seguir, descreve o fenômeno migratório - quando ausente da residência - e a distribuição por faixa etária e gênero.<sup>25</sup>

TABELA 1 - Grupos - por sexo e idade - presente e ausente em Santa Luzia.

| Faixa etária | Homem    |                 |                  | Σ  | Mulher   |                 |                  | Σ  |
|--------------|----------|-----------------|------------------|----|----------|-----------------|------------------|----|
|              | Presente | Ausente e rural | Ausente e urbano |    | Presente | Ausente e rural | Ausente e urbano |    |
| - de 6       | 7        |                 |                  | 7  | 7        |                 |                  | 7  |
| 7 a 10       | 9        |                 |                  | 9  | 2        |                 |                  | 2  |
| 11 a 15      | 5        |                 | 2                | 7  | 4        |                 | 2                | 6  |
| 16 a 19      | 4        |                 | 2                | 6  | 2        |                 | 1                | 3  |
| 20 a 49      | 25       | 5               | 21               | 51 | 25       | 8               | 24               | 57 |
| 50 a 59      | 5        |                 |                  | 5  | 6        |                 |                  | 6  |
| + de 60      | 11       |                 |                  | 11 | 10       |                 |                  | 10 |
| Σ            | 66       | 5               | 25               | 96 | 56       | 8               | 27               | 91 |

Fente: pesquisa de campo no ano de 1998.

Analisando-se os dados relativos à distribuição da população por sexo, verifica-se que, das cento e vinte e duas pessoas encontradas no local, há uma pequena predominância de homens em relação as mulheres: 54% do total dos membros das famílias entrevistadas são do sexo masculino, enquanto que as mulheres correspondem a 46%.

Conforme o levantamento de campo, a faixa de população jovem (até 19 anos) corresponde a 33%, enquanto que a população adulta (entre 20 e 49 anos) corresponde a 41%. Com isso se nota um peso relativo dos menos idosos (50 a 59) e idosos (acima de 60 anos), que chegam a 26% das entrevistas. Dentre aqueles que ultrapassaram os cinquenta anos, são aposentadas as mulheres acima

<sup>25</sup> Adaptando o critério de classificação de Torres & Magalhães(1998).

de cinquenta e cinco anos (com exceção de uma que teve o marido filiado ao sindicato patronal) e os homens acima de sessenta anos (com exceção de dois que conseguiram receber uma pensão em idade inferior).

Os segmentos mais idosos ( mais de 50 anos) e os mais jovens ( menos de 10 anos) são os que possuem o domicílio rural mais estável, se comparados ao grupo restante, formando uma faixa migrante entre aqueles de onze a quarenta e nove anos de ambos os sexos, demonstrando uma tendência desta faixa etária circular entre os demais setores da economia.

Os adultos que migraram para outro *locus* rural são 20% dos ausentes do domicílio; normalmente o fazem para constituir novas unidades de produção, tendo o casamento como o principal motivo de ausência. Entretanto, aqueles que foram para a cidade justificam a decisão em três motivos principais: (1) o trabalho; (2) o casamento, se for uma mulher; e (3) a escola para os filhos.

*“A Schincariol chamou meu filho e fez a proposta de dar um carro, que fica por sua conta, vendendo só dentro da Formiga. Ai ele largou a Skol - onde se tinha criado - e ficou satisfeito. Ele está com a mulher lá.”*  
(A<sup>o</sup>63 - Sitiente).

Essa fala descreve os motivos da migração dos filhos adultos, e a fala seguinte, revela como a migração das filhas depende do objetivo do genro, reproduzindo a cultura de que quem deve dar o futuro para a mulher é o homem.

*“Meu genro tem um caminhão, que transporta ele e a mulher dele [filha]. Ele faz carreto e tem uns pedacinho de roça também, planta pro pai dele, tem 4 filho e menina grande.”* (A<sup>o</sup>63 - Sitiente).

Os motivos da migração em ambos os sexos demonstram que, apesar de herdeiros, não são sucessores e que num momento de partilha, deverão eles, vender a sua parte para o irmão sucessor, que não apresentou uma mesma trajetória urbana.

## b) Uma vizinhança aparentada

*“Uai, o Mário é tio irmão da Adélia, casado com a filha mais velha do Geraldo, o Zé e Amarildo são casados com as outras filhas. E daí inverte, o Geraldinho é casado com a filha do Manoel, e no fim se torna em quatro casado em duas família.” (A0765 - Sitiente)*

[ As famílias de Santa Luzia apresentam um nível de parentesco elevado, ocorrendo casos de casamentos entre primos de primeiro grau e um caso extremo entre tio e sobrinha. ]

[ Noventa por cento das famílias entrevistadas são descendentes de quatro ancestrais comuns. ] O pioneiro *Vigilato Antônio Alves*, através de dois casamentos, o primeiro com a *Maria Caetano* e o segundo com a *Tomaza*, deram origem à metade de todas as famílias entrevistadas.

Na análise das preferências de casamentos, ocorridas nas duas últimas décadas, percebeu-se que o maioria das uniões ocorreu entre as famílias de sobrenomes *Vigilato*, *Cachoeira* e *Arantes*, sendo quatro casamentos entre o primeiro e o segundo, e dois entre o primeiro e o último.

[ Ocorrem também trocas matrimoniais com as comunidades vizinhas, Papagaio, Córrego do Atalho e Fazenda Velha. ] Entre os quatorze últimos casamentos, 86% são de mulheres que vieram morar na terra do marido ou sogro, e em 14% dos casos os homens vieram morar na terra do sogro, parecendo ser mais frequente a circulação das mulheres, contribuindo, assim, com a preservação do patrimônio paterno na mão do homem, preso à terra.

[ No estudo das famílias, ocorreram explorações conjuntas numa mesma propriedade, formando uma “família extensa ramificada”, que segundo Almeida são famílias onde a neolocalidade residencial não é acompanhada pela mesma localidade da área de cultivo. ]

*“ O N0751’ trabalha a família em grupo, ele tem lá cinco filho e um genro. Os sete fazem tudo lá, trabalham na roça. Então aqueles*

*trabalham em grupo, agora minha família é muito unida, na mesma hora que um tá plantando arroz pro cunhado, tem três trabalhando pro genro, e outros pra cá trabalhando pro outro. Então não é uma família agrupada num só, é muito unida mas sem administração, cada um tem a sua administração.”* (M<sup>♂</sup>63 - Sitiante)

[As famílias extensas ramificadas são de jovens casados não emancipados, que têm a sua moradia sobre a terra do pai ou do sogro, e que por isso exercem alguma atividade em conjunto.] As famílias de (N<sup>♂</sup>51 & M<sup>♀</sup>40)<sup>26</sup> e (M<sup>♂</sup>63 & A<sup>♀</sup>56)<sup>27</sup> possuem essa mesma estratégia de organização familiar, por isso agregam genros e noras como força de trabalho.

Caracterizar a organização extra-familiar como “blocos familiares”<sup>28</sup>, não exige que o uso da terra seja comum, apenas que haja alianças decorrentes de um parentesco próximo e que consigam estabelecer algumas atividades de forma conjunta e solidária.

Para melhor entender a classificação a seguir, deve-se recordar a Figura 2, onde aparece um número para cada um dos trinta e três domicílios pesquisados. Formaram-se, assim, onze blocos familiares, não totalmente individuais, porque também possuem interligações entre eles. Conforme o número da sequência das entrevista eles estão dispostos da seguinte forma:

- 1º. bloco ⇒ casas n.º 1(G e esposa), 2(sobrinha de 1) e 4(filho de 2);
- 2º. bloco ⇒ casas n.º 5(M e esposa), 6 e 7(sobrinhos de 5) e 29(irmã do 5);
- 3º. bloco ⇒ casas n.º 8(A e esposa), 9 (irmão de 8) e 4(filha do 8);
- 4º. bloco ⇒ casas n.º 10(A e esposa) e filhos 11(♂), 25(♀) e 22(♀);
- 5º. bloco ⇒ casas n.º 13(T♀), 12(filho de 13);

<sup>26</sup> Bloco familiar com 3 famílias num efetivo adulto de 5 homens e 2 mulheres.

<sup>27</sup> Bloco familiar com 6 famílias num efetivo adulto de 4 homens e 5 mulheres.

<sup>28</sup> Conceito empregado por Antônio Cândido (1987) para explicar o vínculo de trabalho e complementação entre algumas moradias, sendo que outras eram isoladas.

- 6°. bloco ⇒ casas n.º 17(M, esposa e filhos) e filhos 14(♂) e 19(♀);  
 7°. bloco ⇒ casas n.º 16(Z, esposa e filho) e filhos 18(♂) e 21(♂);  
 8°. bloco ⇒ casas n.º 20(G♀ e filho) e seus filhos 15(♀), 14(♀) e 19(♂);  
 9°. bloco ⇒ casas n.º 24(T e esposa), 23(filho de 24) e 22(irmão de 24);  
 10°. bloco ⇒ casas n.º 27(N, esposa e filhos) e filhos 28(♂) e 26(♀);  
 11°. bloco ⇒ casas n.º 30(M♀ e filhos) e 31(filho de 30).

Apesar de haver maiores inter-relações que as apontadas; são estes os blocos familiares. Salienta-se que somente a casa 3 é isolada, que o bloco 5 é isolado (vindos de outra comunidade), e que os blocos 6, 8 são aliados e contrapostos com o 10 formam os casos de família extensa ramificada relatados.

### → c) A divisão do trabalho

As mulheres assumem três funções básicas: (1) administrar a casa, as crianças e a maioria das atividades da parcela casa-quintal, como a criação dos pequenos animais, horta e pomar; (2) exercer a atividade do bordado e a fabricação de doces, conferindo uma renda mínima estável para a família; e (3) são potencialmente empregáveis na cidade<sup>29</sup>, tanto quanto os homens, possibilitando diversificar a renda da família.

Neste último ponto é difícil classificar unicamente como "força plena" o homem adulto em idade produtiva, pois as mulheres também possuem a alternativa no mercado de trabalho, apesar de não empregadas na atividade principal do empreendimento. Assim, cada vez mais, as forças de trabalho do grupo doméstico correspondem à uma composição por idade e menos pelo sexo.

O principal papel dos idosos está na contribuição da sua aposentadoria para a renda da família. Além disso, trabalham nas atividades de menor desgaste físico, não sendo observados idosos lavrando as várzeas com bois, mas se

<sup>29</sup> Formiga - MG se destaca pelas micro-empresas em costura de tecido para vestuário.

observam idosos nas atividades de ordenha das vacas, bateção de pasto e, quando mulher, nos serviços do lar.

A infância somente existe para aqueles jovens abaixo de 6 anos de idade (35% dos jovens encontrados). Crianças de sete a dez anos (27,5% dos jovens encontrados) já possuem o seu papel produtivo, auxiliando operacionalmente as atividades dos adultos, ora levando uma marmitta para a roça, ora conduzindo as vacas entre a ordenha e o pasto e ora sendo estudante.

A divisão entre criança e jovem é muito tênue, mas ocorre uma certa diferença entre aqueles que se percebem futuros lavradores e aqueles que negam esse futuro, protelando as responsabilidades com a unidade de produção e apostando mais no estudo. Dentro da faixa etária de onze a quinze anos (22,5% dos jovens encontrados) já é possível visualizar distintas funções entre o jovem homem e a jovem mulher. O primeiro já assume áreas de cultivo, administrando algum gado, ensaiando os primeiros negócios e tendo de fazer a opção entre largar o estudo ou fazer o ensino médio. Entre as jovens os trabalhos de bordado já são usuais, somente paralisados quando ajudam no serviço da casa ou estudam.

Na faixa entre dezesseis e dezenove anos (15% dos jovens encontrados) já são considerados adultos, e muitos destes já desempenham este papel. Entretanto, somente o casamento, ou a substituição do posto do pai ou da mãe, lhes permitirá a emancipação. Adiantar a data do casamento significa iniciar mais cedo o seu direito de acumular patrimônio.

Entretanto, protelar o casamento pode significar receber a casa dos pais. Segundo a tradição local, o último filho que casa é quem fica com a casa e com parte das terras. Numa analogia com o padrão de sucessão no Sul do Brasil, parece ser um padrão de minorato domiciliar. As mulheres acima dos dezesseis anos já podem se casar e, de acordo com o arranjo pretendido, deverão ainda

bordar uma boa parte da sua vida até o momento certo do casamento acontecer, o que muitas vezes ocorre somente depois de sinalizada a partilha da herança.

O homem adulto deve trabalhar na roça, junto com os meninos acima de onze anos. Além disso, deve cuidar do gado, ordenhar as vacas e levar o leite para a estrada, além de lidar com as máquinas (como o picador de capim).

*“A mulher não faz serviço da roça, que é serviço do homem. Serviço da mulher é cuidar da casa. (...) Prá cortar uma lenha o homem dá 2 machadada a mulher dá 5. O serviço de homem é coisa que pesa.”*  
(Z♀55 - Sitiante)

Serviço pesado é dos homens, no passado havia outras atividades que eram deles, como: o corte e comércio da lenha na cidade, a lavoura de arroz irrigado e a rapadura, esta última enquanto tinha importância econômica.

Quando há necessidade de negociar a produção, seja um “pelado”, um “garrote” ou alguns sacos de arroz, milho ou feijão, aparece em cena o homem.<sup>30</sup> A mulher deve se preocupar com a família, uma idéia passando de mãe para filha.

*“E - O dinheiro que entrava meu pai que fazia tudo né? (Z) Agora eu sou a chefe das menina e tudo que a gente vai fazer eu converso com elas, um negócio de vender aquela criação, conversa e vende.*

*P - E antes era assim?*

*Z - Antes não, porque aí o Zé era o chefe né. O que ele fizesse estava bem. (...) Nessas coisa de tomar conta é com o marido, o chefe né.”*

(Z♀55 e a filha E♀33 - Sitiantes)

Ao longo dos anos, de acordo com a importância econômica que a atividade possui, existe uma alternância do papel do homem e da mulher. Normalmente o homem se responsabiliza por aquilo que propicia um maior montante em dinheiro e o que exige maior contato externo, como atuar numa feira. A mulher se envolve em atividades de manutenção doméstica, que

---

<sup>30</sup> Questão também observada por Moura (1978).

normalmente se traduzem em pouca circulação monetária, e o homem procura pelas atividades que viabilizam o incremento do patrimônio e a reprodução social.

## 2.5 Sucessão

### a) Sucessão e partilha

Vender a terra e fazer seu preço assume um caráter subjetivo, principalmente se essa transação ocorrer num momento de partilha de herança. Mas, ao contrário do que se possa imaginar, em Santa Luzia, a sucessão ocorre anteriormente à divisão do patrimônio. A sucessão profissional é determinante, mas não monopoliza a propriedade da terra, e os pais acreditam que não devem ser explícitos na sua preferência, e muito menos partilhar em vida o seu território, que, quando realizada, é considerada um erro:

*“Aqui o que era dono partiu a terra em vida e isso não foi bom pra eles. Era um homem folgado e não esperou pela morte. E aí cada um mandou no seu pedaço e vendeu. Acabou que eu tenho a terra deles!”*  
(AÔ<sup>3</sup>63 - Sitiente)

A justificativa para não partilhar em vida está baseada em quatro argumentos: (1) o custo financeiro da partilha recai sobre os pais, o que significa ser um gasto supérfluo, já que haverá o inventário após a sua morte; (2) o desgaste emocional recai sobre os pais, pois a partição pode gerar descontentamento e ocasionar alguma discórdia entre os filhos, o que pode prejudicar a relação entre pais e filhos, sendo que necessitarão do amparo de todos para enfrentar a velhice próxima; (3) significa dar o prazo máximo para que as partes interessadas percebam quem ficará na roça, sendo que o importante não é a percepção dos pais, mas sim a dos filhos; Se um herdeiro quiser viver de outro negócio terá o apoio financeiro da venda da sua parte para o sucessor; (4) a segurança que a terra significa, tanto de subsistência econômica (reduzindo o custo de vida) como social (pois não existe idade para ser agricultor), e assim

agricultor), e assim garantir que não fiquem desamparados e nem deixem de poder apoiar algum filho mal sucedido.

Entretanto, apesar de todas essas preocupações da não partilha, existe um consenso de que se deva “sair de cima do negócio” quando o pai perceber que o seu “pé-de-boi”<sup>31</sup> estiver pronto a sucedê-lo. Neste ponto, o argumento é de que não existe uma meia partilha. Deve-se separar uma parte em que se possa trabalhar e entregar o resto ao mando e à sorte do filho.

Os dois pensamentos - o de “não partilhar” e o de “sair de cima” - não são contrastantes, apenas expressam as duas faces de uma mesma moeda. O primeiro pensamento expressa o desejo de fragmentar o menos possível o patrimônio da família, apostando no consenso entre os herdeiros, que tomarão a melhor decisão. O segundo expressa o necessário espaço para a sucessão.

Entre as unidades de produção de maior tamanho ocorreu um caso em que a solução da sucessão consistiu na venda pelo sogro, em vida, de todo o patrimônio para o genro, impedindo qualquer possibilidade de fragmentação da terra em um futuro inventário.

*“ Os filho novo muda a vida dos velhos. O Zé, a vida toda na roça, foi tendo vontade de ir pra cidade, e fez tudo que é serviço. Depois deu certo na linha de ônibus de motorista, e meu sogro ficou com as terra dele. Depois, meu sogro ficou sozinho e deu na idéia de vender. A familia toda aprovou, porque estava aí sozinho, então vendeu pra mim, e tá até hoje na cidade.” (AÇ<sup>7</sup>63 - Sitiente).*

---

<sup>31</sup> Aquele filho ou genro que se torna o principal suporte da família, em quem os pais (ou o sogro) mais confiam. Normalmente é o último filho ou filha a se casar e que, por causa disto, acaba herdando a casa e a melhor parte da herança, pois a partição é geodésica. Quando algum dos herdeiros não tiver interesse pela terra se sentirá obrigado a primeiro propor ao “pé-de-boi” a venda da sua parte.

Entretanto, o mais comum é que um dos herdeiros compre a parte dos outros após o espólio, lembrando que, neste caso, o “pé-de-boi” normalmente é aquele que terá a melhor poupança para adquirir a parte dos outros.

*“ O pai morreu e a mãe pegou a metade das terras e passou pros filho (...). Depois que ela deu tudo pros filho, ela tinha uns desfrute e deu idéia de vender tudo. Ai.. ia botar fora, né? (...) Ai nós fomos obrigado a comprar o galpão, compramos sem poder. Dai nós se endividou bastante, mas compramos as parte deles. E quando ela morreu, deixou a casa para nós.”* (M<sup>7</sup>60 - Sitiante)

De uma forma ou de outra, o dilema sucessório surge a cada geração, fazendo lembrar que o futuro sucedido já esteve um dia no lugar do sucessor.

*“Eu era o filho mais novo, e fiquei por último, assim naquele cerrado lá embaixo, eu tomava conta do meu pai. Ai comprei as parte dos irmão e essa casa aqui ele deixou. (...)Nós tinha companhia [capinador], eu mexia com 8 a 10 companheiro. Ai, nós ia almoçar e meu pai falou pra mim que ia passar pra aquela casa ali, porque a mãe não podia comer comida de sal, e com aquela companherada, era preciso por banha na comida. Mas se chegasse uma pessoa, ele largava lá e vinha bater papo. E hoje, na trilha dele não tem nenhum pra me acompanhar, porque se um deles quiser vir, eu desocupava o lugar.”* (R<sup>7</sup>78 - Sitiante)

A fala reúne a história de três gerações em sucessão. Primeiro descrevendo a característica de minorato domiciliar, passando pelos acertos com os irmãos herdeiros e, por fim, como o seu pai saiu da casa e de “cima do negócio” para que pudesse assumir na totalidade o empreendimento. Entretanto, a ultima parte da fala é melhor compreendida quando agregada à seguinte:

*“O filho do Roberto, pelevava pra ele mas não podia. Tinha que mancar conforme [agir igual ao pai, M.A.P.]. Esses tempo ele tentou pegar uma novilha no curral pela cabeça sozinho - o que seis não pega, porque aquele gado é meio indecente - ai não deu certo, então o homem virou uma onça...”* (A<sup>7</sup>71 - Sitiante)

O vizinho de “R<sup>o</sup>78” fala do seu espírito jovem e da forte personalidade, apesar da idade avançada, e tais características são a maior limitação da sucessão, porque não deixa espaço para algum filho se tornar um “pé-de-boi”.

#### b) Um lugar ao sol

O ponto de partida para a herança em Santa Luzia ocorre quando é concedida ao filho uma parcela de terra dentro da unidade de produção. Este, ali cultivando, deverá retirar a renda do produto em seu benefício próprio e para os futuros investimentos.

Entretanto, com o objetivo de preservar o patrimônio fundiário dos pais, o filho normalmente inicia outras atividades que não desmereçam a atenção nele confiada pela família paterna, e assim possa adquirir a sua própria terra, mesmo que faça um negócio em família.

O segundo passo para configurar um processo de sucessão está em colaborar com a construção da casa do filho na terra dos pais, com direito a uma parcela de terra para plantar. Neste caso, ocorrem situações em que o pai de uma família ainda é um “morador” da terra do seu próprio pai, ou seja, o avô dos filhos do primeiro, como no caso a seguir:

*“T - Meu pai aqui não dividiu em vida não, agora é que nós temos lutando aí. (...) Mas meu filho não entra, não. É só entre meus irmãos.”*  
(T<sup>o</sup>66 - Sitiante)

A família do neto não é considerada no processo de partilha, entretanto, a sua presença na terra foi aprovada pelo avô, ingrediente que melhora o acerto.

Nos casos de viuvez, a mãe cede a sua chefia ao filho mais velho da casa.

*“O - Quando o pai faleceu eu tinha 21 ano, e não tinha nenhum casado, dos irmãos.*

*P - Daí você ficou o pai da casa?*

*O - Ué uai, eu estava com 21 ano. (...) Meu avô era bem de idade.*

*P - E a senhora fez a partilha logo depois?*

*T - Reuni pouquinho, aí não dava pra partir, ficou reunido. (...) Um foi comprando a parte do outro, foi pagando, foi saindo. (O) - O que ficava sempre comprava, no fim sobrou pra mim. Agora estou eu e minha mãe aqui.*

*P - E você Oliveira, casou com que idade?*

*O - Com 31.”*

(T<sup>7</sup>66 & O<sup>7</sup>47 - Sitiantes)

A fala é de um irmão mais velho que assumiu o papel de pai dos seus irmãos por 10 anos e, até que todos se casassem, ele não casou. Situação semelhante ocorre na casa que não tiver um filho homem. A sorte é então lançada para o casamento das filhas, tendo, na figura do genro, o homem da casa.

Todos os casamentos são por comunhão universal de bens, o que consolida o poder dos maridos como tutores dos bens da esposa, principalmente para acertos de herança. Em Santa Luzia a terra onde um casal vive é sempre tratada como do “seu Fulano”. Somente em casos de viuvez é que se cita a mulher, mesmo assim com o codinome do falecido marido, como a “Fulana do Fulano”. Isto pode ser observado na tabela 1A, anexa ao trabalho.

A separação definitiva para formar um núcleo familiar próprio ocorre com a morte dos pais. Nesse momento, segundo Moura (1978), a interação fraternal diminui e os solteiros restantes distribuem-se entre os casados, preferencialmente na casa dos pais onde o “pé-de-boi” estará residindo.

A partilha final é sacramentada com a venda das parcelas de terra herdadas já divididas e transformadas em parcelas independentes, entre irmãos e irmãs solteiras ou entre cunhados, isto é, irmão e marido da irmã. Os negócios de terra em família são mecanismos antifrmentários, que acabam por excluir relativamente a mulher da propriedade da terra e, além dela, exclui os irmãos do sexo masculino menos aquinhoados em poupança.

## 2.6 Patrimônio

### a) Crescimento e emancipação

Formar o patrimônio é uma ação restrita à família nuclear. Mesmo nos casos de família extensa ramificada ocorrem arranjos individuais e de sociedades menores que denotam a existência de uma pluralidade de objetivos dentro de uma aparente homogeneidade.

*“No caso da compra do trator ficou só o Evaldo e o Esmânio. Nos implementos já entrou todo mundo. Mas o gado, cada um tem o seu.”*  
(M<sup>O</sup> 27- Lavrador)

Send<sup>o</sup> a formação do patrimônio um problema da família, a maior obrigação dos pais para com os filhos é a de poupar, pensando na futura reprodução, e a melhor forma de expressar o valor dessa ação é quando se encontram crianças “contabilizando sua poupança”, em cabeças de gado.]

[ A emancipação do jovem ocorre após o casamento; entretanto, antes disto, há necessidade de arranjos, para que o espaço de uma nova família seja criado. Assim, de forma escalonada, pode-se adequar cada vez mais gado do filho à área dos pais e garantir uma poupança que pode ser usada na compra de terra, casa, apoio à migração ou algum outro investimento produtivo.]

[ A terra e o gado podem parecer sinônimos de patrimônio, mas não o são.]

Patrimônio engloba um conceito mais amplo que poupança:

*“Eu entendo riqueza como a união da minha família, os prazeres que eu tenho com eles, porque é uma família pobre em dinheiro, mas rica no outro lado, na união, amizade. Por isso sou rico. Eu acho que a riqueza vem por conta disso. De que adianta você ter uma fazenda muito grande e com abundância, mas você não ter o prazer da família unida, trabalhando naquilo.”* (M<sup>O</sup> 63 - Sitiente)

O conceito apresentado de riqueza não desmerece a poupança como seu passo fundamental. A justificativa de imobilização de capital está na manutenção

da unidade familiar, a melhor forma de produzir excedentes. Assim, uma antena parabólica, por exemplo, está contida mais em patrimônio do que poupança, porque para tê-la a família é obrigada a se desfazer de uma quantidade de gado (poupança) e investir em algo de menor liquidez; entretanto esse investimento traz satisfação, um componente da noção simbólica de patrimônio.

*“Quando era solteiro, nem companheiro eu tinha - eu era meio despontado - pra despistar eu ia saindo e não gastava meus trocados. Ai quando tinha 17 ano comecei a namorar minha esposa, que é filha do vizinho do meu pai. Como não era de sair no mundo, com 20 ano casei. Pra fazer a casa, eu só fiquei com uma vaca. Depois ela caiu num buraco e morreu. Dai eu fui trabalhar nas outra lavoura, e consegui comprar uns bezerrinho. Eles cresceram e com 12 cabeça de gado eu comprei um lote de 60 mil. Depois eu vendi o lote e comprei um Fusca e mais uma juntinha de bezerro. O Fusca tenho ele até hoje, e vendo só se for pra comprar outro. O carro me ajudou muito, faz parte da familia” (PÔ<sup>7</sup>41 - Sitiante)*

Essa fala, uma verdadeira história de vida, demonstra o esforço de um jovem em construir seu patrimônio, em que o carro é complementar à terra, pelo seu valor de uso. O “Fusca” facilitou seus negócios na cidade, onde passou a vender carne de porco e bananas. Também é o elo que mantém com a família na cidade. Uma família que está no limite entre ser pluriativa e proletária.

Construir o patrimônio é uma tarefa para a vida toda. Observar um jovem aguardar com expectativa o crescimento da novilha, que com o tempo produzirá outros bezerros(as), faz parte da compreensão do crescimento patrimonial. A comunidade também observa o esforço deste jovem e seu modo lícito de crescimento patrimonial, e passam a tê-lo em confiança e credibilidade, componentes fundamentais do patrimônio.

*“(...) Passou dois ano e comprei um alqueire junto do pai, e fui trabalhando. Mais um ano e comprei essa terra aqui, enchi com 300 pé de banana maçã e fui vendendo banana. Juntando aos pouco, comprei outra terra no Papagaio, que vendi e comprei outra aqui*

*perto. Depois juntei mais um gadinho e comprei um lote na cidade e fiz uma casinha. Em três ano construí ela.” (P<sup>o</sup>41 - Sitiante)*

Se um jovem quiser transformar sua poupança numa bicicleta, estará protelando sua emancipação e deverá agir de forma a recuperar esse tempo desviado da formação do seu patrimônio. Por isso, plantar arroz “à meia”, fazer uns serviços de pedreiro ou “bateção de pasto”, vender doce de goiaba à domicílio ou na feira, enfim, todo e qualquer trabalho externo à sua obrigação com os pais, podem ser traduzidos como esforços de poupança.

Existe, assim, uma dicotomia entre o “eu” e o “nosso”, porque o “eu” precisa contribuir com o “nosso” e, ao mesmo tempo, criar as condições de nascimento do “eu”, como futura família.

*“G - Hoje já dá pra comprar uma terra, mas vou ficando aqui enquanto meu gado cresce. Uma vaca é 200 real. Tá vendo aquele bezerro? Eles tão querendo 120 real.*

*P - E com quantos bezerras se compra um alqueire de terra?*

*G - Igual a dos vizinhos lá, gasta uns 30 bezerrinho daqueles. Eles lá tem 1,5 alqueire e eles vendem lá por R\$ 3.000,00*

*P - E pra juntar 30, quanto tempo tem que trabalhar as meia?*

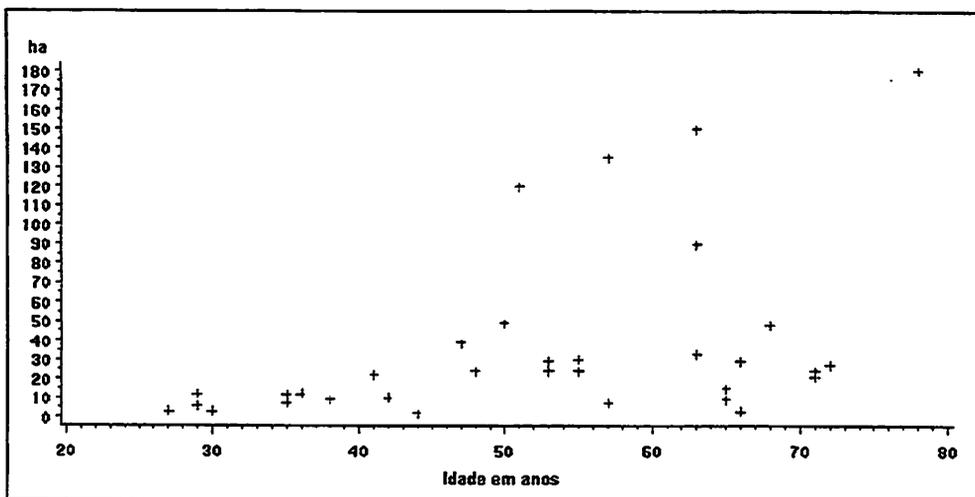
*G - Se comprar aqueles, em um ano. O leite compra três por mês.*

*P - Mas mesmo assim você vai precisar ter a terra do pasto, não?*

*G - Tem que alugar. Você pode trabalhar batendo pasto pra ter pasto. Trabalha num lugar e paga no outro.” (G<sup>o</sup>29 - Lavrador)*

A fala usa, como exemplo, a concreta oportunidade de compra que lhe ocorre naquele momento - a partilha do falecido pai dos vizinhos - além de falar da sua própria estratégia de crescimento patrimonial. À medida que a família cresce, que os parentes proprietários morrem, que seu gado se reproduz e que fica mais velho ocorre o crescimento patrimonial. Normalmente, ao final de uma vida, reúne uma área de terra e uma quantidade de gado que servirão de alavanca na colocação dos filhos, e destes para os netos.

Partindo-se do Anexo 2A, foi possível construir a Figura 4, a seguir, que demonstra a relação entre a área de terra e a idade do chefe da família.



**FIGURA 4 - Idade do chefe e área de terra em Santa Luzia - 1998**

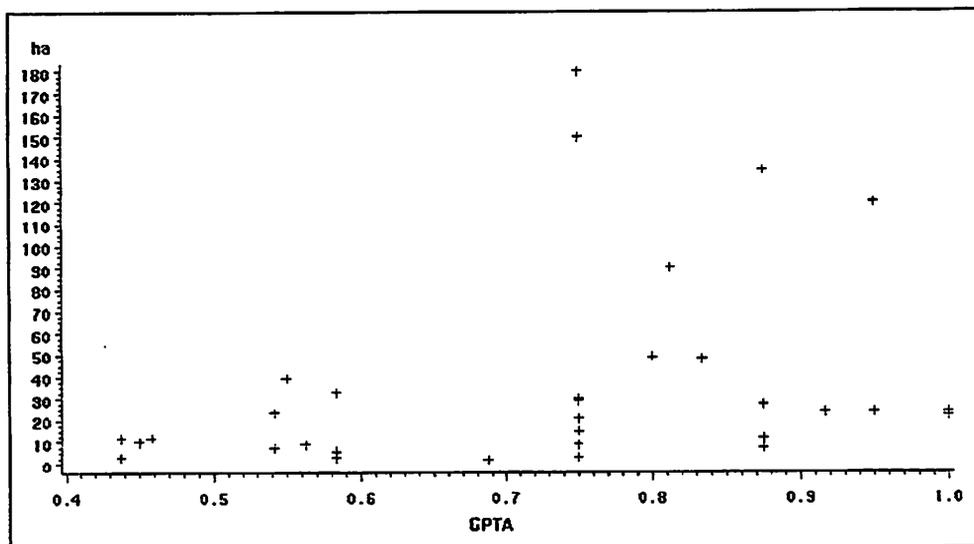
(Fonte: Dados de campo sistematizados a partir do Anexo 02)

Assim, as famílias com chefia abaixo dos quarenta e nove anos possuem uma área média de doze e meio hectares, em contraste com as famílias de chefia com idade acima dos cinquenta anos, que possuem uma área média maior de cinquenta hectares. E, no cálculo da correlação estatística, obteve-se o valor de “r” igual a 0,54\*\*, ou seja, uma correlação linear positiva e altamente significativa entre idade e área.<sup>32</sup>

Sabe-se também que à medida que a proporção de trabalhadores por consumidores numa família cresce, maior é o potencial dela produzir excedentes, e que podem ser imobilizados num patrimônio fundiário. Fundando-se nos dados do Anexo 2A, construiu-se igualmente a Figura 5, a seguir, que demonstra o crescimento fundiário de acordo com a capacidade produtiva do trabalho agrícola

<sup>32</sup> Critérios de correlação segundo Vieira & Wada (1988).

(CPTA)<sup>33</sup>. Percebe-se que as famílias com CPTA abaixo da média de 0,7 possuem uma área média de treze e meio hectares em contraste com as famílias de índice acima de 0,7, cuja média alcança cinquenta hectares.



**FIGURA 5 - Capacidade de trabalho e área de terra em Santa Luzia - 1998**

(Fonte: Dados de campo sistematizados a partir do Anexo 02)

Ambas as figuras apresentam uma dispersão maior dos pontos onde o chefe da família possui maior idade, ou quando o CPTA é próximo de um. Isto ocorre porque a variável dependente (área de terra) não é totalmente explicada pela idade do chefe de família e pelo CPTA; entretanto, existe maior correlação em ambos quando o chefe de família é mais jovem e quando o CPTA é menor. As famílias com chefia abaixo de trinta e nove anos possuem um CPTA de 0,56, ou seja, o dobro do número de membros que as famílias com chefes de idade superior a quarenta anos (CPTA de 0,78). Portanto, as famílias novas possuem uma maior pressão de consumo e por isso são menores detentoras de terra.

<sup>33</sup> CPTA é a divisão do número de trabalhadores pelo de membros da família, que resulta num valor de 0 a 1, e quanto mais próximo da unidade maior a equivalência entre trabalhador e consumidor. (Maia, 1982)

## b) Negócios e acertos de terra

- ✓ A compra da terra depende da composição mínima de três oportunidades:
- (1) estar diante de um momento propício, porque nem sempre ocorre uma partilha de herança e estar próximo dessa oportunidade significa perceber com brevidade suas conformações e preparar-se com antecedência para participar do desfecho;
  - (2) estar bem relacionado com quem se deseja negociar, principalmente se for confrontante de divisa;
  - (3) ter disponível um capital de fácil liquidez. ]

✓ A segunda oportunidade, tão ou mais fundamental que a primeira, resume-se a ser (ou tornar-se) parte do projeto de vida de quem lhe irá depositar a confiança da terra, que talvez tenha levado a vida inteira para tê-la. O preço da terra então assume um caráter subjetivo, mais explicável pela necessidade de sucessão do que por qualquer outro interesse. ]

*“Meu sogro primeiro vendeu onde nós mora, daí fui comprando dele. Depois ele fez negócio com o nosso filho, neto dele.”*

(A<sup>3</sup>63 - Sitiantes).

Quando o caso é a compra do direito da partilha, o bom relacionamento é fundamental, porque há necessidade de que seu interesse seja defendido no interior daquela família que se acerta, caso contrário seria melhor que o negócio não tivesse acontecido.

*“Eu fiz ‘posto’ aqui, se o irmão dele disser que vai vender pra outro de fora, e eu querendo, ele não vende. Se eu quiser ir na lei e denunciar, ele é obrigado a vender pra mim pelo mesmo preço que ia vender pro outro. Eu sou confrontante (...) mas é causo que eu não vou fazer isso, eu não ia mexer com lei.”* (M<sup>3</sup>29 - Sitiante)

A fala explica o sentido da vizinhança na lei e no lugar; entretanto, quando usa a expressão “fazer posto” quer dizer que está marcando um lote

comprado em uma futura partilha da família vizinha, o mesmo tipo de transação é feito com parentes próximos.

*“Minha irmã vendeu a escritura pro meu sobrinho antes da partilha. Agora tudo que tiver de sociedade ele é o herdeiro e ela não tem mais.”*  
(D<sup>O</sup>50 - Sitiente)

[ A terceira oportunidade envolve o uso de muitas táticas; ] quando, por exemplo, no ano que se fará a partilha de um espólio, uma das famílias fizer uso do PRONAF (para custear uma safra agrícola), sendo que antes nunca havia feito uso de crédito. Ou então, [ quando se vê um pasto degradado pela superlotação de gado, em que nada adiantam argumentos técnicos - pode ocorrer que o objetivo daquela família para aquele ano, talvez seja ter liquidez para acertos de herança. ]

[ Quando se estuda o processo de venda da terra em Santa Luzia, percebe-se que existem poucas condições para que outra pessoa, que não da comunidade, consiga adquirir a terra. A relutância em vender para alguém de fora acontece porque é costume consultar o vizinho antes de vender e, também, porque alguém estranho dificilmente consegue se preparar para as oportunidades mínimas de negócio. Somente na ausência destes é que a lei do mercado pode agir. ]

### c) A mobilização do patrimônio

Acompanhando a trajetória das mulheres nas famílias entrevistadas, percebeu-se que elas são menos equipadas com instrumentos de poupança que os homens; por consequência elas têm menos oportunidade de realizar suas economias em terra. Respeitando o Código Civil, entretanto, quem normalmente realiza o “acerto” é o marido (quando casada), ou o irmão (quando solteira); isto fica evidente quando elas conjugam seus negócios na primeira pessoa do plural e dos maridos, ou irmãos, na terceira pessoa do singular:

*“O gado e a terra foi partilhado com todos os nove irmãos e ficamos com 1,5 alq. Então compramos mais duas partes dos meus irmãos - João e Maria - ficando com três partes. Meu genro*

*comprou outra e o Nilson tem duas que é do meu cunhado. (...) Depois foi folgando, acabou as dívida, e meu marido foi comprando as partes das irmãs dele e ai passamos prós nove alqueires.”*

(Z♀55 - Sitiante)

Deve-se perceber que durante toda a vida produtiva da mulher, antes e depois do casamento, elas não negociaram gado e não arrendaram terras. Assim, como não possuem liquidez são impedidas de investir, tendo somente disponível um montante maior de dinheiro quando vendem a sua parte na herança. Para o homem, esse é o seu momento de inverter sua liquidez em terra.

As mulheres podem vender seu patrimônio herdado, em vez da obrigação de comprá-lo, um recurso que pode consolidar o patrimônio da família onde ela está. Além disso, ainda possuem mecanismos de geração de renda em atividades de menor valor monetário.

*“Você pega uma tira de borda de casal e borda aquele tanto ali, então você ganha de 16 a 18 real. E dependendo do modelo do bordado, você dobra ela em 15 dias.”* (E♀33 - Filha de sitiante)

Percebe-se nessa entrevista que o bordado rende R\$ 36,00/mês (1/3 do salário mínimo). É um recurso para os próprios gastos e que dificilmente gera excedentes suficientes para poupar.

## **2.7 Pluriatividade**

São os jovens e os novos adultos que mais procuram por rendas não agrícolas, enquanto produtores rurais. Eles buscam preservar e/ou ampliar o patrimônio com iniciativas em outras atividades que não diminuam a atenção que lhes foi confiada numa parcela do território paterno. Essas outras atividades têm como objetivo recuperar ou ampliar sua poupança, bem como seus gastos, e criar as condições de nascimento do “eu”, como uma futura família.]

### **a) Heranças mercantis e comunitárias**

No histórico sertão de Tamanduá - relatado anteriormente - a localidade seguiu o contexto oitocentista da província de Minas Gerais, apresentado por Paiva (1996), ou seja, uma região importadora líquida de escravos - dona do maior plantel do Império - que assumiu o papel de região exportadora de gêneros da agropecuária, simples ou transformados, apoiados numa diversificada base produtiva. Além disso, havia já no século XIX atividades de transformação, de fiação e tecelagem artesanal doméstica, com raras experiências fabris do setor siderúrgico e um imenso universo de artífices dos mais variados ofícios que atendiam às demandas do mercado interno.

Esse ambiente de economia mercantil de itens da subsistência tinha como locus de captação de gêneros as suas incipientes municipalidades, onde o varejo dos fazendeiros era reunido em transações atacadistas para abastecer, principalmente, o Rio de Janeiro. Era uma sociedade camponesa que exercitava a reciprocidade interna, ao mesmo tempo que negociava seus produtos com o outro externo, formado por intermediários e cidadãos.

{ Santa Luzia possui pessoas com os ofícios de carpinteiro, pedreiro, empalhador de carro de boi, tecedeira e outros que representam seu capital humano apreendido num passado de necessidades supridas por eles próprios, enquanto comunidade. Ao mesmo tempo são antigos seus negócios com tropeiros, com a cidade e o transporte em carro de boi, que tanto como no presente, geravam uma renda externa à unidade de produção. }

### **b) Agricultura e renda externa acessória**

Das trinta e três famílias entrevistadas, que representam a totalidade de dois setores da comunidade e 2/5 de Santa Luzia, dezesseis delas consideram o rendimento externo como importante no orçamento, independente da aposentadoria. Portanto, 48% das famílias entrevistadas são pluriativas.

Dentre as famílias pluriativas, a dinâmica mais frequente é a do setor de serviço, com o bordado (envolve as mulheres de 8 famílias entrevistadas); em segundo, ocorre o setor de comércio, com as atividades de feirante (que envolve os homens de 4 famílias entrevistadas) e “catireiro”<sup>34</sup>. Ainda ocorreram casos individuais de ocupação no setor da construção (pedreiro), social (professor e servente) e industrial (empresa de costura).

O bordado está presente em tantas casas quanto nelas existir a figura da mulher, ao mesmo tempo está tão disperso que pode fugir a um olhar desatento.

*“Tem 8 anos que comecei como bordadeira e agora as meninas é que pegam comigo. Em Santa Luzia são 37 bordadeiras e todas me dão horário. Nós levamos muito bordado pra elas de uma vez só, toda a semana.”* (A ♀32 - Sitiante e Contratante dos bordados).

A fala é de uma sitiante que tem ganhos comissionados sobre a atividade do bordado, e descreve a importância da atividade na comunidade e município. Observa-se que existe uma percepção empresarial do negócio, evidenciada nas horas de trabalho que recebe das bordadeiras. Esse processo corresponde a uma “indústria domiciliar” (Marx, 1996), em que as mulheres de uma família de lavradores são transformadas no departamento externo da fábrica de manufatura.

*“Ao lado dos trabalhadores fabris concentrados espacialmente e comandados diretamente, o capital movimenta por fios invisíveis, outro exército de trabalhadores domiciliares espalhados pelas cidades e pela zona rural.”* (Marx, 1996: 92)

As bordadeiras de Santa Luzia são contratadas para executar um trabalho em bordado, e não criá-lo numa forma artística, como seria numa atividade de artesanato; elas recebem da contratadora o modelo, a linha e o pano,

---

<sup>34</sup> Termo regional descrito por Ribeiro (1998), que significa negociante, realizado geralmente em pequena escala, nas áreas do Oeste mineiro.

seguem um traçado predeterminado e recebem pelo trabalho executado. É uma atividade que se adaptou às funções femininas e feito à domicílio.

*“O local de trabalho faz parte de sua morada privada. Elas recebem encomendas de fabricantes e empregam mulheres, moças e crianças pequenas, de acordo com o tamanho de seus quartos e a flutuante demanda do negócio.” (Marx, 19996: 97)*

O espaço feminino está ligado à compreensão da atividade como sendo complementar: *“O bordado ajuda a pagar as coisas dela. E lembra as roda de fiar da mãe.” (Oliveira, 47 - Sitiente)*

Fiar e bordar não são a mesma coisa, mas ambos encontram na divisão do trabalho o mesmo espaço da subsistência de recursos. Antes havia necessidade de fabricar a roupa, hoje é preciso comprar.

Entretanto, esse espaço feminino, quando gera uma renda substancial, inicia um processo de masculinização. Enquanto no bordado domiciliar (de baixa remuneração) existem poucos homens envolvidos (apenas 1 caso), no espaço das empresas de costura, eles já são muitos:

*“ Tá ficando mais fácil pros moço. O irmão do Ivan foi pra Formiga e o primeiro serviço que ele pegou foi na costura. Antigamente nenhum homem ia trabalhar numa fábrica de costura [empresa de costura]. Agora, pras menina era mais fácil, como doméstica e tem muita fábrica de costura em Formiga. Agora daqueles dois menino que eu falei, os mais velhos não arrumaram serviço e os dois mais novo tão na fábrica de costura.” (A♀32 - Sitiente)*

A mudança de papéis femininos e masculinos evidencia um dinamismo na divisão sexual do trabalho, balizada mais pela função delas em manter a família e deles na reprodução social, do que pela simples divisão de trabalho.

Numa comparação com o fenômeno histórico ocorrido após a revolução industrial, quando a sociedade solicitou que as mulheres e crianças deixassem de ser a maioria do operariado fabril, poderia haver aqui uma explicação auxiliar à

regulamentação do trabalho, encontrada por Marx, (1996). A transição da sociedade camponesa da Europa para o capitalismo, somente poderia acontecer através de mulheres e crianças, porque de início o próprio assalariamento era uma contribuição marginal de elementos marginais da família camponesa.

Nem todas as mulheres que manufaturam estão integradas no bordado, existem também aquelas que produzem de outra forma:

*“A - Este crochê é de encomenda. Eu gosto de crochê e estou querendo trabalhar por semana. O difícil é a mão-de-obra. A linha é por conta da dona da encomenda.*

*P - Quantos dias você leva pra fazer uma colcha de casal?*

*A - Uns 15 dias. Dá uns 50 ou 60 reais.*

*P - E quem trata os serviços?*

*A - Ela se chama Zizinha - da casa da renda - ela vende até Brasília e São Paulo.*

*P - E você põe o dinheiro na casa ou fica pra você?*

*A - Não aqui em casa fica quase nada. O dinheiro é meu, eu gasto em sapato, roupa, remédio.”* (A♀40 - Filha de sitiante)

A atividade descrita como “crochê” é melhor remunerada e fácil do que o bordado (opinião deles próprios), quando comparadas as horas de trabalho e a atenção dispensada.

Entre os homens, a ocupação externa de maior expressão é a de ser feirante. Quatro entrevistados (12%) consideraram que a feira, ou a venda na cidade, é uma atividade importante no orçamento doméstico. E nas falas a seguir, pode-se perceber o contexto que essa atividade assume na vida dos agricultores familiares e as formas individuais e consignadas como aparece:

*“P - Qual o teu principal produto?*

*M - Cada época tem uma coisa. O inhame já acabou, agora é mandioca, vagem, doce. Em outubro é pêssego, abobrinha, morango. E janeiro o inhame outra vez.*

*P - E o queijo você acha que tem época pra vender?*

*M - Não se eu tivesse muita vaca. Agora mesmo, a vaca que eu tenho preciso vender pra pagar o terreno, aí parou o queijo. Mas*

*em janeiro quero vê se compro duas novilha pra fazer queijo outra vez.”*  
(M<sup>o</sup>29 - Sitiante e feirante)

Essa fala é de um agricultor que procura transformar e vender a sua produção na feira de sábado, além das vendas a domicílio. É recém casado e está em início de carreira, mas já possui sua terra, casa mobiliada e carro. Ele faz uma relação estreita entre a matriz produtiva (queijo), poupança (vaca) e crescimento patrimonial (terra). São elementos únicos de uma estratégia que envolve um fluxo entre produção, transformação, feira, poupança e capitalização.

A fala a seguir é de quem procura estabelecer contratos de consignação com os vizinhos para vender esses produtos, além dos seus, na feira de sábado.

*“A única coisa que eu mexo é a feira, porque a feira é uma renda que a gente tem mensal né, ou semana em semana. (...) Eu vendo os produto que temos, mais as produção acertada dos outros vizinhos.”*  
(D<sup>o</sup>50 - Sitiante e feirante).

Existem também aqueles que preferem não ficar visíveis no mercado, e constroem a sua própria rede de clientes. É o caso do “S<sup>o</sup>48”, um pecuarista absenteísta que possui um açougue na cidade onde emprega o filho mais velho (19 anos). Ele comercializa 200 litros de leite por dia na cidade de Formiga, sendo 45% produzidos pelos vizinhos. O seu sistema de venda é a domicílio e trabalha em escala reduzida, usando um carro (Fusca) para o transporte.

A arte de comercializar o leite vem do seu passado como freteiro (leiteiro) na região e seu empreendimento é o único canal de comercialização para outras cinco famílias vizinhas:

*“Ele vende no mercado, e eu vendo leite, banana e ovo pra ele. Todo fim de mês ele me paga. Entrego o leite a R\$ 0,23/litro, aqui na roça e na cidade ele vende por R\$ 0,40/litro.”* (P<sup>o</sup>38 - Lavrador)

Observa-se que apesar de entregarem a maior parte da margem de comercialização para o vizinho sitiante e atravessador, eles lhe são muito gratos pela possibilidade da venda.

Por fim, registra-se o caso de uma família sitiante que cedeu uma parte da área para extração de blocos de granito para uma mineradora. A família recebe dez salários mínimos mensais de aluguel, portanto não é pluriativa, mas possui uma renda não agrícola; saliente-se que a área cedida será inutilizada para a produção agropecuária, sendo já observado o assoreamento do curso d'água.

→ c) **Quando a roça é acessória da “catira”.**

Existem, também, aqueles sítiantes que vivem da catira, um instrumento auxiliar e que em determinados casos passa a ser a atividade principal, tornando-se assim um catireiro:

*“Meu negócio é junto do pai [domicílio], eu ajudo eles. Trabalhando de meia comprei uns bezerro e até um pedacinho de terra.(...) Aí comprei um carro, e fui vender as coisas na rua. Vendi verdura uns dois ano. Trabalhava e comprava de um vizinho e vendia pra outro na cidade. Depois comecei a matar porco pra levar pra cidade.”*  
(R<sup>3</sup>38 - Sitiante)

Assim, partindo da experiência inicial de vendedor, aprendeu a negociar, comprando suínos vivos durante a semana, para depois transformar e vender na feira da cidade, uma atividade que poderia o caracterizar como açougueiro, entretanto além de feirante realiza outras catiras conforme a oportunidade.

O “homem de catira” precisa ser metódico, com rotinas de convívio social e de regras mínimas de negócio. Diz não existir a angústia e sim o bom senso, pois se uma proposta não é boa, ela não é finalizada como uma fatalidade, mas como um princípio.

*“Na catira, tem hora que a gente deixa de comprar. Mas às vezes tem outro vizinho que sabe que nós está comprando e vem vender, então você não tá perdendo tempo, entendeu? Ultimamente tá dando*

*pouco dinheiro, mas é uma coisa que você compra hoje por 100 e ganha 5, amanhã mais 5. Vale né, tá segurando. Então, não faço muita coisa e vez em quando, compro uma terra.” (R<sup>38</sup>)*

A lógica de lavrador não o abandona, ele comprará terra mesmo que o retorno seja menor que um lote na cidade; entretanto, sabe que terá garantida sua reprodução social.

*“Lote na cidade vale mais que a roça, mas pode daqui quatro ano dá uma virada. Porque eu já vi lote de cidade não valer nada e terra na roça ser caro demais. Tem a ida e tem a volta.” (R<sup>38</sup>)*

Como negociante, possui indicadores econômicos de comportamento nos maiores do ramo:

*“Tem que ter uma saída. Se tiver um comprador forte, você pode comprar um bezerro, juntar e ganhar dinheiro. Agora se os forte parar de comprar, aí o que nós tem que fazer é parar também. Se parar de comprar, aí não perde.” (R<sup>38</sup> - Sitiente)*

Como sitiente diversifica suas atividades pra não arriscar e se manter...

*“Tenho uma freguesia boa na feira, e mantendo ela eu ganho pra despesa. Depois, pego um bezerro aqui e catiro um porco ali. Parado você não me acha. Mas o povo entende que trabalhar é a capina. Acham que catira não é trabalho.” (R<sup>38</sup> - Sitiente)*

Para Garcia Jr. (1989) e Woortmann (1990 a), aqueles que mais tempo se dedicam ao negócio são os que mais insistem em declarar que também trabalham, buscando reafirmar sua honra através da moral camponesa, cujo trabalho moralmente positivo é aquele produtivo.

#### **d) Pluriatividade, migração e proletarização.**

Das histórias sobre os recentes emigrados, percebeu-se que muitos deles não possuíam um ofício determinado dentro da comunidade. Um dos casos é o de um jovem que foi trabalhar na instalação de torres elétricas no Paraná - um

serviço contratado por um ano que não dá certeza de ser definitivo - entretanto sabe-se ao certo que esse rapaz caminha para ser um herdeiro desonerado.

Metade das famílias entrevistadas possui casos de migração definitiva para a cidade, dirigidos principalmente para o próprio município de Formiga.

Os trabalhos em prestação de serviços possuem alguma expressão entre as ocupações externas de alguns componentes da família. Existem casos de serviços especializados, como o de pedreiro, com o seu preço indexado com as diárias de roça na proporção de 2,4 por 1, ou seja, um dia de bateção de pasto vale R\$ 7,00 e a diária de construção vale R\$ 16,80. Em época de inflação - quando havia mais dinheiro - o valor era de três por um.

A fala a seguir demonstra que existe a possibilidade de se utilizarem parceiros para promover o seu tempo de pedreiro:

*“Eu dou a terra pra eles plantar e colher o arroz, me dando a terça.  
Eu deixo de plantar, porque fica caro e eles fazem pra comer.”*

(S<sup>o</sup>42 - Sitante)

Observa-se que os outros é que estão plantando para comer, sendo que sua família também será nutrida, ao mesmo tempo que a necessidade de dinheiro é garantida como pedreiro.

Outro serviço especializado na comunidade é o de tratorista, no trator comunitário que é usado para lavrar e encher os silos. Também é especializado o trabalho como professor, um serviço assalariado encontrado por um jovem que ainda assume as características de agricultor pluriativo, cujos pais depositam nele a esperança de sucessão. Apesar de percorrer uma trajetória diferente da dos outros jovens do lugar, busca sua reprodução por atalhos.

Ocorre entre as famílias um caso extremo de pluriatividade, onde existe uma grande relevância da renda obtida por assalariados em empresas de costura na cidade, como a seguir:

*"Eu fico aqui a semana toda, e levo a roupa suja pra mulher lavar quando chega da fábrica. (...) Dos três filhos dois trabalham lá e não voltam porque não tiram aqui o que ganham lá. (...) E pra comer eu faço, a comida planto eu."* (P<sup>o</sup>41 - Sitiante)

Todas as quartas feiras e sábados, esse agricultor vai a cidade abastecer de alimentos. Apesar da estratégia fragmentar espacialmente a família, parece atingir três objetivos: (1) dinheiro para capitalização (usando insumos químicos na lavoura); (2) estudo com mais qualidade para os filhos (de 8 a 19 anos); e (3) produzir a cesta básica da família (maior sobra no salário).

A pluriatividade não conduz necessariamente à proletarização, podendo revigorar as energias da família para a sua reprodução; entretanto, também pode retirar do interior da família os elementos determinantes de sua conduta econômica. Percebe-se, assim, que a extirpação das forças marginais daquela família - trabalhadoras do capital - alcançou o tênue limite entre ser pluriativo, migrante ou proletário, um "trilema" jogado dentro da estratégia de reprodução da agricultura familiar.

### 3. CAPÍTULO - As chaves de São Pedro

A mata dispersou o homem, e aqueles que fizeram seu acerto direto com o meio, sobreviveram. Com suas próprias mãos tomaram aquele mato sujo, uma “Capanema”. De vez em quando vinham visitas, e antes que percebessem, quiseram tudo por ali comprar. Trouxeram lavouras e cidades, com tantos nomes e lugares, que quase esqueceram de batizar, o seu próprio nome no lugar. Um nome nobre, de visconde, que nunca pensaram, poder um dia, encontrar.

#### 3.1 Paisagem

##### a) Localização

O município de Capanema se situa na fronteira entre o Sudoeste e Oeste do Estado do Paraná (Figura 6). É uma região de microclima tropical, ocasionado pela proximidade com o rio Iguaçu (Bacia do Baixo Iguaçu), mas que sofre influências do temperado sul brasileiro. Esta transição climática propicia noites inverniais de baixa temperatura, com dias quentes. Não existe uma estação de chuvas, sendo mais característico variar a temperatura entre o verão e o inverno.

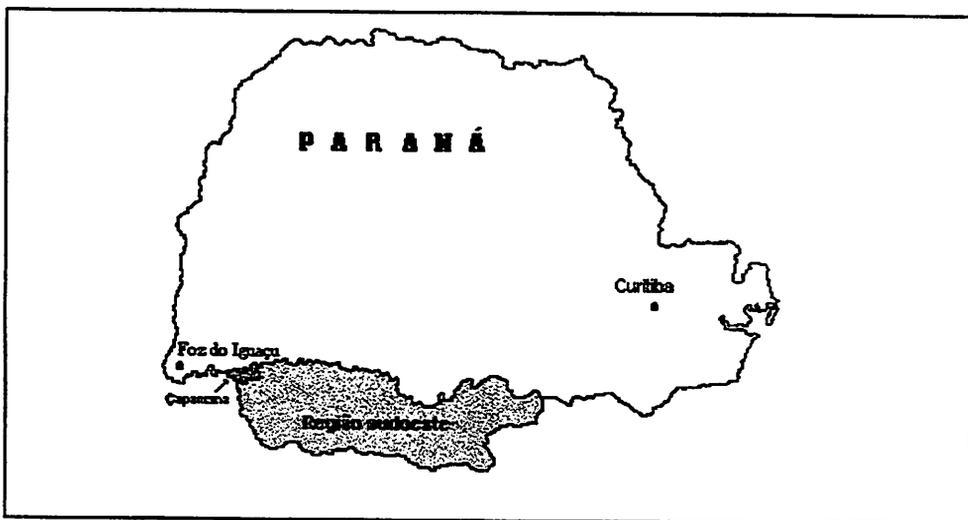


FIGURA 6 - Localização do município de Capanema

Segundo IPARDES(1994), o clima é subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência à concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22 graus centígrados e a dos meses mais frios é inferior a 18 graus centígrados. Segundo a mesma fonte, o município possui uma altitude de 350 metros e está distante 604 km da capital, Curitiba.

São Pedro é uma comunidade rural de Capanema, e representa uma situação média do município, não sendo tão plana e rica em “granjeiros”<sup>35</sup> como em algumas outras comunidades, nem tão montanhosa e repartida em minifúndios como em outras, apresentando talvez uma melhor distribuição modular da terra entre os seus moradores. O nome vem da Igreja Católica, que por sua vez homenageou seu pioneiro polonês do lugar, chamado Pedro Vichinoviski.

Essa comunidade incorpora quatro “Linhas”: São Pedro Central, Curitiba, Serra Pelada e Pedron <sup>36</sup>. Observe-se que a pesquisa ultrapassou o limite das duas últimas, que são mais homogêneas em área de terra por agricultor, e, para tanto, foram envolvidas numa sequência de entrevistas como na Figura 7. Os da Linha Pedron são de número 1 ao 9, e Curitiba de 10 ao 22.

---

<sup>35</sup> Para Ferreira (1988) granjeiro seria sinônimo de pequeno, mas a região usa este termo para um produtor familiar capitalizado, que possua mais de 24 ha (1 colônia).

<sup>36</sup> Não é consenso dos moradores de Linha Pedron que assim seja chamada, a Associação leva o nome de APSAT e com a inauguração da micro-indústria de nome “Manguaba”, alguns já a chamam assim.

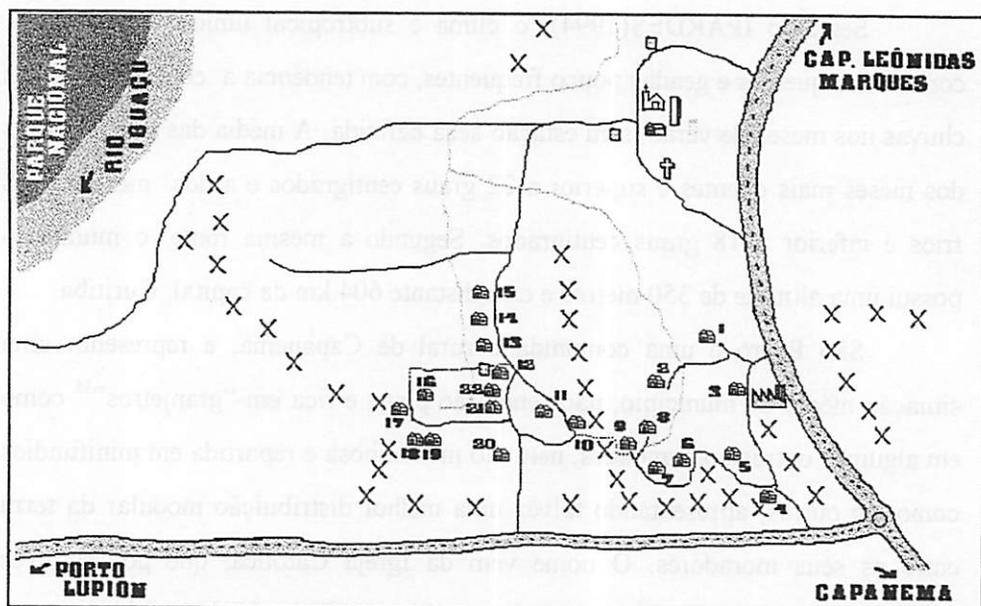
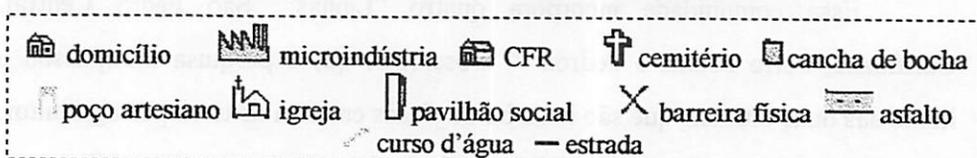


FIGURA 7 - Localização dos colonos<sup>37</sup> entrevistados em São Pedro - 1998



São Pedro está localizado no centro do município de Capanema, limitado a leste pela rodovia de asfalto que liga o município a Capitão Leônidas Marques, ao sul por outra rodovia de asfalto que contorna a sede do município em direção a Foz do Iguaçu e Argentina, a oeste pelo rio Iguaçu, que por sua vez margeia o Parque Nacional do Iguaçu.

Ao adentrar na comunidade se observam nas encostas as lavouras feitas com arado de boi, enxada, matraca e trabalho humano. Mais ao centro, nas áreas planas, destaca-se uma agricultura intensiva em insumos e motomecanização.

<sup>37</sup> Colono é o possuidor de uma “colônia”, que segundo Seyferth (1985: 8), designa ser uma área na comunidade rural que forma uma unidade básica de produção e consumo.

No centro da comunidade de São Pedro existem os espaços da Capela, pavilhão social, escola e bar. A primeira é toda em madeira, onde se realizam os cultos dominicais, organizados por um dos quatro ministros da eucaristia (um de cada Linha). O segundo é onde ocorrem as festas. O terceiro, hoje, é sede da Casa Familiar Rural (CFR)<sup>38</sup>, uma escola que procura profissionalizar os filhos dos agricultores e que atende mais ao município do que à própria comunidade. O último é um espaço masculino onde está a “cancha de bocha”.

O controle do dízimo da Igreja relaciona 110 famílias em São Pedro, as quais somadas às famílias luteranas, são estimadas em 118 famílias. O sistema de dízimo revela ser uma comunidade com normas de cobrança, havendo um tesoureiro responsável pelo recolhimento de uma taxa por família, que varia entre R\$ 2,00 e R\$ 6,50, conforme a área de terra e a situação de proprietário ou arrendatário.

#### **b) O uso do meio**

À beira do rio Iguaçu, por meio de alguma estrada vicinal da comunidade, é possível visualizar a floresta do Parque Nacional do Iguaçu. É uma mata, a qual, diante dos olhos, faz perceber o que pode ter sido essa localidade há quarenta anos. Entende-se assim porque a maioria dos equipamentos agrícolas e as próprias casas são de madeira, e a quase totalidade do solo é de uso agrícola. O solo da região, antes encoberto pela mata, foi de grande fertilidade natural, conseguindo produzir muitas safras sem o uso de adubos químicos até meados da década passada.

---

<sup>38</sup> É uma escola inspirada na França, com educação em regime de alternância prática com os pais agricultores e é juridicamente vinculada à ARCAFAR - Assoc. Regional das Casas Familiares Rurais.

A combinação entre fertilidade natural da terra e sua demarcação equânime em uma colônia por família, feita pela GETSOP<sup>39</sup>, resultou em propriedades com características de uso intensivo do solo e pouca pastagem, restrita às áreas mais próximas de algum riacho ou em solos litólicos<sup>40</sup>. Entretanto, nos últimos anos, as áreas de pastagens têm aumentado na região. À medida que se perde a camada superficial de solo, mais e mais lavouras são transformadas em “potreiros”<sup>41</sup>, para a pastagem do gado de leite, ou de corte, em menor grau.

A paisagem natural de São Pedro era uma só mata, a qual, com o tempo, à medida que a lavoura avançou, foi se diferenciando em cinco tipos de parcela<sup>42</sup>:

- (1) lavoura de montanha, área cultivável em terreno ondulado e que exige a tração animal. A dificuldade de mecanização restringe o sistema de produção nas culturas do feijão, milho e o fumo (uma cultura de menor risco devido à integração com as empresas);
- (2) lavoura mecanizada, área cultivável em terreno plano e que permite o uso do trator e da colheitadeira. A facilidade de mecanização determina a possibilidade de culturas como o soja, milho e cereais de inverno;
- (3) reserva e pousio, área localizada onde afloram pedra, ou a terra está muito “cansada”, isto é, necessita de um pousio para recuperar a fertilidade. Essa parcela é a reserva de mato que provê às famílias de lenha, “paus de cerca”, “paus de enxada” e “canga” ao mesmo tempo que recicla a fertilidade<sup>43</sup>;

---

<sup>39</sup> Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste - PR, que regularizou a região em 1968.

<sup>40</sup> Solos rasos e naturalmente férteis, frágeis a erosão e muitos inviáveis à mecanização.

<sup>41</sup> O potreiro não significa uma área para equinos jovens, e sim área de pastagem permanente dos animais em geral, principalmente do gado de tiro e leite.

<sup>42</sup> Queiroz (1977: 19) descreve uso da paisagem natural na região sudoeste do Paraná antes da colonização, e após essa, existe a descrição feita por Abramovay (1981: 73).

<sup>43</sup> Segundo Boserup (1987), a reposição da fertilidade e extrativismo são combinados.

- (4) parcela do “potreiro”, área permanente em pastagem, sempre ocupando a menor parte de cada propriedade e normalmente usada para acomodar o gado. É uma área próxima da casa, com acesso à estrebaria;
- (5) parcela casa-quintal, lugar da horta e pomar, além das benfeitorias, ou seja, o chiqueiro, a estrebaria, o paiol (que armazena o milho dos pequenos animais), o “galpão do fumo” (usado para secar as folhas do fumo). Também, em torno da casa-quintal, ocorre a transformação artesanal dos alimentos (embutidos de carne suína, pães, doces, açúcar mascavo e rapadura<sup>44</sup>);

Observa-se que a parcela casa-quintal é uma área experimental da família para novos empreendimentos como o abacaxi, o maracujá, a mandioca e a cana-de-açúcar, culturas conhecidas dos quintais. No caso da cana-de-açúcar, já é uma atividade comercial consolidada entre as famílias entrevistadas, uma cultura que possibilita a transformação, individual ou associativa, no açúcar mascavo ou rapadura, gerando novas alternativas de renda.

Atendo-se mais à relação sociedade-ambiente, observa-se que o sistema de produção estabelecido usufruiu durante muito tempo das reservas naturais do ambiente, e aquele que pouco fez para compreender o seu meio, enfrenta agora os seus primeiros sinais de exaustão, tomando-se prisioneiro dos agroquímicos.

*“ Eu lembro que aqui era mato, plantava milho e feijão. A semente que caía dava muito em quantia. Ninguém dizia que a terra precisava de muita coisa, agora a planta não dá mais nada. Tinha que ter tido mais cuidado, não orientavam nós e plantava um pouco de tudo.”*  
(N<sup>o</sup> 44 - Colono)

A fala descreve a limitação de manter atualmente o mesmo sistema de produção, sendo poucas as alternativas que encontram. Integrar-se à agroindústria do fumo muitas vezes é a primeira solução, porque as técnicas de

---

<sup>44</sup> A rapadura de Capanema é um pé-de-moleque (produto da fervura do caldo de cana com amendoim).

refertilização química do solo introduzidas revigoram o seu antigo sistema. Também ocorre uma tendência de transformar antigas áreas de lavoura em pastagem, para assim produzir comercialmente o leite e ter outra fonte de renda.

*“Hoje nós temos o fumo, um pouco de soja, feijão, milho. Mas não é como aquela vez que se plantava em todas as ‘coxia’. Não tinha potreiro.”*  
(P<sup>o</sup> 62 - Colono)

Entretanto, existe pouca negociação com o ambiente e permanece a incerteza sobre qual o futuro do seu sistema de produção:

*“G - Planto, não dá dois alqueire. Lá era gramado, e o gado ficou 4 anos, depois passei herbicida e “pateei” tudo com os bois.  
P - Você planta feijão, colhe em novembro e entra com o quê ?  
G - Entra o soja, e colhe ele. Prepara a terra e planta o trigo, ou então a cana. Já que vamos começar o negócio, um alqueire vai ser de cana.”*  
(G<sup>o</sup> 40 - Colono)

A fala revela um sistema de produção instável, em que se planta leguminosa em cima de leguminosa, e uma busca constante por outra alternativa econômica, que aqui aparece como a cana-de-açúcar. Esse agricultor inicialmente tentou a pecuária de leite, mas como possuía pouca terra, reconverteu a área de pastagem para a cultura da cana, podendo assim participar como sócio de uma pequena agroindústria de açúcar mascavo.

As fartas colheitas do passado de São Pedro nunca lhes foram uma garantia de ganho, pois a instabilidade climática e do comércio foi uma constante:

*“A - Um ano teve umas boas parte do feijão arrancada, deu uma chuvarada e apodreceu na lavoura. (V) - Faz 5 ano. Foi no ano do eclipse do sol. (A) - Até aquele ano, tinha uma reservazinha, e disse: ‘vou comprar um Fusca’. Terminamos de arrancar aquele feijão, e deu 15 dias de chuva. Apodreceu tudo. Então empurrei pra frente, só que na realidade, de uns ano pra cá, a gente foi mal (...). A gente tem que ter responsabilidade, porque não dá pra largar hoje em dia do jeito que tá, tem que saber com quem vai, com quem volta.”*  
(A<sup>o</sup> 53 & V<sup>o</sup> 50 - Colonos)

Assim, esses agricultores seguem em busca de equilíbrio, desde a sua composição doméstica até a sua relação com o ambiente e, pouco a pouco, percebem haver maiores limites do que havia para seus pais, não conseguindo visualizar como farão a sua reprodução de forma sustentável.

Atendo-se ao local de moradia, as casas são de madeira, escondidas entre árvores, sendo típico encontrar uma caixa de abelha nativa (mirim) na varanda, prova de que o clima não é rigoroso no inverno, como em outras regiões sulinas. A cozinha é feita no cômodo interno da casa, em assoalho de madeira. O fogão é de ferro e à lenha, com uma chaminé de lata. Nos dias frios do ano, normalmente úmido, a família permanece longas horas à beira do fogão, que no Sul do Brasil cumpre um verdadeiro papel de aquecedor e desumidificador da casa.

Em todas as casas existe o costume de deixar o rádio ligado, o principal meio de comunicação com a cidade (prefeitura, comércio, bancos) e parentes. Não é à toa que durante a revolta de 1957, o rádio foi de fundamental importância na articulação dos colonos contra os jagunços da companhia CITLA<sup>45</sup>, conforme descrevem Lazier (1986) e Gomes (1986).

Próximo à casa existem as benfeitorias como: chiqueiro, galpão de fumo, galpão das máquinas, paiol, galinheiro e estrebaria. É interessante observar que dificilmente ocorre a prática da ordenha a céu aberto, pois ocorre sempre na estrebaria, em decorrência das constantes chuvas e, às vezes, do frio.

Todas as casas possuem poço ou bica d'água, sendo que ultimamente passaram a usufruir de água encanada de poço artesiano, localizado no centro de São Pedro. É mais comum encontrar água na geladeira que em filtro d'água, sendo, portanto, generalizado o consumo de energia elétrica.

---

<sup>45</sup> CITLA - Clevelândia Industrial, Territorial Ltda. Companhia que grilou terras no Paraná entre 1950/57.

São Pedro possui o seu próprio cemitério, a autarcia comunitária do passado é pelo menos mantida para seus mortos. Cada família que cuidou dos seus idosos, também agora cuida do seu túmulo. A terra é sua segurança, e parte-se do pressuposto que, quando conquistada, a migração sempre será para os deserdados, pois os herdeiros dela terão e nela o sepultarão.

As comunidades desintegradas do Sul do Brasil são ainda lembradas pelos seus cemitérios, sendo normal encontrar - entre iguais plantações de soja ou milho - a sua presença, que marca uma antiga comunidade que ali existia.<sup>46</sup>

### **c) A convivência social**

Aos sábados e domingos à tarde, os homens casados frequentam o espaço cultural / esportivo das canchas de bocha. Os que estão na região central vão para a cancha do “bar do Nêne” (próximo à Igreja); os da Linha Serra Pelada possuem a sua própria, e as Linhas Curitiba e Pedron, reúnem-se no galpão dos Vons.

Participar de um jogo de bocha é exercitar a solidariedade de equipe, ao mesmo tempo que exige uma destreza individual. Uma analogia com o cotidiano da agricultura familiar, onde a solidariedade ocorre como complementar do desempenho individual, um indivíduo que se viabiliza por meio das trocas de dias, parcerias e associações.

As mulheres casadas também cultivam uma rede de amizade, elas visitam uma Linha diferente por semana para frequentar o “clube de damas”, onde praticam um jogo, que consiste em arremessar esferas numa trajetória curva dentro de uma caixa de madeira até acertar o alvo, sendo, então, recompensadas

---

<sup>46</sup> Segundo Waibel (1949: 197) o habitat rural desses lugares eram de casas que se distribuíam em volta de uma igreja e um cemitério, a escola e uma ou duas lojas e bares. Havia frequentemente um moinho, um ferreiro, ou fabricante de rodas, eram centros culturais, sociais e comerciais.

com brindes. É uma atividade de lazer que possui uma abrangência social maior do que os grupos de bocha. Existem grupos de damas com setenta mulheres.

No clube de damas, cada linha recepciona uma vez por mês as damas de outras, um costume recreativo difícil de manter-se, primeiro pela concentração cada vez maior de trabalho para a família e, segundo, porque com o envelhecimento das agricultoras, a casa se torna o ponto de encontro dos filhos e netos, que obriga a presença da mulher, principalmente se for avó.

Esses grupos recreativos foram aproveitados num programa municipal de associativismo onde cada linha criou a sua associação; assim, na região central de São Pedro existe a “Associação ACR Central São Pedro”, com 30 sócios; em Serra Pelada a “Associação Serra Pelada”, com 27 sócios; em Curitiba a “Associação Curitibaana”, com 16 sócios; e na Linha Pedron a “Associação A.P.S.A.T. Linha São Pedro”, com 18 sócios<sup>47</sup>.

*“...o problema acontece que sem Associação, ninguém consegue mais nada! Desde o Banco, se vai fazer um financiamento - ou uma coisa assim - primeira coisa que pede é se é sócio de Associação (...) não sei o porquê disso também, mas se quer uma máquina, só por intermédio da Associação.”* (S<sup>o</sup> 52 - Colono)

Para a recreação dos jovens solteiros, existem o campo de futebol e os bailes; quanto às jovens solteiras, cuidam dos irmãos menores, das tarefas da casa, e também participam de alguns bailes, mas muitas almejam a cidade.

Domingo de manhã é o momento em que as famílias de São Pedro se encontram na Capela. As mulheres e crianças permanecem do lado esquerdo, os homens e jovens do lado direito e o pessoal de apoio à liturgia na frente à direita.

---

<sup>47</sup> A gestão 1996/2000 da Prefeitura de Capanema somente atende às solicitações dos agricultores ou distribui benefícios através das associações. A seleção dos agricultores para o calcário, por exemplo, é feita a partir de três critérios: (1) não ter sido contemplado antes; (2) ser associado; e (3) ter menor área.

A celebração é realizada com pouca música, sendo que quando ocorrem os avisos, sinaliza que em pouco tempo se dará início as conversas do pátio externo. Também há os grupos de novena, que reúnem 17 grupos de famílias vizinhas.

Duas festas são realizadas durante o ano, que reúnem toda a comunidade e vizinhança. A festa do padroeiro São Pedro é tão grandiosa que acaba integrando mais a comunidade nos seus preparativos do que na sua realização.<sup>48</sup>

Outro lugar de se reunir é na roça, principalmente nas trocas:

*“P - Como era a história dessas ajudas?*

*G - A maioria era “pixurum”<sup>49</sup>, onde convidava a vizinhança, irmãos e faziam aquele pedaço, depois fazia outro “pixurum” em outro pedaço e assim ia (...) Fazia a roça fácil porque a maioria ajudava. A tática era essa. (E) - At só dava a comida. (G) - Comida, bebida, era divertido. Roçamos assim, quantas vez.*

*P - E daí quando os filhos começaram a ajudar, ainda fazia?*

*G - Às vezes, mas já tinha desmatado, aí ajudavam na roça, mas quando alguém estava doente, aí tocava a troca no lugar dele.”*

*(G♂ 62 & E♀ 63 - Colonos)*

O mutirão era uma importante obrigação recíproca da “sociedade cabocla”, e foi mais presente no início da colonização, que aos poucos foi transformado numa “troca de dias” entre vizinhos de mesma atividade. Observou-se, durante a pesquisa, a realização de trocas de dias na colheita do feijão, plantio das mudas de fumo, e no processamento da cana, mas os exemplos ilustram uma redefinição do modo solidário de ser, parecendo mais uma sociedade econômica.

*“P - A terra onde está o condomínio de cana recebe aluguel?*

*R - Ganha 40 saco de soja por alqueire. Nós queremos vê se em 4 ano cada um tem o seu, daí ninguém pagava pra ninguém e com 7 alqueire nós trabalha bonito.*

---

<sup>48</sup> Os colonos cumprem um complexo de atividades “lúdico-religiosas” que transcendem o âmbito familiar, encontrando no bairro a sua unidade (Cândido, 1987:67)

<sup>49</sup> Queiroz (1977: 37) retrata a expressão *pixurum* entre os sertanejos da Serra-Acima (caboclos), como um trabalho amigo e voluntário de vizinhos na formação de lavouras.

*P - E como vocês chegaram às contas dos alqueires?*

*R - Por causa que nós somos em sete, daí pensamos em fazer um pra cada e chegava num acordo. Mas se um quer plantar mais, aí ganha mais.”*  
(N<sup>o</sup> 44 - Colono)

O condomínio é como uma sociedade em transição para o individual, estabelecendo o coletivo para a transformação e comércio, mas não na produção.

Por fim, registra-se que foi percebida uma certa distância entre algumas famílias perante outras. Os moradores recentes e arrendatários não são rotulados por apelidos; ou ao contrário, quando não lembram do nome: “*Ah! não lembro, só sei que chamam de Peitudo.*” [referindo-se a um vizinho ausenteísta]. Sendo de origem diversa (italianos, alemães e poloneses) lhes seria fácil diferenciar pelo sobrenome, mas, ainda assim, usam de apelidos para se codificarem em pares.<sup>50</sup>

### **3.2 História local**

#### **a) Da “Questão das Missões” à “Guerra do Contestado”**

O atual município de Capanema pertencia às terras das missões e foi durante muito tempo pleiteado pela República Argentina. O Visconde do Rio Branco, no tratado de 14 de dezembro de 1857, propôs que os limites entre os dois países seria o rio Iguazu, desde a sua embocadura no Paraná até a confluência com o rio Santo Antônio.

Os argentinos, porém, davam a denominação de Santo Antônio a outro rio: rio Chapecó, reivindicando que a fronteira fosse entre este e o rio Chopim (portanto, o Sudoeste do Paraná pertenceria à Argentina). Daí a discussão entre os governos que resultou no tratado de Buenos Aires, de 7 de setembro de 1889, pelo qual o Brasil e a Argentina consentiram em submeter a sua controvérsia de

---

<sup>50</sup> A lista de apelidos se encontra na Tabela 3A anexa ao trabalho.

limites à decisão arbitral do Presidente Stephan Grover Cleveland, dos Estados Unidos da América (EUA).

Pela sentença arbitral norte americana, do dia 5 de fevereiro de 1894, o atual Sudoeste do Paraná passa definitivamente ao Brasil. Somente a partir de 1895 a região passou a pertencer oficialmente ao Brasil, tendo fim a chamada “Questão das Missões” ou de “Palmas”.<sup>51</sup>

Resolvido o problema com a Argentina, continuou a pendência da região pertencer aos estados do Paraná ou Santa Catarina, somente resolvida após a Guerra do Contestado, quando os estados assinaram um acordo de fronteira no dia 20 de outubro de 1916, perante o Presidente Wenceslau Braz (Lazier, 1986).

#### **b) A economia cabocla**

Até princípios do século XIX, a região era povoada por índios, os quais inclusive, afugentavam as primeiras frentes pastoris de Palmas (Queiroz, 1977). É por isso conhecido por “sertão bravo”. E até 1940, a região não possuía colonos, somente uma baixa densidade de “caboclos”, que por mais de um século garantiam o funcionamento de uma “economia cabocla”<sup>52</sup>.

Devido à resistência indígena e à distância, os “caboclos” migraram lentamente e, segundo Queiroz (1970: 64), advinham de três pontos distintos: (1) os antigos “agregados” de fazendas de gado dos Campos de Palmas que ocuparam as matas virgens contíguas ao latifúndio; (2) os “caboclos” gaúchos que foram afastados pela imigração européia que chegou ao Rio Grande do Sul a

---

<sup>51</sup> Em 1909 o município Bela Vista de Palmas eternizou-se no nome de Clevelândia em homenagem ao presidente dos EUA, pelo decreto Lei n. 862 (Verleysen, 1970).

<sup>52</sup> De acordo com Cândido (1987), a “sociedade caipira tradicional” estabilizou-se com o meio, mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital, personificando no seu modo de vida o provisório da aventura.

partir de 1824 desalojando os pioneiros das áreas de mata; (3) os foragidos da Guerra do Contestado, que ocuparam boa parte do sertão do Alto Iguaçu.

A mata era o lugar mais propício para a sobrevivência da população “cabocla”: primeiro por não existir a propriedade privada, como nos campos; segundo, por estarem assentados num sistema de produção herdado da tradição indígena, cuja parte de sua alimentação era assegurada pela caça, pesca e coleta; e terceiro, pela mobilidade que restabelecia a fertilidade para a agricultura, realizando uma rotação em áreas virgens, como o “pousio florestal”<sup>53</sup>, permitindo uma agricultura com menos trabalho, comparado-se ao que seria necessário nos magros campos da pradaria.

Segundo Lazier (1986), os habitantes da região, anteriores à instalação da CANGO<sup>54</sup> em 1943, eram pioneiros luso-brasileiros, pobres, que se dedicavam à extração da erva-mate e à criação de porcos. Desde o início do século já existia na região o extrativismo da erva-mate, que depois de “sapecada” e “cancheada” era vendida em Barracão (para as Missões argentinas) e em União da Vitória (para Curitiba). Entretanto, o microclima de Capanema não permitia a mata de araucária e seu subbosque de erva mate na vegetação original; por ser uma mata mais fechada é que a região era conhecida por “mato sujo”, denominação indígena da palavra “Capanema”<sup>55</sup>.

Queiroz (1977) descreve a “economia cabocla” como o resultado de várias frentes na região, primeiro com a extração da erva mate e a criação de suínos em faxinais de araucária, depois com roças de milho que se arremetiam

---

<sup>53</sup> Bouserup (1987: 13) assim define o cultivo em clareiras na floresta. A autora revela ser o fogo um instrumento de cultivo da floresta, que torna seu trabalho mais fácil que aquele realizado em campo aberto.

<sup>54</sup> CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório.

<sup>55</sup> Segundo Verleysen (1970: 4) é muito pouco provável que o nome “Capanema” seja em homenagem a um certo visconde de Capanema, que segundo dizem, teria cruzado a região. Este é um personagem fictício e sem precedentes enciclopédicos !

sobre a floresta propiciando melhores safras de porcos, chegando à distante região de Capanema, junto à frente extrativa da madeira. Ali encontraram terras férteis para o plantio de milho, ração básica do “caboclo” e da criação do colono.

### c) Posse de “caboclo” é propriedade de colono

Com o aumento populacional e a modificação do regime de apropriação fundiária, a “economia cabocla” passa a aparecer como ilógica e irracional, da mesma forma que seria ilógico e irracional trabalhar numa parcela de terra apenas, tendo a mata inteira à sua disposição<sup>56</sup>.

*“(H) As primeiras lavouras eram mais difícil porque não eram destocadas... (R.) No início só se plantava feijão e milho e depois é que começaram com os porco(...). Os primeiro morador não trabalhavam... (pausa)... eles tinham um pedacinho de batata pra comer, um pedacinho de mandioca (...) eram aqueles tipo de gente que vivia com a cuia na mão. (H) Eles pescavam, caçavam.”*

(H<sup>o</sup> 61 & R<sup>o</sup> 57 - Colonos)

Por pressão dos reservistas do Exército e apoiado por um decreto de 1940, o governo federal iniciou a doação de terras na faixa de fronteira com a Argentina e o Paraguai, levando a “Divisão de Terras e Colonização” a propor a criação de um núcleo colonial naquela região (CANGO), decretado por Getúlio Vargas em 1943 (Lazier, 1986).

Assim teve início a colonização da região e, com a chegada dos colonos, era mais rentável para o “caboclo” abrir uma clareira e vendê-la, do que plantar e esperar os frutos. O dinheiro recebido pelo “caboclo” funcionava como se nada mais fosse que um novo recurso que a mata colocava à sua disposição, que podia ser usado da mesma forma que a caça, a pesca e a coleta.

Segundo Abramovay (1981), o “caboclo” foi cedendo o seu lugar a uma nova sociedade, ele foi seduzido pelo dinheiro e dessa forma sua terra não era

---

<sup>56</sup> Um aprofundamento maior pode ser obtido com a leitura de Abramovay (1981).

mais livre. E o fim do pousio florestal não foi só o término de uma certa forma econômica, mas a substituição de uma população por outra, uma transição não apenas sócio-econômica, mas também étnica e cultural.

O mundo da propriedade firmou-se com a extinção das condições ecológicas que viabilizavam o extrativismo em terra livre e, em consequência, o sistema econômico do “caboclo” estava definitivamente sabotado <sup>57</sup>.

Entretanto, essa terra privada serviu como um novo fôlego para a reprodução do colono. Um migrante de Lagoa Vermelha - RS para Capanema - PR descreve este caso:

*“Lá estava muito péssimo, era morro mais de um quilômetro(...) lá num tempo era muito melhor, porque o que se plantava valia e a gente plantava muito trigo, puxando no lombo de cavalo. Mas daí foi diminuindo e o cunhado disse que estava bom aqui, que a terra era boa, e daí vim dar uma olhada, e ele fez um precinho michoruca, e daí comprei. Veio o meu irmão, e eu dei um pedaço pra ele, e depois fui buscar o pai.” (G<sup>o</sup> 62 anos - Colono)*

#### **d) A revolta dos posseiros de 1957**

Ao contrário de outras regiões do Paraná, nas quais, através da colonização privada, o campesinato teve de comprar do latifúndio o direito à sua existência social, os agricultores familiares da região Sudoeste se sobrepuseram ao latifúndio, e conquistando do Estado, o reconhecimento da sua vitória. <sup>58</sup>

Segundo Lazier (1986), tudo começou quando D. Pedro II outorgou ao engenheiro João Teixeira Leite em 1889 a concessão para construir a estrada de ferro de Itararé (SP) a Santa Maria (RS), compreendendo um ramal que, descendo de Guarapuava (PR) até o rio Iguaçu, fosse por ele até a sua foz, no rio

---

<sup>57</sup> Ver em Cândido (1987) as consequências da mudança do ambiente sobre a condição social do caipira.

<sup>58</sup> Maiores detalhes da Revolta dos Posseiros de 1957 em: Lazier (1986), Gomes (1986), Martins (1990), Rego (1985), Abramovay (1981) e o recente livro de Voltolini (1997).

Paraná. O referido decreto cedia gratuitamente as terras devolutas em uma faixa de 60 Km em relação ao eixo das linhas. Esse decreto foi depois confirmado, já no período republicano, pelo decreto n.º 305. O engenheiro vendeu sua concessão ao Sindicato Farquhar dos EUA, o mesmo envolvido na Guerra do Contestado.

Em 1893, organizou-se a “Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande” (EFSPRG) de capital norte-americano, cujo nome no Brasil era *Brazil Railway Co.* A companhia teve suas terras tituladas em 1913 (glebas Chopim) e 1920 (glebas das Missões), correspondendo a todo o território do Sudoeste Paranaense. Entretanto, com o novo governo de Getúlio Vargas, em 1930, os contratos foram rescindidos, sendo nessa época criada a CANGO, pelo decreto-lei n.º 12.417 de 12 de maio de 1943 (Abramovay, 1981).

Acontece que, ao mesmo tempo que foram tituladas as glebas para a companhia da estrada de ferro (EFSPRG), houvera, por parte de Santa Catarina, a concessão da mesma área para o cidadão José Raupp, em meio à disputa pelo território entre Santa Catarina e Paraná até 1916.

Ocorreu então um litígio judicial entre José Raupp e a Companhia, tendo o primeiro perdido em primeira instância, em 1920. Na apelação, em 1925, Raupp teve sua posse reconhecida e confirmada em 1938 no Supremo Tribunal Federal. Porém, os bens da EFSPRG haviam sido nacionalizados em 1940 e Rupp não conseguiu reaver sua conquista, vendendo seu crédito para a CITLA em 26/7/1950, firma esta que grilou durante 7 anos os posseiros da região.

Segundo Lazier (1986), com a sociedade do ex-governador Moisés Lupion na CITLA, houve uma inversão completa da situação, onde o ilegal passou a ser legal e os colonos teriam de pagar praticamente à vista por aquilo que já haviam recebido de graça da CANGO.

Essa situação durou até 1957 quando, após o esgotamento de todos os recursos legais, os colonos ocuparam várias cidades e expulsaram os jagunços (a

força parapolicial da CITLA) e os grileiros (a companhia em si), destruindo seus escritórios, em busca das promissórias e contratos que foram obrigados a assinar.

*“Cheguei um ano antes da revolução de 57, na cidade mesmo de Capanema não houve nada, mas o meu finado pai conta de muitas lutas ocorridas em outras cidades próximas como Santo Antônio e Pranchita.”*  
(A<sup>O</sup>46 - Colono)

O epicentro da revolta ocorreu no município de Francisco Beltrão, onde era a sede da CITLA e da CANGO. Houve vários levantes em diferentes municípios, mas foi contando com o auxílio de vários bandoleiros da região de fronteira com a Argentina - inclusive Capanema - que se iniciou a revolta contra a CITLA e sua força parapolicial de jagunços<sup>59</sup>.

É curioso perceber que entre eles havia também aqueles com uma relação mais cordial com a CITLA, como é o caso da fala a seguir, que naqueles tempos trabalhavam para obras da companhia, dando a entender que muitos dos famigerados jagunços eram gente dali mesmo.

*“Ai eles [colonos] começaram a prender gente pra pegar terra... prenderam meu irmão lá no Lajeado Grande, que estava fazendo uma casa lá (...) ia ser o escritório da CITLA (...). Dai ele teve nove dia acorrentado no mato, esperando para morrer. Os colonos achando que ele era da companhia e ele dizendo que só trabalhava na construção. Dai o Pedro Santini confirmou que ele não tinha nada a ver ali. Então, soltaram ele, já tinham pegado relógio, anel. (...)Dai, aquela vez, deu uma trincheira ali adiante e mataram esses jagunço, mataram tudo, foram os colono.”*(A<sup>O</sup>70 - Agricultor)

Esse agricultor, de sobrenome “Vargas”, faz um relato ambíguo de quem testemunhou a revolta com outros olhos, os quais, certamente, não eram os mesmos dos colonos gringos.

---

<sup>59</sup> Segundo Gomes(1986), os jagunços eram trazidos de fora da região e atuavam com apoio da própria polícia estadual. Entretanto, a fala de Othon Mäder na página 55 diz: “muitos destes criminosos profissionais eram recrutados na própria região Sudoeste (...) e quanto mais ferozes, mais caros”.

A legalização da posse dos agricultores vitoriosos em 1957 teve início em 1961, quando o presidente Jânio Quadros declarou de utilidade pública a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim. Em 1962 foi criado um órgão destinado a continuar o trabalho iniciado pela CANGO: o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná - GETSOP (decreto 51.431 de 25/04/1961).

Segundo Lazier (1986), o saldo do GETSOP foi altamente positivo, pois até 1972 havia expedido 35.856 títulos, sendo 30.221 rurais.

### **3.3 Sistema de produção**

Em São Pedro ocorre uma dicotomização do espaço em dois sistemas de produção: (1) aqueles de terras planas em condições de cultivar a soja, o milho e o feijão de forma especializada e moto-mecanizada; e (2) os agricultores de montanha, que possuem uma estratégia de produção na “policultura-criação” e baseados numa mecanização com tração animal.

Nas áreas planas, as plantações extensas de soja e milho quase sempre são antecedidas pelo feijão, uma cultura de ciclo curto (trimestral) que se permite produzir entre as de verão e inverno. O necessário número de braços para a colheita manual do feijão é suprido pelos “bóia-frias” da periferia da cidade e por aqueles agricultores das regiões onde o ciclo agrícola é mais atrasado (pelo frio). Eles vêm buscar trabalho nessa região de ciclo agrícola antecipado.

Nas áreas “dobradas”<sup>60</sup> estão os pequenos agricultores familiares, que diversificam seus sistemas de produção para otimizar seus escassos fatores de produção. Eles usam a tração animal em seus equipamentos, inclusive mais

---

<sup>60</sup> Nessas áreas se assentam os agricultores entrevistados desta pesquisa, assim como os que estão localizados em 39% da superfície agrícola do Sudoeste do Paraná, que apresenta uma declividade que varia de 20 a 45 graus, praticamente inviabilizando a mecanização. Segundo o IPARDES, citado por Abramovay (1981: 107), trata-se de uma das mais altas taxas de declividade do Estado.

apropriados ao terreno inclinado. As culturas do soja, milho e feijão também aparecem, mas de preferência em cultivo manual e incluídos artesanalmente no sistema de produção. Por isso possuem o potencial de conseguir outro valor de mercado aos seus produtos, quando reconhecidos como “orgânicos”.

#### a) As diversas agriculturas

Ao comprar a posse do “caboclo”, o agricultor teve acesso a uma parcela de mato, que lhe proporcionou uma terra fértil com abundantes colheitas. De início, as novas famílias podiam vender a força de trabalho nos serviços de serrote (as mulheres) e machado (homens), e assim adquirir seus animais. Nos primeiros anos plantavam feijão em terra queimada, sendo as lavouras de início mais para a subsistência, como a mandioca e a batata doce, vendendo apenas o feijão, o milho e o porco: *“O que fizemos na vida aqui foi por causa do porco.”* (HÖ<sup>7</sup>61 - Colono)

A produção dos primeiros colonos não divergia muito dos “caboclos”; a diferença se caracterizava mais no regime de apropriação de terra, a qual antes era livre, sendo a separação econômica e espacial da agricultura e pecuária derivada da mesma aplicação do sistema indígena (Waibel, 1949).

A maioria dos colonos que entraram na região possuía ao menos uma junta de bois, uma vaca e alguns porcos. A fertilidade não era problema, havia a possibilidade de extrair do solo uma grande quantidade de produtos com economia de esforço, simplesmente pela rotação de terras.

Esse sistema agrícola lembra a classificação usada por Leo Waibel (1949), como rotação de terras melhoradas, pela qual o gado substitui o trabalho humano, mas não é utilizado o seu esterco na lavoura. O sistema de rotação de terras dura um período de 15 a 30 anos, esgotando o solo e levando à necessidade de ampliar a área cultivável. No caso dos pequenos agricultores gaúchos ou catarinenses, não era apenas uma maneira de obter mais terra, mas também uma

forma de não modificar o métodos de utilização do solo, e continuar empregando a rotação de terras, em vez de combiná-las com a criação que, sem dúvida, era um sistema mais trabalhoso.

Na década de 1970, quando o sistema de rotação de terras começava a apresentar seus primeiros sinais de esgotamento, apareceu a soja na região, sendo a princípio uma cultura manual, mas os agricultores das terras planas, apoiados pelo crédito farto, iniciaram logo uma “revolução verde”. A possibilidade química de adubar a lavoura e controlar suas invasoras, aliada à moto-mecanização, significou uma diferenciação dos colonos em “granjeiros” e “arrendatários”. Os agricultores de montanha somente experimentaram essa “revolução” quando se integraram no fumo, uma cultura exigente em insumos e mão-de-obra, mas que não necessita de muita área para se estabelecer.

Abramovay (1981) descreveu essa revolução como generalizada, sem especificar em qual sistema de produção fora realmente importante. O mesmo autor afirma que a intensificação agrícola com o advento do adubo químico preencheu a função regeneradora do pousio, impedindo que o sistema de “rotação melhorado de terras” fosse substituído pelo da “rotação combinada com animais” (segundo a concepção “etapista” de Waibel, 1949). Porém, isto ocorreu de forma diferenciada, principalmente se considerada a localização no ambiente.

Os primeiros colonos preferiam as terras dobradas, porque além delas serem naturalmente mais férteis e menos ácidas, eram mais apropriadas ao arado de bois, chamado de arado “fuçador” ou “pula toco”. Abramovay (1981) classificou esse equipamento como de uso primitivo e que pouco tem a ver com as engenhosas máquinas que a Europa desenvolveu para a tração animal. Entretanto, é versátil para áreas sem destoca e inclinadas, tombando a terra com mais facilidade que no terreno plano, onde somente consegue soterrar o vergo da lavra.

Até o final da década de 1980, os “agricultores de montanha” de São Pedro dedicavam-se essencialmente à criação de suínos e ao plantio de milho e feijão. Os agricultores consideram que nos anos 1970/85 o suíno foi fundamental para construir seu patrimônio atual.

*“Quem comprava a produção era o Sr. Jacinto [o maior comprador da vizinhança]. Na época a própria SADIA comprava porco dos comerciante. Nestes últimos 12 anos fiz integração com a SADIA, e foram uns anos bom, mas parei porque queria padronizar em cria ou engorda, e eu era ciclo completo. ” (S<sup>O</sup>52 - Colono)*

Com a seleção crescente dos suinocultores pelos frigoríficos (primeiro livre, mais tarde integrados e depois concentrado em alguns produtores), houve a procura pelo fumo, que então entrou na região depois do soja (1987-88).

Na década atual o sistema de produção existente se tornou ainda mais diversificado, pois introduziram a produção comercial do leite e da cana-de-açúcar, além das existentes. O leite era um produto de consumo próprio e mais tarde é que a cooperativa e alguns laticínios privados iniciaram o seu comércio, tornando-o uma alternativa de renda. A alternativa econômica via o comércio do açúcar mascavo surgiu no final da década de 1980, e desde 1989 em todo primeiro domingo de agosto, ocorre a grande "Feira do Melado", uma promoção da prefeitura e da EMATER, que propicia a comercialização de muitos derivados de cana-de-açúcar.

Além desses novos produtos, ocorre ainda a possibilidade de produzir de forma “orgânica”, ou seja, comercializar através de uma empresa (Terra Preservada) um produto diferenciado em “orgânico”. Essa empresa se instalou no município no início da década de 1990 e exporta soja orgânica pagando atualmente um preço adicional de R\$ 4,00/saco. No entanto, seu cultivo deve ser artesanal, o que coincide com a lógica dos agricultores de montanha. Tal empresa também planeja vender no mercado interno o abacaxi, feijão e açúcar mascavo.

Os agricultores de montanha estavam até o final dos anos 1980 concentrados no suíno, aliado ao milho e feijão. Com a decadência dos suínos houve uma certa procura pelo fumo, e, mais recentemente, pelo leite, cana e seus derivados. A heterogeneidade técnica no interior desse grupo de agricultores conferiu a eles uma versatilidade maior que os produtores especialistas das terras planas. Num sentido econômico, para esses agricultores, o que era básico se tornou acessório (suínos), e o acessório se tornou básico (cana-de-açúcar).<sup>61</sup>

#### **b) Os ciclos agrícolas**

O ciclo agrícola se inicia no mês de agosto, não porque seja seco como na região central do Brasil, mas porque é frio. Em São Pedro são ocasionais as geadas, mas existe a possibilidade de que elas ocorram entre o meses de julho e agosto. No período de menor temperatura também ocorrem chuvas, sendo justamente a melhor época para se fazer canteiros das mudas de fumo e plantar o feijão. Também nesse período é que se corta a cana-de-açúcar, aproveitando os dias mais chuvosos para ferver o caldo de cana em tachos ao fogo no galpão.

Julho e agosto é o tempo da terra ser lavrada, e nos meses de setembro e outubro, é o período da enxada. Para aqueles que não possuem contratos de produção orgânica, é tempo de usar o pulverizador costal no fumo e no feijão, protegendo no que puder as suas folhas das pragas e invasoras.

Chegado o fim de outubro e a primeira quinzena de novembro ocorre um “apuro” na lavoura, porque além da colheita do fumo e do feijão, ainda ocorre o serviço do plantio do soja ou do milho na mesma área do feijão ou noutra.

---

<sup>61</sup> A alternância e flexibilidade entre o que é básico e acessório é descrita por Cândido (1987) num sentido alimentar, e por Garcia Júnior (1989) num sentido mais econômico.

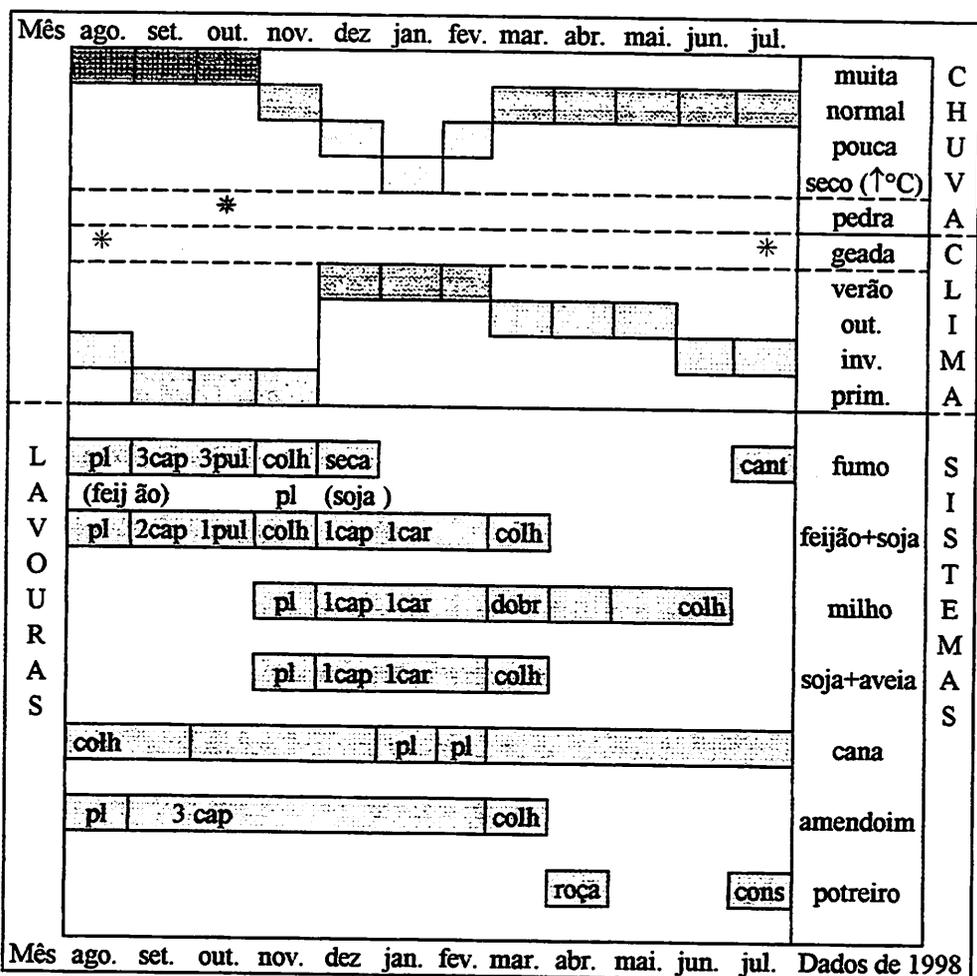
Normalmente aqueles que colhem o feijão nessa época tratam de vendê-lo rapidamente, porque, devido à posição privilegiada do município, esse é o mês em que ocorrem os melhores preços do produto, comparativamente ao restante do Sul do Brasil que iniciará a colheita em dezembro.

A safra de feijão é importante porque a sua renda subsidia a maioria dos gastos com insumos e serviços das lavouras de verão. É a época de adiantar dinheiro para comprar os insumos da próxima lavoura, sem contar com a despesa que vence na sua colheita.

Em novembro, a temperatura começa a subir anunciando o verão. Então é o tempo de secar as folhas do fumo no galpão ao sabor do vento quente; também se inicia a rotina de três meses de capina manual, carpipeira animal nas culturas do milho e soja. Nesse momento a preocupação é mais com as invasoras do que com as pragas.

Janeiro é mês quente, ocorrendo às vezes uma seca de dez a quinze dias, e por conta da temperatura elevada, atinge o milho, principalmente se estiver em flor. No final desse mês e durante todo fevereiro é que normalmente se fazem as leiras para plantar os “toletes” de cana-de-açúcar. A cana tem um ciclo de um ano e meio, portanto, essa época é a mais indicada para que sua colheita ocorra no outro inverno. Observa-se que o espaçamento da cana é amplo (1,5 m), permitindo uma safra de milho e outra de feijão ainda antes de fechar as folhas.

A partir de Ribeiro (1976: 46), construiu-se a Figura 8, onde é possível visualizar o sistema de produção aqui descrito em cruzamento com os meses do ano, estações e regime hídrico.



**FIGURA 8 – Sucessão de atividades em relação ao clima e solo.**

Legenda: pl(plantar); cap(capina); car(carpideira animal); colh(colheita); cant(canteiros); seca(secagem); dobr(dobra); roça (roçar o potreiro); cons (conserta a cerca do potreiro).

Março é o mês de colher a soja e, também, o amendoim para alguns (geralmente em pequena área, para que não dê muito trabalho). Também é o mês

em que se “dobra” o milho, apressando assim o seu secamento e providenciando a sua armazenagem a campo. Observa-se que caso existam as condições para se fazer a colheita mecânica do milho, será então efetivada no mês de abril. Mas se o milho for dobrado, a sua colheita ocorrerá nos meses de maio e junho, intercalando esse período com algum roçado no “potreiro” e conserto das cercas.

Em julho preparam-se novamente os canteiros para semear o fumo e providenciar suas mudas. Antigamente, nesse mês é que se realizava o roçado na capoeira, para assim ter uma terra renovada para o próximo ano agrícola. Hoje essa rotação de terras com alqueive está bastante reduzida, mas persiste nas propriedades de alguns dos entrevistados.

Como se pode observar, o sistema de produção está estabelecido muito mais em cultivo do que na criação. Ocorre que o termo “policultura-criação” tem na palavra criação a ênfase de um passado recente de suinocultura que ainda não está esquecida totalmente e à incipiente pecuária. Existe um esforço para garantir no gado leiteiro a base de pecuária que lhes falta. Entretanto, o leite traz pouco retorno financeiro, mas, ainda assim, o custeio da propriedade é seguidamente bancado por essa atividade.

Os colonos deste estudo gostariam de dispor de outras alternativas de renda derivadas do seu gado, conforme se pode perceber na fala a seguir:

*“... eu não sei se o clima da região é ruim. Já fui em outros lugares. Aqui as vacas são difícil. Se pega em média as vacas não dão 3 litros por dia. Não sei se é culpado o agrônomo ou coisa aí, ou quem trouxe as vacas ganhou dinheiro em cima (...) No meu negócio, o puro Holandês não compro pra carnear (...) Se você pegar um toro Gir e cruzar com Holandês, ele dá peso e leite, um gado bonito. O puro Holandês dá um gado só osso, magro, puro embostado.”*

(L<sup>o</sup> 51 - Colono e negociante)

Nesse caso poderia haver uma dúvida sobre a veracidade da sua opinião, porque esse agricultor trabalha com negócios ou, como dizem, “brique”, de

compra e venda de gado, querendo fortalecer a presença de gado misto para melhorar as oportunidades de negócio. Entretanto, devemos lembrar que ele ainda é agricultor, e tem seus irmãos na lavoura.

*“Meu filho tem uma chácara<sup>62</sup> e criava porco. Depois veio a informação das vacas e deixou os porco. Daí começou a morrer as holandês pura. Só teve ilusão que o leite dava bem.”*

(R<sup>0</sup>62 - Colono)

Nesse caso a opinião é de um produtor, que viu seu filho acreditar na campanha da cooperativa para melhorar a produtividade leiteira, financiando a importação de novilhas de raça holandesa do Uruguai. Das três novilhas que o rapaz adquiriu, uma morreu de doença, a segunda “não segurava cria” e a terceira teve de ser vendida para ajudar a pagar o financiamento.

### **3.4 Família**

As entrevistas com colonos envolvem todas as famílias das linhas Pedron e Curitiba; são vinte e duas entrevistas que representam um quinto das famílias de São Pedro. Dessas famílias, pode-se estabelecer um perfil da composição doméstica, dos parentes e da divisão do trabalho.

#### **a) O perfil das famílias**

A Tabela 2 a seguir apresenta o fenômeno migratório - quando ausente da residência - e da distribuição dos indivíduos por faixa etária e gênero.<sup>63</sup>

Analisando-se os dados relativos da distribuição da população, por sexo, sem levar em consideração as faixas etárias, verifica-se que das oitenta e oito pessoas encontradas no local há uma pequena predominância de homens (52%) em relação às mulheres (48%) e um desequilíbrio maior entre sexos na faixa etária dos dezesseis aos dezenove anos.

---

<sup>62</sup> Chácara é uma propriedade menor que uma colônia (24,2 ha).

<sup>63</sup> Adaptando-se o critério de classificação de Torrens & Magalhães(1998).

**TABELA 2 - Grupos - por sexo e idade - presente e ausente em São Pedro.**

| Faixa etária | Homem    |                 |                  | Σ  | Mulher   |                 |                  | Σ  |
|--------------|----------|-----------------|------------------|----|----------|-----------------|------------------|----|
|              | Presente | Ausente e rural | Ausente e urbano |    | Presente | Ausente e rural | Ausente e urbano |    |
| - de 6       | 4        |                 |                  | 4  | 2        |                 |                  | 2  |
| 7 a 10       | 4        |                 |                  | 4  | 6        |                 |                  | 6  |
| 11 a 15      | 5        |                 |                  | 5  | 4        |                 |                  | 4  |
| 16 a 19      | 6        |                 |                  | 6  | 1        |                 | 2                | 3  |
| 20 a 49      | 17       | 8               | 11               | 36 | 18       | 10              | 11               | 39 |
| 50 a 59      | 3        |                 |                  | 3  | 3        |                 |                  | 3  |
| + de 60      | 7        |                 |                  | 7  | 8        |                 |                  | 8  |
| Σ            | 46       | 8               | 11               | 65 | 42       | 10              | 13               | 65 |

Fonte: Pesquisa de campo em 1998.

De forma geral, sem agrupar por gênero, os jovens (até 19 anos), correspondem a 36% e os adultos mais jovens (de 20 a 49 anos), a 40%. Com isso, nota-se um peso relativo dos adultos mais idosos (de 50 a 49 anos) e dos idosos ( mais de 60) que no grupo perfazem 24% das pessoas residentes.

Os idosos são todos aposentados e sem dúvida contribuem para o orçamento doméstico, mas também assumem cada vez menos a responsabilidade de agricultor. O segmento mais idoso, acima dos cinquenta anos, é mais estável na agricultura do que o grupo migrante, de vinte a quarenta e nove anos para homens, e dezesseis a quarenta e nove anos para mulheres, os quais apresentam uma tendência no sentido de abandonar as atividades agropecuárias.

Procurando analisar o grupo migrante, isto é, as faixas etárias entre dezesseis e quarenta e nove anos, que formam o grupo potencial de êxodo para um outro ambiente, seja rural ou urbano, deve-se perceber que existe uma mesma razão de exclusão entre mulheres e homens, com uma tendência para a migração da mulher mais jovem, que normalmente é justificada pelo trabalho feminino de secretária, doméstica ou estudo.

*“A primeira vai fazer 24 anos, ela está em Cascavel trabalhando de secretária e estudando. A outra tem 19 anos e está na cidade, trabalhando de doméstica e estudando. E o último fez 11 anos, está na 5ª série na cidade, mas mora aqui.” (G♂49 & I♀46 - Colonos)*

Segundo se observa na Tabela 2, das quarenta e duas pessoas que migraram das famílias entrevistadas, 55% eram mulheres e 45% homens. Entre as mulheres, 43% saíram da casa dos pais para viver na terra do marido, portanto ainda rurais, e 57% delas foram para a cidade. Dos homens que saíram da casa dos pais, 42% conquistaram novas terras, e 58% migraram para a cidade.

Existe uma maior proporção de mulheres que migram para a cidade, mas quando formam uma nova família, são elas que vêm para a terra do marido, pois das vinte e duas famílias entrevistadas, somente em dois casos, o homem passou a morar na terra do sogro. Observa-se que o fato de haver êxodo rural ou mesmo uma mudança de lugar no rural não significa uma crise de sucessão, mas sim um reajuste populacional necessário dentro de um plano de sucessão.

Entretanto, a diminuição das jovens mulheres ocorre no período da formação de famílias e dificulta a fixação do sucessor, devendo ele optar por um casamento de interesse, celibato, ou procurar uma noiva de origem urbana:

*“G - Eu fiquei aqui sozinho e solteiro por uns 4 anos, e casei com 23 anos. (...) A mulher não sabia o que era roça, ela aprendeu tudo aqui. (M) É que o Gilberto sempre teve vontade de me ensinar e eu de aprender. Meu pai nunca trabalhou na roça. No segundo ano já tirava leite. (...) Hoje o Beto não pôde lavar porque o boi estava mancando, achei que ele tinha pisado num estrepe, daí eu derrubei o boi, mas não achei o estrepe.” (G♂40 & M♀32 - Colonos)*

Maria se adaptou à roça e sua experiência urbana lhe conferiu uma visão diferente dos negócios, como com a iniciativa da produção de bolachas.

## **b) Os blocos familiares**

Nas entrevistas nos domicílios, percebeu-se que algumas das famílias utilizavam a mesma residência e unidade de produção (sucedida e sucessora), entretanto, a análise da parentagem entre vizinhos revelou que também existem alguns blocos familiares, além do domicílio único.

Dos vinte e dois domicílios pesquisados, doze deles compõem quatro blocos familiares, havendo ainda dez lares isolados desse aspecto. Assim, de acordo com os números das casa da Figura 7, os blocos se distribuem assim:

1º bloco ⇒ casas n.º 2 (B, esposa e filhos) e irmãos 8(♂), 9(♀), 10(♂) e 22 (filho de 10);

2º bloco ⇒ casas n.º 5 (G♀, filho e filha), 6 (filho de 5);

3º bloco ⇒ casas n.º 20 (A, esposa e filha), e 11(filha de 20);

4º bloco ⇒ casas n.º 19 (C, esposa e filha), e 16 (neto de 19), 18 (filho de 19).

O terceiro bloco pode ser considerado destoante, porque o processo de sucessão ainda não foi consolidado e o parentesco está firmado com a nora do provável sucedido. Observa-se, ainda, que alguns domicílios abrigam duas famílias, como nas de número: 1(isolado), 3 (isolado) e 5 (segundo bloco), 11 e 20 (ambas do terceiro bloco) e 19 (quarto bloco), isto é, famílias que possuem a mesma morada, e atuam em conjunto, como nos casos 3, 11 e 19, ou somente cuidam do pai, mãe, sogro ou sogra idosos, como nos casos restantes.

## **c) A divisão do trabalho**

A mulher possui um conjunto variado de atividades, todas desempenhadas no âmbito da casa-quintal, tendo duas grandes funções: (1) controle doméstico sobre a casa e as crianças; e (2) manutenção econômica da

família com atividades que vão desde a pequena transformação (confecção caseira de bolachas, rapadura e queijo) até a ordenha das vacas de leite.

Para compreender a responsabilidade da mulher adulta, deve-se observar que os componentes "gênero" e "idade" são fundamentais nas relações de produção (Menasche & Escher, 1996). No caso da produção de leite, observa-se que a vaca faz parte do dote da filha, pois lidar com o leite é conhecimento passado de mãe para filha. Além do trabalho usualmente considerado como doméstico, são atividades "próprias" das mulheres o manejo das pequenas criações, a horta e a transformação artesanal de produtos. Além disso, trabalha-se junto com o marido na roça.

Os que poderiam ser considerados idosos, por apresentarem uma idade acima dos sessenta anos, trabalham e se sustentam na maioria dos casos, e ocupam-se como podem das mesmas atividades que os adultos. Nessa idade já estão aposentados (em ambos os cônjuges), o que pode significar uma renda alternativa para a família, apesar de haver maiores gastos com a saúde.

A infância existe para os menores de seis anos (19% dos jovens). Crianças de sete a dez anos (31% dos jovens) já são produtivas, auxiliando os adultos, e, ao mesmo tempo, estudando.

A divisão entre criança e jovem é muito tênue, e ocorre uma certa diferença entre aqueles que se percebem futuros colonos e os que o negam esperando uma oportunidade de ir para a cidade. Dentro da faixa etária de onze a quinze anos (28% dos jovens encontrados), já é possível visualizar distintas funções entre o homem e a mulher. O primeiro já assume as áreas de cultivo sozinho, preferindo as de ciclo rápido e rentável, como o feijão, como também, preferem estudar na Casa Familiar Rural (CFR), que permite trabalhar e estudar de forma acelerada: *"Aqui em três ano você faz da 5ª a 8ª série"* (G<sup>3</sup>16 - estudante da CFR).

Dentro da mesma faixa etária as meninas se apresentam mais atarefadas, porque assumem mais rapidamente o serviço da casa do que os homens - de mesma idade - com o serviço na lavoura. Elas dificilmente deixam de estudar na cidade, por isso dobram a carga horária de trabalho, tendo uma menor flexibilidade comparada aos que estudam na CFR.

Na faixa etária de dezesseis a dezenove anos (22% dos jovens encontrados e 26% do total de jovens), ocorre uma diferenciação ainda maior, tanto que nenhum dos homens dessa idade se encontrava ausente do domicílio; entretanto, quase todas as meninas dessa idade se encontravam ausentes da casa dos pais, somente havendo uma exceção (com problemas de saúde). É nessa faixa etária que ocorre o fenômeno do êxodo rural ou o intercâmbio rural de casamentos e migrações.

O papel do homem adulto é o trabalho na lavoura. Os homens estão presentes em todas as atividades pesadas e, principalmente, nas atividades que envolvem negócio e dinheiro. Tanto que, apesar da mulher se responsabilizar pela produção do leite, quem faz o acerto no laticínio é o homem.

A grande diferença entre aqueles que se consideram adultos, mesmo jovens, está em ter uma responsabilidade produtiva; produzir o seu próprio dinheiro é “se sentir um colono”. É perceptível nos jovens rurais o cálculo da sua renda anual pelo próprio suor<sup>64</sup>.

*“Eu e o pai, a gente planta tudo junto. O que eu tenho é a parte, porque eu planto numa terra fora, arrendada (...) Já vai fazer três anos que eu planto. (...) Que nem neste ano passado: deu uma chuvarada e eu perdi quase a metade do feijão. E lá a terra é dobrada - não vai trator e tem que ser com boi - e nós estava em*

---

<sup>64</sup> Não existe uma definição universal aceita para limites de idade da juventude e existem alguns que discutem a própria existência de uma juventude no meio rural. A transição direta da infância à vida adulta ocorre pela incorporação precoce do indivíduo no mundo do trabalho, e, sobretudo, pela intensidade da ligação à ordem social comunitária - o que já não existe entre os jovens urbanos (Abramovay, 1997).

*dois sócio, mas era bastante roça e não deu tempo de colher. Então, tiramos a parte do patrão e do gasto, e sobrou uns 30 sacos pra mim.”*  
(G<sup>o</sup>20 - estudante da CFR)

Esse estudante da CFR demonstra uma preocupação em ser produtivo. Em outubro de 1997 o preço do feijão era de R\$41,00/sc, o que significa que esse jovem obteve uma renda anual de R\$1.230,00. Essa atividade econômica foi obtida por sua capacidade de trabalho, enquanto estudava e também porque teve acesso a um calendário escolar mais adaptado ao ciclo agrícola regional.

### **3.5 Sucessão**

#### **a) A herança da terra**

Em São Pedro existe uma estratégia de preservação do patrimônio, baseada na tradição de escolha do filho herdeiro, dentre aqueles que forem homens e com tendência para aqueles mais novos. Mesmo na geração anterior, nem todos tiveram um irmão mais novo que se tornou herdeiro das terras da sua família de origem, mas todos relatam a existência de um escolhido pelo pai.

A escolha do sucessor pelos pais se baseia num critério cultural de unigenitura dentre os filhos que consideram ter o melhor convívio e que acreditam que terão maiores atenções para cuidar deles na velhice, sendo para tanto, receptores da casa e da maior parte da propriedade em herança. Na citação a seguir, é possível perceber o caráter variável dessa “escolha”:

*“P - Dentre seus irmãos, quem ficou cuidando dos pais ?  
R - O pai escolheu o Antônio, que é 2 anos mais novo do que eu.  
P - O Antônio é mais velho que Júlio e o José. Sendo o José o último homem, porque não ficou ele cuidando do seu pai ?  
R - O pai escolheu aquele, o que vou fazer? Agora, comparando se você também tinha um quanto de irmãos, e tu era o mais velho, ou era o segundo, o seu pai tinha que escolher um pra fica junto. Aí vai da cabeça dele!”*  
(R<sup>o</sup>62 - Colono)

Entretanto, ao que parece, o leque de escolha é orientado para ser feito entre os mais novos, porque os mais velhos têm condições de obter suporte dos pais para comprar a sua própria terra, como se revela na fala a seguir:

*“ Comprei o Fusca e briquei por um lote em São Luis. (...) Ai vendi lá e comprei outro lote em Capanema e coloquei no nome do Eloi, o mais velho. Depois ele e o João queriam ir pro Paraguai, daí vendi o lote e comprei terra no Paraguai pra eles.”* (G<sup>7</sup>62 - Colono)

Em São Pedro ocorre um inventário após a morte do proprietário, mas existe uma certa “aceitação tácita” dos herdeiros diante da “escolha” do chefe da família pelo seu sucessor. Muitas vezes a partilha é antecipada com a compra ou venda da terra.<sup>65</sup>

A tradição de concentrar o patrimônio fundiário no escolhido se viabiliza enquanto existir uma fronteira agrícola aberta, como foi o Paraguai para algumas dessas famílias entrevistadas. Entretanto, quando se chega ao “fim da picada”<sup>66</sup>, há uma tendência cada vez maior em diferenciar a próxima geração de colonos em proprietários, arrendatários e cidadãos. Das famílias entrevistadas, 14% delas (três casos) são arrendatárias que foram excluídas da herança no passado:

*“Nós era em 12 irmão(...) Quando o pai morreu a terra foi vendida e repartida e uma parte ficou pra mim. Deu um pingo pra cada um, e quando a mãe morreu foi repartido também. Mas as coisas que a mãe tinha dentro de casa ficou pra mim (...). No fim, eu me obriguei a morar de agregado de novo.”* (O<sup>7</sup>50 - Arrendatário)

O entrevistado revelou ter havido vários problemas familiares, e que apesar de ter procurado morar junto dos pais quando estavam idosos, não conseguiu configurar uma herança para si.

---

<sup>65</sup> Costume que permite excluir da herança alguns membros da família (Moura, 1978).

<sup>66</sup> Expressão que simboliza o fim da fronteira agrícola dos gaúchos (Papma, 1987).

Entretanto, existem outras famílias, que mesmo não contando com a herança, conseguiram adquirir a sua terra, graças a uma estratégia mais bem sucedida de formação do patrimônio:

*“A - Meu pai foi pra cidade de Realeza. E deixou em usufruto pro Rildo [irmão mais novo]. O Rildo cuidou dele, e ficou dono depois.*

*P - E como você se tornou um produtor rural sem usufruto?*

*A - Trabalhei 7 anos de empregado numa oficina em Realeza (...) trabalhei numa pedreira também (...) E voltei pra roça, que era mais tranquilo. (...) Fui morar com os meus cunhados num galpão, plantei uma safra e deu pouca coisa. Então minha cunhada conseguiu de eu ser agregado. Cuidei de um aviário de 100m e 17 alqueires, morei ali 3 anos, e dava 30% pra ele. (S) - Ai, o nosso filho casou e foi morar lá. (A) Então, fizemos um acerto, e eu comprei aqui.”*

(A♂49 & S♀,47 - Colonos)

A fala revela a trajetória de um excluído da roça que conseguiu retornar graças ao serviço de agregado. Esse instrumento de acesso à terra tem sua estratégia revelada quando passou a mesma oportunidade para o filho que casou, como que ensinando “a pescar” a própria terra.

As histórias de aquisição da terra não se repetem naquelas famílias em que foram solapadas as condições básicas de reprodução. A fatalidade de três ausências (herança, saúde e filho) da entrevista a seguir, conduziu a uma vida inteira de muito trabalho e pouco patrimônio. A família de “J♂61” e “R♀62” surpreende seus vizinhos com o apreço pela limpeza do pátio, saúde dos animais e a quantidade de horas trabalhadas. Mas porque são ainda arrendatários?

*“J- ...passamos a nossa parte da terra do pai pro meu irmão mais novo, depois ele botou fora (...). Eu consegui comprar terra. Mas aí ficamos doente e vendemos a terra. Daí fomos morar na cidade onde eu tinha nascido e ficamos 5 meses. (R) Viemos pro Paraná e ficamos trabalhando com o meu irmão. (...) E a gente não sabe bem porque, mas nunca tivemos filho, o nosso filho é esse meu sobrinho.”*

(J♂61 & R♀62 - arrendatários)

Esse casal de idosos, ainda não aposentados por problemas de comprovação de vínculo rural, teve no seu passado a fatalidade de não ser herdeiro, depois um problema de saúde do “JC<sup>7</sup>61” (úlcera perfurada), consumiu boa parte da economia da família, e por fim, a impossibilidade de ter filhos reduziu sua capacidade de acumulação familiar. Então, enquanto aguardam pela aposentadoria, subsistem na terra e poupam um aluguel de uma casa na cidade.

#### **b) Os desafios de um sucessor**

A história dos colonos pioneiros de São Pedro coincide com o fato de terem sido eles os filhos mais velhos de seus pais, de quem receberam apoio para sair da colônia velha. E reproduzem um padrão sucessório que admite uma flexibilidade da escolha dentre os últimos da “genitura”, sendo adequado usar o termo “unigenitura” (Woortmann, 1990 a). Também se pode aqui usar o termo “ultimogenitura” (Seyferth, 1985); entretanto, saliente-se que sua especificidade compreende uma seleção cultural, gerando um processo de difícil percepção quantitativa, em que não deixa de existir a “escolha do pai”, pois cultura e costume são opções que podem ser ou não aceitas.

Dentre os arranjos para herança, são necessários:

- (1) a já citada compra ou venda de terras dos outros irmãos;
- (2) a exclusão das mulheres do processo de partilha, assegurando em contrapartida um casamento com um marido herdeiro;
- (3) a diminuição do número de filhos, para minimizar a atomização da colônia, sendo também uma tendência que acompanha o fenômeno da “transição demográfica” atual;
- (4) apoio ao estudo das mulheres e dos homens excluídos da sucessão, para que tenham condições de enfrentar o desafio da cidade, que quando colocados no mercado de trabalho, poderão abrir mão (venda simbólica) da sua herança.

A fala a seguir reporta-se ao estudo como forma de herança aos filhos:

*“R - Tenho as duas filhas professora, e dos três homens, um se formou no Segundo Grau, o outro trabalha no Diplomata<sup>67</sup> com o Segundo Grau incompleto e o terceiro com a quarta série incompleto, (...) Mas o patrão dele falou pra ele estudar.*

*P - Vocês investiram bem na educação, não é ?*

*R - É porque o estudo ninguém pode tirar”* (R<sup>O</sup>62 - Colono)

Entretanto, esse mesmo agricultor enfrenta outro problema, no extremo oposto de sua estratégia de colocação dos filhos, a ausência de um sucessor.

A existência de “terras livres” no Sudoeste do Paraná nas décadas de 1950/60 e depois no Paraguai e Norte e Centro-Oeste brasileiro, além do próprio êxodo rural, tornou menos dramática a disputa pela terra no âmbito de cada família de colonos. Em contrapartida, na década atual, com a inexistência de novas fronteiras agrícolas, e com a crise do emprego urbano, a única esperança de conquistar o competitivo emprego urbano é através do estudo ou da indicação de um parente ou amigo já colocado no mercado de trabalho.

Apostar a sucessão num único filho faz com que este receba menor incentivo ao estudo; entretanto, o escolhido pode querer seguir o caminho dos irmãos e colocar em risco o desenvolvimento do processo sucessório.

Dentre as famílias entrevistadas, oito casos (36%) enfrentam problemas sucessórios ocasionados pela falta de um sucessor. Três casos são de ausência total do sucessor; em dois casos o processo de sucessão depende da última filha (uma delas prestes a trabalhar na cidade e outra que retorna à casa dos pais depois de separar-se do marido) e, enquanto três casos são de propriedades que

---

<sup>67</sup> Frigorífico de aves de Capanema.

recorreram à presença do arrendatário para suprir a falta de uma família, como forma de compensar o absenteísmo (um caso), ou celibato (dois casos).<sup>68</sup>

Como no caso citado anteriormente, do colono que ficou sem sucessor (Richieri), ocorre também o caso a seguir:

*“ Temos a M<sup>♀</sup> 30, a M<sup>♀</sup> 28, o M<sup>♂</sup> 26 e o M<sup>♂</sup> 18: as duas primeiras casaram e moram em São Pedro; o terceiro tá na policia [é cabo] e mora na cidade de Pérola; e o último trabalha na cidade, de mecânico. Separou de nós e da lavoura com 14 anos de idade. Nós não queria, mas o filho mais velho arrumou um lugar pra ele, e vai terminar o Segundo grau esse ano - não sei o que vai ser - ele tá contente: comprou uma moto! Se meu “piá” [menino] casar, não vai ficar na roça”.*  
(A<sup>♂</sup> 53 & V<sup>♀</sup> 50 - Colonos)

A ausência de um filho sucessor deixou essa família insegura quanto ao seu próprio futuro, podendo vender a terra para ficar mais próximo dos filhos na cidade. Entretanto, existem duas filhas casadas dentro da própria comunidade, o que não descarta a possibilidade de que o patrimônio seja incorporado (comprado) por um genro, o que de certa forma garantiria a sucessão; isto se evidencia quando, no decorrer da entrevista, admite-se que o sucessor poderia ser um neto (proveniente das filhas).

Segundo Woortmann (1990 a), o desaparecimento do filho herdeiro é um sinal de desagregação do sistema. O princípio da unigenitura gera uma tensão familiar pela perpetuação do patrimônio e da família, mas pouco contribui com a reprodução social do indivíduo. No caso de “A<sup>♂</sup> 53” a lógica inicial era de destinar a terra para o filho mais jovem, mas agora ficou aberta a possibilidade de uma sucessão patrimonial com o genro. Os projetos individuais do rapaz herdeiro (Ensino médio e moto) dominaram os planos dos seus pais.

---

<sup>68</sup> Aqui, ocorrem 2 propriedades onde o jovem herdeiro da família (19 anos) é chamado para assumir a propriedade, mas como ainda não é casado, mora com seu arrendatário.

Outro caso é o do jovem (VO<sup>7</sup>19), que reside junto dos tios (seus arrendatários). Entretanto, a terra não lhe pertence ainda, pois é do irmão mais velho que está em Porto Alegre (RS). “VO<sup>7</sup>19” pretende se casar com a filha do vizinho do seu pai (outra comunidade), e é provável que haja um acordo com o irmão, quando no momento do acerto da herança. Ele também estuda e pretende se graduar em contabilidade, na esperança de emprego urbano, o que mantém em aberto a possibilidade da cidade. Enfim, o caso demonstra que ter alternativas é uma situação mais favorável do que simplesmente cumprir um plano familiar e, assim, segue por ir descobrindo a melhor alternativa no caminho.

*“Meu irmão comprou esta terra, mas ele mora em Porto Alegre. Então convidei os meus tios pra morarem comigo. A noite eu estudo e de dia trabalho aqui. Meus tios são como meus pais adotivos.”*

(VO<sup>7</sup>19 - Colono)

O trabalho é sinal da liberdade, trata-se da liberdade do nós e não do eu; trata-se da liberdade da hierarquia e não do indivíduo. “O trabalho é transformar a terra de Deus em patrimônio da família. Família, trabalho e terra constituem um ordenamento moral do mundo onde a terra, mais que coisa, é patrimônio, é uma relação moral com a natureza.” (Woortmann, 1990 a: 62). E para trabalhar na terra é preciso uma família, a qual, quando não constituída pelo casamento, pode ser feita por meio de alianças com uma outra família sem terra.

Entre os casos com problemas de sucessão ocorreu o de uma família onde somente existem filhas. Estas moças poderiam estar casando com outros jovens colonos mas, cada vez mais, elas direcionam seus projetos de vida para a cidade.

*“R - Eu namorei só ela, casei e vim morar com o pai e a mãe. Depois fiz a casa e o pai ficou doente e faz 6 anos que morreu.*

*P - E vocês têm duas filhas, como elas estão?*

*R - A ‘P<sup>7</sup>17’, pára na madrinha dela, trabalha de balconista, e estuda de manhã. Ela nunca gostou de trabalhar em casa.*

*P - E a outra tem planos de ficar?*

*R - A 'M<sup>♀</sup>16', já falou que gostaria de ser agrônoma, ou veterinária pra lavoura. Agora ela tá no Segundo grau. A outra termina este ano."*  
(N<sup>o</sup> 44 - Colono)

Uma família que poderia estar fornecendo dois dotes femininos à colônia, passa a ofertar no máximo uma. A citação revela uma mudança de paradigma por que passa uma família, cujos valores se alteram de uma geração para outra; as moças não querem mais se casar com “o colono trabalhador”, preferindo, em seu lugar, “o moço da cidade”. A geração que casou no primeiro namoro e que levou uma vida de colono, assiste a uma outra geração com projetos de vida individuais.

### **3.6 Patrimônio**

#### **a) A difícil poupança**

A formação do patrimônio é carregada de sutilezas próprias, exige uma infra-estrutura mínima, que garanta a produção agropecuária, como também uma poupança que garanta a formação de uma nova unidade de produção e consumo.

Na história da colonização, cada família lembra do que trouxe da colônia velha: animais e equipamentos. Eram então seus instrumentos básicos de produção e de “reprodução”.

*“Trouxemos vaca, cavalo, boi. Até nós deixamos o gado lá em Santo Antônio que era muita mudança e estava tudo amontoado e uns estavam mal, iam morrer(...). E veio tudo num caminhão só, aqueles F8. Naquele tempo tinha um guarda-roupa, guarda-louça, cama, acolchoado, porco. Veio arcado.”*  
(G<sup>o</sup> 62 - Colono)

Aqueles que não possuíam patrimônio para iniciar suas colônias tiveram de vender serviço para poder adquirir seus primeiros instrumentos e animais, percebido na seguinte fala:

*“R - Nós só trouxemos o enxoval de lá. Veio duas mudanças no caminhão, porque sai mais barato. Nós era pobre, não passava fome porque arrancava 'radichi'[salada] na estrada e comia mandioca. Nós trouxemos 2 latas de carne frita. Eu, grávida,*

*serrava lenha o dia todo. (H) Nós plantemos feijão em seguida: daí compramos uma vaca.*” (R<sup>7</sup>57 & H<sup>7</sup>61 - Colonos).

A poupança da reprodução é formada numa margem estreita de ganhos, e a melhor maneira de garantir a colocação dos filhos é fazer crescer a sua própria estrutura. Assim, dizem: “*fulano tá encangando<sup>69</sup> uma junta porque vai casar*”.

Numa região onde a agricultura é preponderante, poupar é um assunto difícil, porque o gado - um elemento natural de poupança na região mineira - aqui é trabalhoso. Além de existir pouco espaço para a pastagem, as raças são mais leiteiras, precisando ser ordenhadas duas vezes ao dia e podendo contar somente com metade das crias, pois os machos da raça holandesa e jérsei são um verdadeiro estorvo para quem produz leite. Portanto, o suíno foi para eles a melhor forma de poupar que encontraram, pois além de agregarem valor ao milho, ficam confinados num chiqueiro, sem atrapalhar o espaço da lavoura.

De acordo com o ciclo produtivo dominante, ocorre uma transformação da “moeda de poupança”, sempre vinculada a um produto acabado como um lote urbano, carro e à safra. Mas não são raros os depoimentos onde se reconhece o gado como uma poupança para se usar nas emergências, mesmo assim assumido como uma atitude de extremo sacrifício:

*“... meu filho mais novo foi operado com 7 dias (...) e pra isso tivemos que desistir de construir o chiqueirão, e pra pagar o hospital fomos gastando todo os porco, toda a safra de milho e 8 das 11 vacas que a gente tinha.”* (A<sup>7</sup>46 - Colono)

A terra é o melhor e maior patrimônio dos colonos, e a melhor poupança foi historicamente o suíno, sendo que o referencial utilizado nas entrevistas sempre foi o de equivalente em sacos de soja: “*Ele ganha 40 saco de soja por alqueire de aluguel da área.*” (N<sup>7</sup>44 - Colono). Mas sendo o grão um bem que

---

<sup>69</sup> Encangar é adestrar uma junta de boi para a tração animal em arado e carroça.

não se reproduz, a não ser quando cultivado, acaba por possuir o mesmo significado de uma moeda estável, por isso eles pensam como sendo equivalentes, existindo alguns que preferem a poupança bancária<sup>70</sup>.

Entretanto, apesar da dificuldade em poupar, existe o crescimento demográfico da família e sua crescente produção de excedentes e imobilização em patrimônio. A partir dos dados cadastrais das famílias entrevistadas (Anexo 4A), procurou-se por correlações entre a área de terra e a idade do chefe da família, e a capacidade produtiva do trabalho agrícola (trabalhador/consumidor).

Assim, percebeu-se que as famílias com chefia abaixo dos quarenta e nove anos de idade possuem uma área média de 10,5 hectares por família, uma extensão muito próxima da média de 11,2 hectares das chefias acima de cinquenta anos. E esta diferença caracteriza um pequeno crescimento patrimonial em terra de acordo com o desenvolvimento da família, uma relação que não possui correlação estatística, pois idade do chefe da família e área de terra correlacionam em  $r = 0,14$  ns, ou seja, uma correlação nula e não significativa.

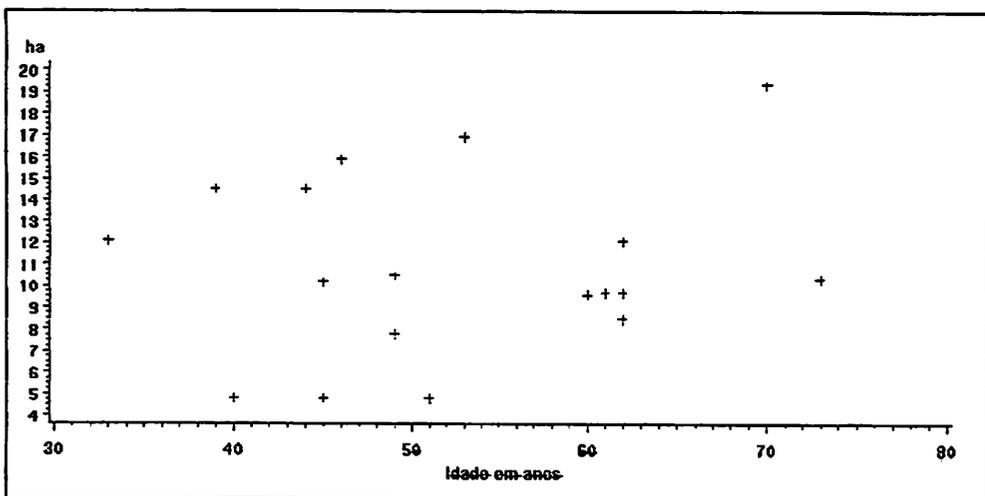
A dispersão observada na figura a seguir ocorre por se tratar de uma realidade em que o padrão sucessório dominante é o minorato; assim, por exemplo, um chefe de família de trinta e dois anos já é proprietário legal das terras, e seus pais residem com ele no mesmo domicílio.

A não dispersão da propriedade logo de início faz com que somente nas famílias cuja faixa etária do chefe é superior a quarenta anos se possa perceber uma leve tendência de crescimento da terra junto à família.

A Figura 9, a seguir, demonstra a relação entre a idade do chefe da família e o patrimônio fundiário que a família possui:

---

<sup>70</sup> A conjuntura econômica da pesquisa (1998) foi de um ano com preços agrícolas baixos e juros altos no mercado financeiro.



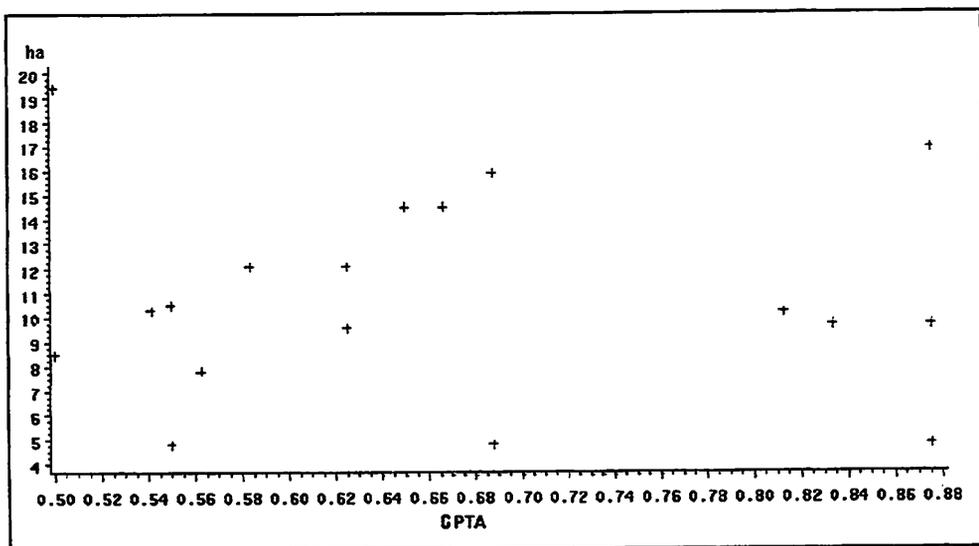
**FIGURA 9 - Idade do chefe e área de terra em São Pedro - 1998**

(Fonte: Dados de campo sistematizados a partir do Anexo 4A)

A partir do Anexo 4A, também foi possível construir a Figura 10, que procura demonstrar a relação entre o crescimento do patrimônio fundiário e a capacidade produtiva do trabalho agrícola (CPTA).

As famílias com índice abaixo da média de 0,67 (1 trabalhador para 1,5 consumidores) possuem uma área média de 11,3 hectares, muito próximo também da média de 10,3 pertencente às famílias de índice acima de 0,67.

A observação do equilíbrio entre consumidores e trabalhadores nas unidades familiares de São Pedro ocorre numa proporção constante de 1,5 consumidor para cada trabalhador. Isto ocorre porque quando diminui o número de crianças no domicílio, há um aumento do número de idosos dependentes, que mantém constante a população consumidora em relação aos produtivos.



**FIGURA 10 - Capacidade de trabalho e área de terra em São Pedro - 1998**

(Fonte: Dados de campo sistematizados a partir do Anexo 4A)

Ambas as figuras apresentam uma mesma dispersão geral, seja qual for a faixa etária ou a capacidade produtiva do trabalho, e também uma pressão constante de consumidores sobre os trabalhadores, sendo esses fatores não correlativos com o crescimento do patrimônio fundiário.

#### b) A terra de trabalhar

*“Em 1971 chegamos em São Pedro, onde nos dois primeiro anos, vivemos como arrendatário. Nestes dois anos plantamos milho, feijão e soja, e com a safra que tivemos, conseguimos comprar 3,5 alqueires de terra. Só tinha a metade, emprestamos dinheiro do pai, sogro e vizinhança. Quando era arrendatário não podia ter suíno. Só podia lidar com lavoura. Mas quando compramos a terra, tratamos logo de criar porco.”* (S<sup>o</sup> 52 - Colono)

A maioria das trajetórias dos colonos reportam-se ao princípio de trabalhar na terra para tê-la, incorporando nela os animais que se reproduzem e que aumentaram o seu patrimônio. No contexto da entrevista que produziu a fala

anterior, percebeu-se que ano ruim é aquele em que não se consegue criar suínos (justamente o ano em que se fez a pesquisa).

Na mesma entrevista, observa-se que ter a propriedade da terra lhe conferiu o status de integrado à agroindústria, que lhe deu condições de crescimento patrimonial.

Durante muito tempo a terra fora a preocupação dos pais para com os filhos, inclusive os deserdados masculinos da unigenitura deviam possuir a sua terra. É preponderante a idéia entre os colonos de que investir em estudo pode compensar a falta de terra. Mais aceitável ainda é a idéia de que um emprego urbano (ou rural) possa cumprir esse papel.

De todo o modo, os filhos homens mais velhos obtêm algum apoio: “... vendi duas quarta de terra aqui pra comprar mais 4 alqueire no Paraguai pro meu filho.” (S<sup>o</sup> 52 - Colono).

O apoio aos deserdados sempre existiu e tende a ser maior para os filhos mais velhos, porque eles usufruem de uma fase de maior geração de excedentes<sup>71</sup>, sendo que, no extremo oposto, como forma de compensação, o privilégio do usufruto ocorre entre os filhos homens mais novos.

*“P - Quem ficou cuidando dos pais?*

*A - Foi o mais novo, ele mora ainda em cima da terra (...)*

*P - E pra encaminhar a sua vida e dos outros irmãos?*

*A - O meu pai ajudou no que pôde. Ajudou nós a comprar terra, e depois nós fomos pagando conforme dava [ carência de 2 a 3 ano].*

*P - Teve alguma irmã que teve apoio pra comprar terra?*

*A - Uma que tá no Paraguai, meu pai pagou quase toda a terra.*

*P - E isso acontece em que condição?*

*A - Porque eles casaram e ele era pobre e ela era muito doente. (... )as outra irmãs ganharam um pouco menos. (V)- Elas ganharam o enxoval dentro de casa.*

---

<sup>71</sup> Segundo Chayanov (1974), a geração de excedentes é proporcional, ao desenvolvimento demográfico da família, isto até iniciar o casamento dos filhos.

*A - O mais velho foi ajudado, mas ele não pagou de volta. O pai estava bem de vida, sabe o mais velho ganhou morada em cima, gado, porco, plantação. (...) Naquela época, o pai não exigia de volta.”* [(A<sup>53</sup> & V<sup>50</sup> - Colonos); observações do autor]

A questão do apoio à filha ainda é considerada um problema na atual geração. E o auxílio ocorre principalmente se forem únicas, ou quando o sogro não puder ajudar: “... *O meu filho mais velho mora com o sogro, que também é sogro dos outros dois filhos*” (H<sup>61</sup> - Colono).

### **3.7 Pluriatividade**

#### **a) Um passado autárquico**

Por mais de um século, desde o início das colônias na serra gaúcha, por volta da metade do século passado<sup>72</sup> até a segunda metade deste, cultivou-se na frente pioneira de colonos uma cultura “autárquica de subsistência técnica”<sup>73</sup>. Esse passado próximo, ainda presente em ofícios como carpintaria e nas técnicas de transformação de alimentos, representa o legado transmitido de geração em geração e que atendia às necessidades locais da época.

Entretanto, à medida que os centros urbanos se formavam, foi introduzida a lógica da divisão de papéis nessas comunidades, e o artesão passa a ser um profissional especializado. O colono artesão que sentiu o rendimento agrícola se depreciar, tratou de diversificar sua ação e se inserir de forma dinâmica entre aqueles que não têm mais tempo de artesanato, mas demandam por serviços e produtos diferenciados. A partir dos conhecimentos da antiga geração, o jovem rural age de forma empreendedora sobre os fragmentos de saber que ele

---

<sup>72</sup> Os colonos alemães chegaram no Vale do Rio dos Sinos (RS) em 1824 e espalharam-se pela encosta da Serra do Nordeste e Vale do rio Pardo. O imigrantes italianos começaram a chegar em 1875 e povoaram a Serra do Nordeste (Wagner, 1995).

consegue dominar. Por isso, em São Pedro ocorrem iniciativas dos filhos, mais do que dos pais, de ganhar mercado para os seus produtos e serviços diferenciados.

Portanto, os casos de pluriatividade, analisados a seguir, decorrem de estratégias diversificadas de obtenção de renda que trazem melhoria da qualidade de vida e auxiliam na superação da menor capacidade de mecanização quando comparados com os vizinhos especializados das terras planas.

#### **b) Agricultura e renda externa acessória**

Das vinte e duas famílias entrevistadas, que representam a totalidade de duas linhas da comunidade, dez delas possuem atividades externas à exploração agrícola, independentes da aposentadoria. Portanto 45% delas são pluriativas.

A pluriatividade em São Pedro representa mais uma estratégia de sobrevivência do que expansão do capital, sendo uma resposta da família a mudanças nas circunstâncias econômicas e sociais. Dessa forma, este trabalho explora a análise no contexto da unidade de produção familiar.

Dentre as famílias pluriativas, a dinâmica mais frequente é a do setor industrial, com a atividade de transformação (6 famílias); em segundo, ocorre no setor de comércio, com a atividade de feirante (4 famílias) e "briqueador" <sup>74</sup>. Ainda ocorrem os setores de serviço (diarista), construção (pedreiro), social (professor), e o emprego urbano num frigorífico.

Uma das famílias, por exemplo, utiliza a safra de feijão para os investimentos de infra-estrutura, sendo que o leite (30 litros/dia) e a confecção de bolacha, entra no orçamento doméstico como custeio da família:

*"O leite, no preço que está, defende tudo. Mas tem época que não. Ai, pega a reserva né e a mulher faz bolacha" (G<sup>3</sup>40 - Colono)*

---

<sup>73</sup> Expressão utilizada por Abramovay (1981: 89), sobre a autonomia dos colonos até o início dos anos de 1970, quando seus independiam do mercado para adquirir seus instrumentos de produção.

<sup>74</sup> O mesmo sentido que Ribeiro (1998) dá para "catira" pode ser empregado nesta região para o termo "brique", que significa negócio.

A experiência de trabalhar em tempo parcial partiu da mulher, sendo que então resolveram alterar o sistema de produção, incluindo a cana-de-açúcar e iniciaram a construção de uma pequena indústria de transformação, em conjunto com os vizinhos.

*“O prefeito deu o barracão, e nós só vamos gastar o que vai dentro. Vai custar 18 mil e meio, e a nossa parte vai dá 10 mil, mas dividido em 7.”*  
(R<sup>o</sup>44 - Colono)

Assim eles pretendem fazer maior volume frente ao que hoje produzem artesanalmente, como o melado, a rapadura e o açúcar mascavo. E adentram ao setor secundário com novas atividades de transformação, enriquecendo sua experiência de pluriatividade. O exemplo dessa família se repete em quatro outros vizinhos e também sócios, mas o início dessa experiência foi cauteloso:

*“Faltava dinheiro, daí aproveitamos que tinha os operário do asfalto pra ganhar uns troquinho e fomos fazendo. (...) Começamos com 4, aí o piá do vizinho vendeu, depois foi 10, e assim foi, as vezes 40 num dia, depois o melado. E pra vender na cidade, eu não podia deixar o serviço, as mulher tinha vergonha e as menina achavam feio. Depois nós [o casal] levava a pé no sábado pra cidade. Agora temos um que compra e vende em Cascavel e Beltrão.”*  
(R<sup>o</sup>44, & I<sup>o</sup>40 - Colonos)

A fala demonstra as dificuldades iniciais de vender o produto transformado, percebendo-se que a entrada no mercado é de pouco em pouco, aumentando a oferta conforme fosse conhecendo a demanda. É importante perceber também que a necessidade do intermediário foi imediata, demonstrando que, por mais que o produtor conheça o mercado, prefere reduzir sua margem a enfrentar a “penosidade” da venda.

*“D - A pobreza apertou... Daí a gente fazia o pé-de-moleque e inventei de fazer um grande, e o compadre turco disse que era pra começar a vender [faz 20 anos]. Ele tinha uma loja, e de lá pra cá, uma vez por semana, vendi rapadura de sacola.*

*P - E o que os outros fazem pra te ajudar?*

*D - Na roça.(...) Quando eles eram pequenos ainda ajudava a limpar amendoim, depois que eu fiquei mesmo fazendo rapadura. Ai sim um dia era para limpar amendoim, outro para descascar, torrar.(...) Época de vender pêssego vende, quando é verdura, rapadura, e assim vai.”*  
(D760 - Colona)

Observa-se que novamente a necessidade foi precursora da iniciativa e que o processo envolveu toda a família, inclusive vizinhos. O conhecimento do processo de transformação fora próprio, mas numa roupagem atual. E ao contrário do que a fala deixa transparecer, no momento da entrevista se observou que existe um maior reconhecimento da importância dessa atividade, antes delegada às “forças marginais” (expressão utilizada por Tepicht citado por Woortmann, 1995). Os homens em idade adulta, ou “forças plenas”, participam cada vez mais do trabalho de transformação da garapa, fazendo as mulheres migrarem para o trabalho de confecção de bolachas.

Ter um rendimento externo à agricultura não é novidade para algumas famílias; várias são as histórias de períodos em que o sustento chegava a ser independente da agricultura: *“Eu tocava nos baile onde nós se encontrava”* (G762 & E763 - Colonos)

Às vezes, quando o emprego em tempo parcial não aparece, existe a possibilidade de criá-lo:

*“Faz três anos que eu tenho o “Bolicho”.(...) Não garante renda certa, tem época que dá, outra não. Ali também tem uma sociedade de dama.”*  
(C749 - Colono)

Também existem os casos em que a pluriatividade acontece de forma sorrateira, saindo da visibilidade do mercado das feiras e exposições.

*“Fomos os primeiros feirantes, por causa de saúde. Do começo a feira era bom, mas não dá pra competir com os mercados. A experiência ajudou no queijo, uma vez vendia leite. Hoje é só*

*entregar no mercado.”*

(Família de C<sup>73</sup> - Colono)

*“Nós começamos a vender rapadura porque vinha os caras e pediam. Eu tenho uma bicicleta e amarro os produto numa caixinha. Assim eu vendo uns 10 quilogramas por semana.”* (A<sup>49</sup> - Colono)

A segunda família, ao contrário da primeira, planeja entrar na feira para ganhar visibilidade do mercado da região: *“Eu não vou na feira porque não tenho produto e me falta pros freguês.... Mas o ano que vem tenho plano de entrar na feira.”* (A<sup>49</sup> - Colono)

Estando ou não visível, a questão é que a construção do patrimônio está envolta em histórias de negócios: *“...conseguimos comprar a trilhadeira e trilhava pra fora porque dava dinheiro”* (G<sup>62</sup> - Colono). Assim, todo agricultor faz negócio; é sua ferramenta de troca e capitalização.

### **c) Quando a roça é acessória do “brique”**

O negócio cotidiano é uma das formas de garantir a reprodução social. Para Ribeiro (1998), existem dois tipos de negócios: aqueles que são próprios da agricultura e aqueles que são de profissionais, feitos por quem vive de fazê-los.

Identificou-se casos em que a agricultura - em tempo de trabalho ou renda - é acessória de outra ocupação, como o negócio:

*“Eu não era tão dedicado ao brique que nem hoje. Aluguei a terra faz 4 anos, e não paro mais em casa. A gente trabalha com uma margem de 5%(...) No Plano Cruzado, ganhei muito dinheiro, e montamos uma mercearia em Foz pra filha. Levo mercadoria daqui e se der dinheiro deu, se não, fica pra ela.”* (L<sup>51</sup> - Colono)

A fala é de alguém que pode trabalhar com negócios porque conta com o suporte financeiro da esposa (professora municipal) e do arrendamento da terra. Uma estabilidade de renda que permite circular atrás dos negócios. A estratégia de “L<sup>51</sup>” inclui a reprodução social da única filha, casada e residente em Foz

do Iguaçu, que trabalha na mercearia que ele montou. Um empreendimento que viabiliza a venda dos subprodutos do seu negócio, como o salame por exemplo.

*“Eu tenho um ponto que eu vou lá e faço os contatos, e tem também, um amigo meu que me passa os recados do telefone. Eu laço gado pra ele, vacino.”* (L<sup>O</sup>51 - Colono)

A fala descreve sua rotina, que em muito contribui para estabelecer novos negócios, além disso, usufrui de uma rede de relações sociais pelo município (possui quarenta afilhados). Entre compadres, parentes e amigos, somados à sua identidade de agricultor, decorre em maior confiança nos negócios. Por isso diz:

*“Os que me logram são amigos e vão pagar. Quem eu não conheço, caio fora. Estes tempos, uns de fora queriam comprar do meu tio, mas eu não dei garantia, eu é que comprava dele. Daí vieram com caminhão, não fizeram negócio e foram embora. Nós somos uns caras bom, compramos e pagamos.”* (L<sup>O</sup>51 - Colono)

#### **d) Trabalho em tempo parcial e migração**

Os trabalhos em tempo parcial realizados dentro e fora da comunidade, podem ser classificados como sendo ou não especializados. Os agricultores que exercem essas atividades de forma diferenciada encontram emprego na comunidade e na região com mais facilidade, porque usufruem de uma certa reserva de mercado; entretanto as tarefas comuns podem exigir uma migração.

Entre as especializações demandadas pela comunidade estão a de pedreiro e carpinteiro, sendo tais ofícios executados em meio à lavoura. Com a frustração da última safra de feijão em 1998, observou-se que esses agricultores procuraram compensar a perda, trabalhando mais horas em obras na região.

Também pode ocorrer o emprego rural como tratorista, ou operador de colhedeira; muitas vezes, o cálculo da compra de uma máquina agrícola leva em consideração mais o potencial de venda do seu serviço do que necessariamente a

área cultivada. Por último, existe o emprego como professor(a) do ensino fundamental nas escolas rurais.

Entre aqueles que não dominam uma arte, existe a possibilidade do emprego urbano, como o filho do “A<sup>o</sup>49”, que trabalha no frigorífico e reside na comunidade. A dificuldade de transporte acaba por levar esses jovens operários a morar na cidade. No caso citado, o rapaz precisa sair duas horas antes do horário (7h00) e ir a pé até o trabalho. Esse também é o caso da filha do “N<sup>o</sup>44”, que é vendedora na cidade e que precisou morar na casa da madrinha.

A migração faz parte da estratégia de reprodução da maioria dos jovens colonos de São Pedro. Seja atrás de empregos temporários, como a colheita em municípios vizinhos, ou então em viagens interestaduais, para trabalhar nos restaurantes de São Paulo, havendo ainda a alternativa, para aqueles que falam alemão, de ir à Europa trabalhar por 2 ou 3 anos.

O trabalho mais comum na região é o emprego nas colheitas de feijão:

*“Já puxei muito bóia-fria também, peão bom pagava bem. Esse ano vou pegar de novo, cheguei a pegar 150 peão. Uns não valem nada e o pessoal não é fácil. Mas se é filho de colono, trabalha parelho.”*  
(L<sup>o</sup>51 - Colono)

A fala a seguir expressa o cotidiano de migrações para outras regiões a fim de buscar uma capitalização da própria unidade de produção:

*“O ‘A<sup>o</sup>49’ foi pra Joinville no começo desse ano e no fim do ano passado. Tem um primo lá na solda, e quando apura o serviço, ele chama. O ano passado plantou feijão e foi 21 dia e deu 1.070 real.”*  
(S<sup>o</sup>47 - Colona)

Como a lavoura não ocupa o ano todo, aqueles que precisam vender mais serviço, cumprem a demanda dos centros urbanos:

*“Existem muitos amigos meus que foram trabalhar em restaurantes em São Paulo (...) Quem dá emprego na cidade sabe que quem vem da roça empilha 10 caixas enquanto que o da cidade empilha uma.”*  
(V<sup>o</sup>19 - Colono)

Observa-se que muitos jovens vão trabalhar em São Paulo, existindo uma relação estreita entre o ciclo da cultura do fumo e a do feijão e a migração temporária da região <sup>75</sup>. Mas às vezes esta viagem não tem volta:

*“Casaram e foram pra São Paulo. (...) Já faz 2 anos e não querem mais voltar.”*  
(E♀15 - Filha de colonos)

Ocorreram casos de migrações internacionais, como a dessa moça que aguarda a volta do noivo que foi trabalhar na Suíça:

*“Da lotação do Rio Grande do Sul e do Paraná foram 48 jovens de 18 anos pra cima (...) Tem moça. (...) Mas tem que falar alemão (...). Ele fica um ano meio e depois volta. Ele acha que vai voltar com uns 16 a 18 mil reais (...) Fala em comprar terra. (...) Tem uma terra do lado do pai dele, que é do avô dele, ele compra os 3 alqueires e sobra dinheiro. (...) Só que é uma terra nua.”*  
(E♀15 - Filha de Colono)

A migração de colonos não é apenas consequência da inviabilização da sua condição de existência, mas parte integrante da sua prática de reprodução: *“Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa”* (Woortmann, 1990 b: 35).

Entre os casos de migração relatados, que passam por ser uma experiência de assalariamento externo à unidade produtiva, também lhes são um aprendizado de processos de trabalho diferentes, incorporados, sempre que possível, às práticas produtivas do colono. A migração, ao mesmo tempo que possibilita reforçar a tradição, é capaz de introduzir a inovação. E ao longo de sua carreira migratória o colono *“dissolve a dicotomia rural-urbano, unificando em sua experiência de vida as experiências da cidade e do campo”* (Woortmann, 1990 b:51).

---

<sup>75</sup> Existe uma linha de ônibus pela empresa Princesa do Campos que liga o município de São Miguel do Iguacu (oeste de Santa Catarina) à São Paulo, em linhas diárias.

## 4. CAPÍTULO - A gramática dos casos

As famílias rurais, apesar de separadas em paisagens antrópicas, trabalham elas mesmas em seus domínios. São fascinadas pela terra, herança do seu sucessor. E são calejadas num patrimônio cativo, que descobrem em atalhos, viagens e outros serviços.

### 4.1 *Um ambiente antrópico*

[As comunidades têm uma história própria, construídas em seu meio distinto; entretanto, ambas se caracterizam pela produção familiar, apresentando algumas características similares.]

A forma como organizam os seus recursos, reproduz a lógica da divisão do trabalho, sendo a parcela casa-quintal um espaço feminino, voltado para a subsistência e o equilíbrio do orçamento familiar, enquanto os outros espaços da produção são masculinos e objetivam, não absoluto, os excedentes mercantis.

O sistema de produção é dividido em áreas de criação e cultivo, subsistemas estes que se alternam no espaço e tempo. Tal alternância é decorrente de inovações tecnológicas sobre o uso dos recursos naturais, ou do esgotamento destes, determinando sua transformação e inter-relação. Neste caso, superam-se mutuamente na geração e reserva de valor, o que garante o orçamento doméstico da entressafra e do investimento.

[Santa Luzia é uma comunidade que gerou muitos emigrantes na sua história e São Pedro um reduto de imigrados da velha colônia gaúcha, que agora produz migrantes, a partir da segunda geração.] As condições de exploração da terra para cada um dos grupos, migrados e não-migrados, são diferentes. Os que chegam são estrangeiros e, pelo desconhecimento do meio, normalmente fazem uso abusivo de seus recursos (é o caso da primeira geração de São Pedro). E os que ficam combinam o uso regulado dos recursos naturais e a sistemática

expulsão dos excedentes populacionais. Isto porque o zelo pelos recursos naturais e o desenvolvimento de técnicas permitem a sobrevivência da população que permanece, mesmo que isto incorra em mais trabalho e menor produtividade.

Santa Luzia recalcula sua negociação com o meio de acordo com a composição e disponibilidade doméstica da família, sendo que uma família maior consegue manter diferentes frentes de ação, seja na criação animal seja na lavoura. Uma família menor procura se especializar numa atividade de renda, mas sempre mantém a pecuária. Ocorre também uma sazonalidade de intensidade do trabalho agrícola de acordo com o clima, sendo que esta interação estabelece a busca maior por rendas não agrícolas no período da seca.

São Pedro apresenta uma menor negociação com o meio, tendo uma agricultura mais intensiva, de maior desembolso e risco. Os sistemas de produção são preponderantemente agrícolas e de pouca criação, em que um meio originalmente generoso se esgota, provocando a exclusão dos excedentes populacionais da segunda e terceira gerações, e a pluriatividade dos que ficam.

Assim como em Ribeiro (1997), foi possível interpretar a ocupação sistemática da terra e a história da população a partir dos sistemas de lavoura e ambiente. Também Boserup (1987) forneceu elementos para compreender que o crescimento populacional obrigou os agricultores a encurtar seu período de “descanso da terra”, reduzindo a produção, elevando o trabalho e provocando as migrações dos que “excederam”.

#### **4.2 Sociabilidade e o acesso a cidad(e)(ania)**

Ambas as comunidades possuem “gastos com cerimonial”<sup>76</sup>, que se manifestam lúdico religiosamente nos seus cultos dominicais, novenas, festas,

---

<sup>76</sup> Segundo Wolf (1976), os gastos com “cerimonial” são um excedente social do camponês, que recebe o incentivo social das práticas lúdico religiosas da comunidade.

folclores, batismo, casamento e morte, sendo também os seus maiores momentos de sociabilidade. A Igreja católica soube se adaptar as diferentes regras cívicas de seu rebanho, promovendo os leilões para os sitiantes de famílias hierárquicas e organizando listas de pagamento para o dízimo da comunidade de colonos no Sul.

[As regras sociais das comunidades são mantidas pela socialização do seu uso] cultivadas no indivíduo na forma de jogar um determinado jogo, e nas sanções advindas da reprovação social a que estão sujeitos no cotidiano. É usual nunca faltar com seu débito, nem que para isto venda a terra, geralmente a sua maior estima. [Também é importante retribuir um favor contraído no mesmo peso e medida.] Mas a principal de suas regras é a reciprocidade, uma norma que fortalece a confiança social e facilita a cooperação.

Segundo Putnam (1996: 182) “*reciprocidade é a combinação de um altruísmo a curto prazo e um interesse próprio a longo prazo*”. [É uma ajuda oferecida na expectativa incerta de uma retribuição futura, e os principais delimitadores dessa prestatividade são sua localidade e seu passado conjunto.] O uso da “surpresa” em Santa Luzia e das “ajudas na doença” em São Pedro somente ocorrem para um membro integrado numa comunidade recíproca.

É difícil estabelecer um indicador que possibilite compreender a distinção entre pertencer ou não a um grupo de confiança e, percebeu-se na linguística do apelido a sinonímia que revela a existência de alguns círculos de reciprocidade.

[Ambas as comunidades apresentaram experiências em associativismo. Em Santa Luzia foram duas associações formais de produtores e duas de famílias. Em São Pedro foram quatro associações formais (uma por linha),] sendo que tais conjuntos associativos revelaram que:

- (1) o número de famílias associadas é muito menor que o total das famílias de cada comunidade. Neste aspecto, os colonos paranaenses participam mais de associações formais, agremiando-se por vizinhança e interesse produtivo;

- (2) todas as associações são fruto de alguma organização preexistente, e funcionam como um canal de expressão das relações já firmadas dentro daquele grupo de agricultores. Os mineiros organizaram-se a partir dos setores das CEBs (comunidades eclesiais de base), e os paranaenses se valeram do mesmo estoque do capital social dos grupos recreativos de bocha;
- (3) ocorrem vínculos de parentesco nas associações e nos grupos comunitários, sendo que os mineiros são mais antigos no lugar, por isso mais aparentados em suas agremiações.

Procurando traçar algum paralelo de conflitos nas comunidades e agremiações, a lembrança local de Santa Luzia revelou haver disputas por algum grupo familiar. Tais conflitos também são revelados em outros trabalhos sobre comunidades rurais de Minas Gerais.<sup>77</sup>

Em São Pedro, os conflitos que marcaram a comunidade foram mais sobre assuntos externos - deles em relação aos outros - numa solidariedade forjada pela luta num ambiente diverso e conflituoso, de uma colônia contra os índios, caboclos e jagunços do latifúndio.

O fortalecimento dos vínculos de reciprocidade é o ingrediente básico da constituição de um capital social, e uma sociedade horizontalizada é antagônica ao verticalismo das sociedades hierarquizadas. Em Santa Luzia, esse debate se apresenta no dilema associativo em que vivem as hierarquias familiares e a constituição das sociedades formais. Uma associação formal tem dificuldade em se legitimar porque nega os princípios fundamentais da organização hierárquica de uma associação familiar, ou seja, confiança em familiares próximos e união assegurada pelo monopólio da terra. Uma solidariedade que fica limitada ao

---

<sup>77</sup> *"Expressões desconfiadas e frases inacabadas deixam claro que nem sempre existe harmonia entre os membros da comunidade, (...) configurando a existência de um conflito sutil, principalmente entre algumas famílias."* (Naves, 1997: 57).

âmbito da família (Naves, 1997).

Segundo Putnam (1996: 179), o exercício da confiança recíproca e do comprometimento fortalece o capital social, pois investe nos vínculos “fracos” (como conhecimento e afiliação a associações secundárias), e que sustentam mais a coesão comunitária do que se houvesse somente uma ação coletiva em torno dos vínculos interpessoais “fortes” (como parentesco e íntima amizade). Os vínculos fracos têm mais probabilidade de unir os membros de pequenos grupos diferentes do que os vínculos fortes, que costumam se concentrar em determinados grupos.

Das organizações de Santa Luzia, a Associação de Produtores Rurais de Córrego Vigilatos é a que mais investe nos seus “vínculos fracos” com a experiência do crédito rotativo entre os seus sócios. E em São Pedro, a Associação A.P.S.A.T. da Linha Pedron é a que mais capitaliza seu patrimônio societário, via organização de trabalho comunitário e acordos internos de investimento e captação de recursos públicos.

A confiança é um componente básico do capital social, pois promove a cooperação. A própria cooperação gera mais confiança, num estoque cumulativo que tende a reforçar-se mutuamente. Assim, pode-se melhor entender a maior dificuldade encontrada para constituir sociedades formais numa e noutra região.

[No contato direto com as famílias, percebeu-se uma necessidade não ouvida pelos órgãos de extensão sobre os serviços básicos e fundamentais da comunidade rural. Os serviços de saúde e educação - que podem ser cotidianos ao urbano - são de importância decisiva à sobrevivência e garantia de reprodução para aqueles que estão no campo.]

Quando o Estado ofereceu auxílio, normalmente resolveu o secundário. Um exemplo foi a reunião da EMATER com o “Centro Comunitário Rural de Santa Luzia”, em que as únicas palavras dos agricultores - quando consultados sobre suas necessidades - foram sobre políticas não agrícolas, como: posto de

telefone, a saúde e educação. Eram reivindicações de cidadania, que estavam longe da competência daquele técnico, e não é de se estranhar que tenha encerrado a reunião falando sobre: *“a necessidade da análise de solo para que se possa participar do programa de calcáreo”* (Ata de 25/06/98).<sup>78</sup>

Segundo Sahlins (1997: 127), os produtores desejam assumir cada vez mais o controle das estruturas institucionais das quais dependem. Seu desejo é ter pleno acesso a todas as áreas da sociedade urbana - como os cidadãos urbanos - e reclamam do seu reconhecimento enquanto agricultores familiares, com seu próprio conjunto de direitos e deveres de cidadãos.

Nas comunidades, os próprios agricultores indicam como sua maior fragilidade a assistência à saúde. A unidade de produção depende de trabalho e iniciativa pessoal, e sem saúde não existe produção, somente consumo, reduzindo o excedente produtivo da agricultura familiar: *“Se você tiver saúde o resto você faz na roça.”* (M<sup>o</sup>63 - Sitiantes de MG).

Normalmente, as histórias de descapitalização coincidem com momentos de doença na família: *“Minha filha quase morreu, mas um doutor de Beltrão salvou ela. (...) engordamos duas chiqueirada de porco, e levamos o dinheiro pra ele.”* (P<sup>o</sup>62 - Colono do PR).

A saúde pública tem tido melhoras, propiciando maior assistência que no passado: *“Hoje a gente vai no hospital fica lá semanas e não paga nada.”* (A<sup>o</sup>70 - Colono do PR). Também a educação lhes parece ser mais atendida: *“Nós escrevia na banda de traz das cédula de eleição. Agora tem caderno.”* (Z<sup>o</sup>55 - Sitiantes - MG).

---

<sup>78</sup> Lara (1990) dissertou sobre um programa de desenvolvimento rural MGII, questionando a democrática participação dos sitiantes no programa, quando eles solicitavam eletrificação rural, mas o governo lhes doava a construção de um centro social, na comunidade da Fazenda Velha.

As comunidades se sentem menos distantes da cidade, tendo melhores vias de acesso, o que auxilia a comercializar diretamente na cidade<sup>79</sup>. Em ambas houve espaços de melhoria da qualidade de vida com o emprego de eletrodomésticos, motores elétricos e máquinas agrícolas, no lazer com a televisão, ônibus escolar e uso do filtro d'água.

As oportunidades de renda lhes são difíceis, o que impede o exercício pleno da cidadania. Entretanto, percebe-se que o meio rural pode se constituir num espaço de vitalização das atividades econômicas, capaz de proporcionar condições de melhoria da qualidade de vida, oportunidades de ocupação e renda, bem como ampliar o acesso à cidadania da população rural excluída.

### **4.3 A organização familiar**

#### **a) As divisões do trabalho familiar**

A mulher assume o papel administrativo sobre a área casa-quintal, tendo como responsabilidade produzir a parte da subsistência nas funções de lavoura, pecuária e negócio da unidade de produção. Portanto, além de controlar a casa e a educação dos filhos, é responsável pelo quintal. Na parcela casa-quintal é que são geradas as pequenas rendas monetárias que ao longo do ano estabilizam as entradas sazonais. Em Santa Luzia trazem equilíbrio as atividades de bordado, criação de galinha e ovos caipiras, além da horta. Em São Pedro, são as atividades do leite, doces e bolachas que dão equilíbrio no orçamento doméstico. Todos esses exemplos são atribuições femininas.

Este estudo demonstra que, principalmente nos processos de assalariamento, ocorre uma certa transferência da força da mulher rural para

---

<sup>79</sup> Chayanov (1981: 138) e também Seyferth (1985: 5) atribuem o aumento de excedentes da unidade econômica a fatores como a variação de tamanho da terra útil, fertilidade do solo e a distância das áreas urbanas, que proporcionam melhores condições de comercializar produtos.

outros setores da economia, o que impede de classificar o homem adulto como o único com possibilidade alternativa no mercado de trabalho. Em ambos os casos a distribuição das forças de trabalho correspondeu cada vez mais à composição do grupo doméstico por idade e menos por sexo, sendo a mulher cada vez menos marginal. Isto não acontece com as crianças e idosos, que permanecem como forças marginais e intransferíveis.

Dentre aqueles que representam as “forças marginais” da agricultura familiar, os aposentados são os que possuem um dos papéis mais importantes. Eles asseguram uma renda mensal, além de permanecerem produtivos mesmo que idosos, pois enquanto tiverem condições físicas não deixarão de trabalhar (Woortmann 1990b). A aposentadoria se apresentou como um reforço do orçamento doméstico comum a todos, sendo, contudo, maiores os gastos com saúde nas famílias que os têm.

As crianças e adolescentes, apesar de marginais, são incorporadas desde cedo ao mundo do trabalho em família. Foram indistintas as observações sobre o início do papel produtivo ser na faixa dos sete aos dez anos, sendo que entre onze e quinze anos se definem as atribuições de gênero.

Aqueles com idade superior a dezesseis anos, e que desejam ficar no campo, assumem uma rotina de trabalho similar aos seus pares adultos, sendo ainda não emancipados pela condição de solteiros e estudantes do ensino médio.

O homem adulto em idade produtiva representa as forças plenas da unidade familiar, sendo responsável pelo serviço externo à casa e que envolva o uso de recursos monetários. O papel de homem adulto é pleno quando emancipado via casamento, ou quando tiver a guarda dos pais e da herança. Todos os serviços pesados e distantes da parcela casa-quintal são tarefas masculinas, o que normalmente abarca a parte mercantil da lavoura, pecuária e negócio da unidade de produção.

O papel das forças plenas e marginais nas famílias rurais se apresentou de forma dinâmica ao longo do tempo. Uma atividade marginal normalmente é delegada a uma força marginal, e a principal é assumida pelo representante da força principal. Por isso a atividade do leite é papel feminino em São Pedro; entretanto, em Santa Luzia é considerada como masculina, pois ali assume um caráter de atividade econômica principal. A fabricação de açúcar e melado era uma atividade feminina que passou a ser uma atividade masculina em São Pedro, sendo que em Santa Luzia historicamente ocorreu o contrário.

Existe uma virtualidade das categorias associadas ao trabalho por gênero, sendo que a divisão do trabalho entre homem e mulher ocorre por uma relevância econômica, reorganizando o sistema produtivo em função de variáveis de mercado e subsistência. Portanto, o que é fixo na divisão sexual do trabalho é a relevância da associação homem/dinheiro e mulher/sustento. Não que um seja mais importante que a outra: são diferentes e igualmente importantes na unicidade de produção e consumo, mercado e subsistência da produção familiar.

Esse recorte analítico permite estabelecer uma fixidez virtual do trabalho entre a exposição do homem, responsável pela reprodução social da família, isto é, pelas condições econômicas, materiais e societárias que são necessárias para que uma unidade de produção se reproduza. E a mulher, responsável pela reprodução orgânica e cultural da família, ou seja, fornece as condições biológicas de progeneração, além de se responsabilizar pela manutenção alimentar e a formação cultural daquela unidade social.

#### **b) A parentagem vizinha**

As relações de parentesco ocorrem por toda a comunidade, sendo que Santa Luzia apresenta um maior número de blocos familiares, com apenas 5% dos moradores isolados, enquanto que em São Pedro, uma comunidade de 40 anos, apresenta metade dos domicílios isolada de parentes.

O menor número de blocos familiares em São Pedro <sup>uso de</sup> é devido à ocorrência de domicílios conjugados, ou seja, numa característica do minorato, 27% dos domicílios abrigam mais de uma família sob o mesmo teto e o mesmo fogo. Isto ocorre porque de início as primeiras famílias tiveram acesso a parcelas muito reduzidas de terra; beirando o minifúndio, é muito difícil partilhar uma terra partilhada, sendo necessário escolher um herdeiro, e assim reproduzir.

As relações de parentesco de uma comunidade possuem duas motivações: primeiro, quando se originam do fracionamento de uma propriedade paterna, formando vizinhos parentes; em segundo lugar, com os casamentos entre vizinhos que ao longo do tempo formam inter-relações de parentesco e compadrio.

Nos arranjos de casamento as novas famílias são constituídas com a mulher vindo morar na terra do marido, seja ele dono dessa terra, arrendatário ou cedente de uma parcela dos pais. Também ocorre, em ambas as comunidades, a prática do casamento trocado, isto é, a troca de irmãs, e o casamento de dois ou mais irmãos de uma família com duas ou mais irmãs de outra.

Entretanto, existe diferença na restrição ao casamento, onde em Santa Luzia ocorre o princípio da “exogamia de sítio”<sup>80</sup>, isto é, que não devem casar os de mesmo sítio (irmãos de criação), sendo possível com primos. Por outro lado, em São Pedro os parentes da mesma colônia são excluídos do cálculo das trocas matrimoniais, o que dificulta a combinação e formação de novas famílias rurais.

### **c) O perfil moderno da família rural**

Nas duas comunidades rurais se percebeu uma pequena predominância de homens em relação às mulheres, sendo que entre os adultos acima de 18 anos ocorre uma equiparação dos gêneros, com uma leve tendência em haver mais

---

<sup>80</sup> Expressão utilizada por Woortmann (1990: 47 b).

viúvas do que viúvos, muito provavelmente porque, quando nubente, a mulher era mais jovem, além da taxa de mortalidade ser maior para os homens.

As comunidades apresentam um perfil onde a população jovem - até dezanove anos - constitui 1/3 dos residentes, sendo que dos 2/3 restantes, duas partes são de adultos plenos entre dezanove e quarenta e nove anos, e uma parte de pessoas com idade acima de cinquenta anos. Com isso, nota-se o mesmo peso relativo de 25% da população rural com idade superior a cinquenta anos <sup>81</sup>.

Entre aqueles com idade acima de sessenta anos, foram poucos os que se sentiam improdutivos ou seja, 10% dos idosos de Santa Luzia e 20% dos idosos de São Pedro, existindo, portanto, uma maior tendência dos paranaenses em serem dependentes do filho (ou genro) escolhido, sendo que os mineiros se tornam mais independentes por residirem em separado, apesar de próximo do escolhido.

Entre aqueles que migram, a grande maioria é de jovem adulta, sendo que existe uma parcela maior de jovens mulheres saindo de São Pedro que de Santa Luzia. A faixa etária do migrante coincide com uma maior receptividade do mercado de trabalho urbano, como também é a fase em que os não sucessores partem em busca de alternativas.

#### **4.4 O sucessor dos herdeiros e o herdeiro sucessor**

(Os padrões de herança são visivelmente diferentes entre as comunidades, mas o modo como preparam o sucessor e os arranjos dos “herdeiros” frente ao Código Civil brasileiro são similares. Em ambos os casos os costumes são preponderantes à lei, ou seja, ocorrem acertos da herança que não necessariamente ajustam a partilha entre todos os herdeiros de uma família, apesar do direito à sua parte.)

---

<sup>81</sup> Torrens & Magalhães (1998) encontraram a mesma proporção em Blumenau - SC.

As figuras do “pé-de-boi” em Santa Luzia e do “escolhido” em São Pedro são evidências claras de que o processo sucessório se inicia antes da partilha da herança. Apesar de a partilha em si ser homologada após a morte do dono, existe uma objetivação diferente para essas comunidades. Em Santa Luzia não ocorre partilha antes de encerrada uma geração, mas em São Pedro isso não aconteceu necessariamente, fazendo denotar um padrão sucessório mais explícito que o primeiro. Santa Luzia mantém regras mais flexíveis que permitem um ajustamento no padrão sucessório, criando uma menor frequência de problemas de sucessão pela falta de um herdeiro.

#### **a) Os preparativos de um sucessor**

Os preparativos de um sucessor se dão em primeiro lugar pela formação do pensar como agricultor, sendo facilitado somente o mínimo necessário, onde aos poucos vai se moldando um sucessor, capaz de conduzir o destino da família.

(O primeiro ofício de um sucessor é aprender a dar suporte aos irmãos “desonerados”<sup>82</sup>, para que assim, mais e mais, se aproprie (e justifique) daquilo que será seu um dia). O maior instrumento de ajuste para conformar uma herança é a compra, porque a herança pode incorrer em riscos de demanda judicial ( como discutido no item 2.2 d ), caso não haja acordo entre os herdeiros.

Apesar dos costumes locais minimizarem o risco do desacerto, quanto maior o risco de demanda, maiores serão as possibilidades de haver um sucessor. Planejar a sucessão num único herdeiro pode pôr tudo a perder, se ocorrer a fatalidade da sua ausência.

---

<sup>82</sup> Desonerado é mais específico que “deserdado” (Woortmann, 1990b), e significa ser aquele que será indenizado - pelo pai e sucessor - da parte da herança que desistir.

Herança e sucessão são complementares em Santa Luzia e determinantes em São Pedro. Isto porque no primeiro caso, ser herdeiro não significa ser sucessor, mas no segundo, pode ocorrer como sinônimos, pois em um minifúndio cabe em apenas um herdeiro.

A compra de terra imobiliza uma grande quantia de recursos, que o agricultor pode ter poupado em gado (Santa Luzia) ou em porco (São Pedro). A poupança é o ingrediente básico para qualquer projeto de vida; mesmo um desonerado da herança necessita poupar para iniciar a vida.

A poupança é gerada a partir de uma renda própria, que deve ser necessariamente negociada com a família a que esteja vinculado. A melhor maneira de gerar uma renda individual é produzi-la em área diferente da familiar, ou, então, promover a sua própria emancipação via casamento.

Casar é a garantia de que tudo o que for gerado será em benefício restrito ao novo casal, inclusive o produzido pelos novos filhos, até o momento do ciclo recomeçar com a emancipação dos seus próprios filhos, netos do ciclo anterior.

Entretanto, uma nova família exige investimento, devendo-se ter uma morada, terra, instrumentos e animais. Assim, deve-se buscar excedentes no arrendamento, criando animais (em terreno cedido pelo pai ou alugado), fazendo negócios e, sobretudo, migrando.

A migração não é somente um recurso dos fracos e excluídos, é um instrumento de todos, um artifício de capitalização que pode acelerar os preparativos do matrimônio e a indenização dos deserdados. (Woortmann, 1990b)

Observa-se que migrar não significa ir para um lugar distante; esse lugar pode ser próximo, mantendo a residência rural e o emprego urbano, por exemplo. São testemunhos desta análise os depoimentos da Elaine (Capítulo 3), quando fala da emigração do seu namorado para a Suíça como preparativo do casamento, e o depoimento do Paulo (Capítulo 2), descrevendo o trabalho da esposa na cidade.

## b) Os arranjos da exclusão

Parece unânime entre os casos estudados que é papel do chefe de família o preparo econômico e profissional dos filhos para o futuro. Apareceram de forma dispersa vários exemplos desse investimento; entre eles o estudo, que pode ser dado através do ingresso do filho/filha num seminário/convento católico, não necessariamente ingressando no clero.

Houve também, e principalmente em São Pedro, o incentivo para que o filho ingressasse na carreira militar. Entretanto, essas táticas escondem o principal objetivo que é a desoneração da terra, via ingresso no emprego urbano.

Ambos os casos demonstram que os domicílios abrigavam, no momento da entrevista, dois terços do total de pessoas que suas famílias haviam gerado.

Se for considerada somente a preponderante faixa etária em que ocorre a migração, percebe-se que metade da população de mesma idade está ausente. Estas cifras são coincidentemente iguais para ambas as comunidades, o que denota um esforço único em preservar o patrimônio via emigração. Além disso, percebe-se uma acentuada diminuição da natalidade.

Entretanto, ingressar no emprego urbano, ou desonerar a terra, via aquisição de outra, também exige investimento. Trabalhar na cidade requer formação, infra-estrutura mínima de moradia e transporte, além da oportunidade do emprego, ou do próprio negócio. Tudo isto deve ser suprido pelo esforço conjunto das três entidades envolvidas: o pai, o sucessor e os desonerados.

O pai e o sucessor auxiliam através das economias obtidas dentro e fora da unidade de exploração, e o desonerado contribui fazendo uma emigração definitiva e sustentável. O esforço conjunto dessas três entidades resultará na manutenção do patrimônio e um mínimo de consenso sobre o bem estar de todos.

Entretanto é bom lembrar que: *“os que saem perdem o acesso à terra, não perdem necessariamente o acesso à família e nunca se pode prever quão*

*definitiva é a emigração definitiva*” (Woortmann, 1990 b: 52). O acesso não é impeditivo para ambos os lados, porque aqueles que partem também podem auxiliar para que todos partam definitivamente junto dele.

As entrevistas relatam casos de migrações definitivas de toda uma família, desde aqueles que partem para outras regiões agrícolas até casos em que todos foram para a cidade. Encontrar uma terra melhor ou uma ocupação mais vantajosa na cidade acaba por configurar uma situação em que um excluído encontra a herança de todos, permitindo vender a terra de origem.

#### **4.5 As condições do crescimento patrimonial**

##### **a) O patrimônio mínimo necessário**

Pensar em patrimônio mínimo é pensar nos preparativos do casamento. (A estrutura de um jovem casal normalmente coincide com disponibilidades mínimas de criações, benfeitorias e terra.) Excetando aqueles que receberam alguma herança antes de constituir a sua unidade de produção, normalmente um chefe de família jovem e com menos filhos corresponde a uma menor quantia de terra. A seu favor possui a juventude de suas forças e a perspectiva de apoio dos pais, ou de uma herança futura, caso não tenha sido esta a origem da sua condição atual.

Numa nova família, o homem traz os instrumentos de produção, como bois de tração, arado, ferramentas e a terra (muitas vezes apenas o quintal de uma casa). Observe que, em São Pedro, a vaca é considerada um dote feminino (um bem da manutenção familiar), mas é masculino em Santa Luzia.

Os dotes masculino e feminino reproduzem seu futuro papel na família rural. A depender do equilíbrio entre produção e consumo, haverá condições de ampliar o patrimônio, que em princípio é obtido através do arrendamento de terras, pois o espaço do homem é o das lavouras e criações, e se estas áreas não existem no estabelecimento, deve ele recriá-las artificialmente.

O arrendamento e a venda de mão-de-obra são instrumentos que possibilitam o patrimônio pré matrimonial dos jovens frente aos que já possuem a terra, mas que não conseguem mais nela trabalhar, parecendo uma compensação dos que têm a vida inteira para produzir aos que produziram por toda a vida.

#### b) Um patrimônio que se reproduz

Se pouca área é suficiente para satisfazer as necessidades de consumo da família, não é pouca a terra necessária para produzir uma relação de “renda-dinheiro”<sup>83</sup>. Quanto maior for a área de pasto em Santa Luzia, maior será o seu gado. E em São Pedro, o mesmo pensamento ocorre para com o cultivo comercial, preferindo terras mecanizáveis. Esses espaços assimétricos são a materialização da necessidade de produzir renda e dinheiro.

Em Santa Luzia, existe um ideal de poupança em gado, porque é uma forma concreta de entesouramento pela procriação e dos “juros” decorrentes em leite e esterco. E em São Pedro o ideal aparece na necessidade de ampliar o volume de grãos produzidos, o que não garante a reprodução em si, sentindo eles a necessidade de retomar sua suinocultura.

Os colonos paranaenses procuram estabelecer investimentos que se reproduzam no gado de leite e na suinocultura; entretanto, encontram três estrangulamentos: (1) falta pastagem de verão, porque sua estrutura fundiária é próxima do minifúndio e somente no inverno conseguem obter pastagem nas áreas agrícolas de verão; (2) os bezerros das vacas puras de leite não nascem somente fêmeas, e isto lhes é problemático, porque normalmente os sacrificam; e (3) a suinocultura encontra um mercado mais restrito e regulamentado que o do gado,

---

<sup>83</sup> Esta expressão é utilizada por Lovisolo (1989: 113) para analisar a poupança em gado que encontrou em Coité (BA). Infelizmente o autor não deixou claro qual seria o seu equivalente em Godói (RS).

pois enquanto o gado é sinônimo de liquidez, a venda do suíno é mais difícil, necessitando se adequar as leis sanitárias.

Os casos demonstram que uma maior dotação de terra amplia as condições de crescimento patrimonial. Entretanto, apresentam uma correlação desigual de desenvolvimento demográfico da família e crescimento fundiário. Santa Luzia está assentada num sistema de produção mais extensivo e necessita de uma maior quantidade de terra para fazer ampliar seu capital em gado e suas decorrentes aquisições. São Pedro é mais agrícola e apresenta um processo de trabalho que é uma simples repetição do processo de produção<sup>84</sup>.

A compra de terras nem sempre é realizada com parentes, mas, se possível, obterão condições mais facilitadas. Sinteticamente, são necessárias três oportunidades para que o negócio da terra seja realizado: (1) estar diante de um momento propício; (2) estar bem relacionado com quem se deseja negociar; e (3) ter disponível um bem de fácil liquidez.

A primeira oportunidade normalmente ocorre num momento de partilha de herança, como em Santa Luzia, e nas emigrações de vizinhos, como em São Pedro. Estar próximo desse momento significa perceber com brevidade suas conformações e se preparar com antecedência para participar do desfecho final.

A segunda oportunidade exige que seja (ou se torne) parte do projeto de vida de quem lhe irá depositar a confiança da terra. Em ambos os casos, vender uma terra e fazer seu preço depende de um bom relacionamento, muitas vezes condicionado a vínculos de sangue, somados à situação de vizinhança.

A terceira oportunidade pode ser viabilizada com uso do crédito agrícola, ou então com a disponibilidade de gado, em Santa Luzia, ou de bens de interesse - lotes, dinheiro de poupança e automóvel - como foi observado em São Pedro.

---

<sup>84</sup> Igualmente observado por Tavares dos Santos (1984).

Por fim, deve-se perceber que todo o crescimento patrimonial de uma família existe para dar as mesmas condições de existência aos filhos. Uma existência que, quando rural, reproduz sua moralidade junto à inseparável conformação de “terra, trabalho e família”<sup>85</sup>.

#### **4.6 A pluriatividade familiar**

Pai, sucessor e desonerados podem se utilizar de vários artifícios para solucionar suas diferenças, uma delas é a pluriatividade. Assim, como retratado anteriormente, sabe-se que os primeiros camponeses não eram apenas agricultores, e que apesar de terem sido reduzidos ao espaço agrícola, fazem uso de atividades não agrícolas para se reproduzir.

##### **a) Agricultura e renda externa acessória**

A busca por rendas não agrícolas e externas à unidade de produção faz parte da estratégia de reprodução da agricultura familiar; entretanto esse mecanismo está mais presente em Santa Luzia que em São Pedro. A saliência do primeiro decorre da necessidade de superar sua menor intensidade do trabalho, ou seja, a superfície agrícola por trabalhador dos mineiros é três vezes e meia maior que a dos paranaenses <sup>86</sup>.

(Quando a renda de uma função pluriativa é utilizada para a manutenção da família, normalmente é realizada por uma mulher, como é o caso do bordado em Santa Luzia e a produção de bolachas em São Pedro. Mas quando geram recursos substanciais ao orçamento doméstico é executado - exclusivamente ou em conjunto - pelo homem, como nos casos dos serviços de pedreiro. Entretanto, quando a renda externa advém de um processo de proletarização, ocorre menos

---

<sup>85</sup> Chayanov(1974), Kautsky(1972), Wolf(1976) e Woortmann(1990 a).

<sup>86</sup> A partir das tabelas 2A e 4A anexas, dividem-se os valores médios da superfície agrícola pelo número de trabalhador, obtendo: 14,6ha/UTH em Santa Luzia e 5 ha/UTH em São Pedro . (Perondi, 1998)

tal distinção, podendo ocorrer o fato de a mulher e os filhos trabalharem numa fábrica e contribuírem com a maior parcela dos recursos financeiros da família.)

Enquanto a renda externa não envolver as forças plenas da unidade de produção, ela é considerada secundária na composição do orçamento doméstico. Mesmo que seja efetivamente maior, o empreendimento principal da unidade continuará sendo dito que é a pecuária em Santa Luzia e a agricultura em São Pedro, pois nelas se ocupa o homem.

É importante perceber que o processo de venda é tão penoso como o da produção, sendo muitas vezes o elemento definidor da incorporação ou não de uma alternativa de renda no sistema de produção. Também a entrada no mercado, em ambos os casos, é percebida como uma ação em que o aumento da oferta ocorre conforme for descoberta a demanda. Observa-se que a necessidade de dinheiro está sempre associada à justificativa de uma ação pluriativa inovadora, normalmente deflagrada para superar um momento de dificuldade.

Além dos canais visíveis de comercialização, como em feiras e mercearias, existe também nas comunidades a experiência de comercializar um produto diferenciado para clientes preferenciais, em função do que são estabelecidas algumas regras: (1) periodicidade da entrega; (2) preço competitivo; e (3) fornecimento exclusivo do produto.

Em Santa Luzia esses canais de negócio ocorrem normalmente para o leite, queijo frescal, doces de leite, goiabada e marmelada. Em São Pedro ocorrem para a rapadura, melado, queijo e salame. Esse atendimento direto ao consumidor cria confiança mútua, além do produtor estar diretamente informado da necessidade daquele.

## **b) Agricultor de negócios**

Dentre as várias atividades do meio rural, a habilidade de negociar é sempre exercida. Mas entre tanta gente disposta a vender seus produtos a desconhecidos compradores, surge a figura do intermediário dos negócios, ou melhor, do pluriativo em negócios. Em Santa Luzia, esse negociante é chamado de “catireiro”, e em São Pedro é chamado de “briqueador”.

Para esses negociantes, a agricultura possui uma função de subsistência familiar; preferem dedicar-se mais à criação de gado e ao negócio. Procuram deter uma certa quantia de terras com pastagem e manter um canal de comercialização dos produtos de seu negócio (como o fazem para vender a carne do porco nos casos encontrados neste estudo).

Observou-se a presença de um negociante para cada comunidade e, com base na história de vida de ambos, descreveu-se o seguinte comportamento:

1. estar relacionado à terra, pois ela lhe garante acesso e honra aos negócios;
2. manter uma rotina de presença em alguns locais públicos;
3. ter indicadores de compra e venda no comportamento dos maiores do ramo;
4. não angustiar-se por uma compra ou venda, procurando agir com bom senso;
5. não criar afetividade com os produtos de negócio, mas manter um símbolo;
6. garantir uma renda acessória, suficiente para circular atrás dos negócios;
7. manter uma margem mínima de 5%, que varia com o período inflacionário.

Viver de negócios não é algo totalmente exótico. O que esses agricultores pluriativos fizeram foi assumir um exercício rotineiro na agricultura. Um exercício necessário na construção do patrimônio e que dele normalmente se utilizam. Todo agricultor faz negócio, mas nem todos podem priorizar os negócios e, certamente, nenhum deles sobreviverá somente dos negócios.

### c) Migrações do trabalho

A atividade de tempo parcial mais preponderante foi a prestação de serviço, seja ou não especializada. Entre as artes requisitadas, ocorreram as de pedreiro, carpinteiro, tratorista e professor. Os serviços não especializados foram igualmente requisitados em tarefas agropecuárias e de outros setores, e, neste último, ocorreram as indústrias de manufatura em Santa Luzia e os restaurantes e frigoríficos em São Pedro.

O emprego parcial em outras atividades, aliado aos contratos de arrendamentos, apareceu como instrumento dos jovens adultos para iniciar seu patrimônio, sendo que as histórias de compra da terra, apresentam normalmente um artifício pluriativo de consolidação da sua estratégia de reprodução.

A confluência de pluriatividade e migração somente reafirma a existência de mecanismos de suplantação da impossibilidade pluriativa na unidade de exploração para então realizá-la em outros loci. A proletarização somente ocorre quando não puder manter a condição de produção familiar, sendo que a pluriatividade não necessariamente conduz à proletarização - pelo contrário - pode ser um instrumento de reprodução em meio a tantas e ampliadas relações com a sociedade do capital (Martins, 1984: XVII).

Lembra Chayanov (1974), entretanto, que o desenvolvimento da integração do campesinato no mercado de trabalho extirpa do interior da família os elementos determinantes de sua conduta econômica. Assim, pluriatividade, migração e proletarização se revelam como um trilema existencial de um jogo onde se conformam as estratégias de reprodução da agricultura familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As complexas estratégias de reprodução da agricultura familiar foram mais bem entendidas quando vivenciadas no cotidiano, que é multidisciplinar e diferente segundo o contexto histórico e ambiental de seus personagens.

( Os estudos de casos revelaram haver similaridade na forma como as comunidades sistematizam o seu ambiente, reproduzindo sua organização familiar na organização do espaço e dualizando o sistema de produção em distintas áreas de cultivo e criação.)

( A comunidade rural de Santa Luzia, edificada em um ambiente menos exuberante em recursos naturais que São Pedro, apresentou uma negociação mais complexa e afinada entre homem e meio. Salienta-se que aqueles que ficaram souberam combinar o uso regulado dos recursos naturais aliado a uma sistemática expulsão dos excedentes populacionais.

A comunidade de São Pedro apresentou maiores experiências de associações formais que Santa Luzia. Esta, por sua vez, prefere fortalecer seus elos de parentesco edificados em sua história, seguramente mais antiga que a primeira. Isto gera padrões singulares de civismo que exigem uma compreensão diferenciada de sociabilidade e associativismo.)

A distribuição tradicional das forças de trabalho por sexo e idade na composição do grupo doméstico corresponde cada vez mais à idade que sexo, sendo a mulher cada vez mais percebida como uma força transferível do empreendimento, sendo, portanto, cada vez menos marginal. Apesar da receptividade da mulher no mercado de trabalho urbano, entre os rurais ainda ocorre a divisão do trabalho por gênero e idade. A divisão é dinâmica no tempo, e, de acordo com a relevância econômica da atividade, o sistema produtivo é

reorganizado para que a reprodução social seja personificada no homem e a reprodução orgânica e cultural seja uma atribuição feminina.

A relevância da associação homem/dinheiro e mulher/sustento se mostrou fixa e permitiu refazer o entendimento de que o trabalho feminino seja subordinado ao masculino, pois são diferentes e existe uma fixidez virtual da atribuição do homem para atividades mercadológicas e patrimoniais, e da mulher com a manutenção do equilíbrio familiar.

Os dotes do casamento reproduzem a divisão de papéis da família rural. Quando possuem um estabelecimento próprio, a parcela casa-quintal se conforma como um território feminino, devendo o homem recriar seu espaço, na forma de arrendamento ou venda de mão-de-obra.

No processo de formação de novas famílias, quem circula é a mulher, sendo o homem preso à terra. É normal a prática do casamento trocado, e no cálculo matrimonial de São Pedro é excluída a possibilidade de casamentos entre parentes, sendo que em Santa Luzia é unicamente restritivo o casamento de membros do mesmo sítio (mesmo domicílio).

(É similar o modo como preparam o sucessor e arranjam seus “herdeiros” frente ao Código Civil. Em Santa Luzia ocorreu a figura do “pé-de-boi” e em São Pedro a do “escolhido”; ambos evidenciam que o processo sucessório se inicia antes da partilha da terra.) Apesar disto, os mineiros procuram efetivar a partilha após a morte do dono, agindo de forma sutil e admitindo a unigenitura como um acerto; entretanto, os paranaenses são mais explícitos, e por isso possuem maior número de casos em que o herdeiro único migrou, perdendo o sucessor escolhido.

(Observa-se que o caso mineiro apresentou conflitos entre grupos familiares hierarquicamente constituídos, e no caso paranaense, ocorreram conflitos internos à família, resultado da migração do escolhido.) O risco de

desacerto é diretamente proporcional a existência de sucessores, porque quanto maior o desejo pela terra, mais competitivo serão seus pretendentes.

É obrigação de um sucessor dar apoio aos irmãos excluídos, personificando a guarda simbólica da família. Sendo o melhor instrumento de ajuste da herança: a compra e venda da terra. Uma transação difícil, que imobiliza uma grande quantidade de recursos poupados pelo seu comprador. A poupança é um ingrediente básico para qualquer projeto de vida.

(Em Santa Luzia, a poupança se realiza em gado, e em São Pedro na ampliação de bens imóveis, como carro, grãos e lotes urbanos, que não se reproduzem em si, sendo que ocorrem várias tentativas dos colonos para se aproximarem do gado de leite e da suinocultura.)

A terra é o maior objetivo do crescimento patrimonial, tanto para Santa Luzia como para São Pedro. A primeira procura ampliar seu rebanho em gado, iniciando seu crescimento patrimonial a partir de um padrão sucessório que partilha a terra e reunifica os seus domínios ao longo da trajetória do chefe da família. A segunda procura ampliar sua lavoura comercial, mas inicia o processo numa colônia de duplo domicílio entre sucessor e sucedido sobre um minifúndio com pouco espaço para crescer. Somente houve correlação entre a variação da idade do chefe da família e a quantidade de terra na primeira comunidade, sendo inexpressiva na segunda.

A migração se apresentou como um artifício de capitalização que acelera os preparativos do matrimônio e a indenização dos desonerados. Entre aqueles que migram, a grande maioria é adulta, sendo que existe uma parcela maior de mulheres jovens saindo de São Pedro que de Santa Luzia. Nesta última, a proporção de sexo entre os jovens migrantes é igual.

A busca por rendimentos externos é constante na viabilização da reprodução em ambas as comunidades, sendo que Santa Luzia apresentou maior pluriatividade que São Pedro.)

As funções pluriativas seguiram a mesma tendência da divisão do trabalho: quando a renda obtida é utilizada na manutenção da família é realizada pela mulher, e quando gera recursos substanciais em poupança o é pelo homem.

O ato de vender pareceu a esta pesquisa como uma atividade tão penosa, ou mais, que a produção, sendo muitas vezes o elemento definidor da pauta do sistema de produção. Observou-se que a introdução de um novo produto no mercado é realizada em uma demanda descoberta aos poucos. E o início de uma ação pluriativa inovadora ocorre nos momentos de maior necessidade.

Percebeu-se a mesma intermediação do negócio agrícola com as figuras do “catireiro”, entre os mineiros, e “briqueador” entre os colonos paranaenses, que também seguem princípios únicos de comportamento. A prestação de serviço foi a atividade externa preponderante em ambas as comunidades, sendo mais requisitadas no meio rural as artes de: pedreiro, carpinteiro, tratorista e professor. O emprego em tempo parcial, aliado aos contratos de arrendamento e parceria, aparecem como os primeiros instrumentos dos jovens para alavancar o crescimento patrimonial.

As histórias de compra de terra normalmente apresentam uma tática pluriativa de consolidação. E a confluência de pluriatividade e migração somente reafirma a existência de mecanismos de suplantação do impossível pluriativo na unidade de produção com a procura dessa alternativa em outros loci. A pluriatividade não significou proletarização, enquanto mantida as condições reprodutivas da produção familiar.

A reprodução da agricultura familiar se assemelhou ao desenvolvimento da unidade de exploração, com conflitos e alianças que suportam pressões internas e externas à família, e que age sobre si num esforço de auto-exploração e reprodução.

Dentre as diferentes estratégias de reprodução, foram direcionados esforços para estudar a organização do trabalho, sucessão familiar, formação do patrimônio e a pluriatividade. Tais questões prioritárias e suas inter-relações, apesar de insuficientes, muito contribuíram para a explicação do fenômeno das estratégias de reprodução.

Existem ainda outros temas, que poderiam ser incluídos em futuros trabalhos, tais como: o uso do crédito agrícola, participação em projetos de desenvolvimento, associativismo e comercialização. Esses temas foram tangenciados pelo presente trabalho, e, se aprofundados, poderiam também contribuir para compreender a reprodução da agricultura familiar.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992. 275p.(Estudos rurais; 12)
- ABRAMOVAY, R. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense.** São Paulo: Universidade de São Paulo. 1981. 274p. (Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** Chapecó/Brasília: FAO/EPAGRI, abr.1997. 45p.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1998. (Grupo de Trabalho sobre Processos e Movimento Sociais no Campo).
- ALENCAR, E. **Metodologia de pesquisa.** Lavras: UFLA, 1997. 14p. Apostila.
- ALENCAR, E. **Paradigma, Ontologia, Epistemologia, Metodologia e Método.** Lavras: UFLA, 1997. 14p. Apostila.
- ALMEIDA, M. W. B. de. **Redescobrimdo a família rural.** In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Campinas: UNICAMP. 1986. Junho n.º 1 vol.1 pág.66 a 83.
- ANTONIALI, L. M. **Processo sucessório em empresas familiares: um tema carente em pesquisas no setor rural.** In: **Cadernos de Administração Rural.** Lavras: Universidade Federal de Lavras. 1995. Jul./Dez. ano 7(2), p.112-124.
- BAPTISTA, F. O.; **Agricultura e Capitalismo na Europa do Sul. Uberlândia.** In: SHIGEO, S., GRAZIANO da SILVA, J., ORTEGA, A. C. **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro.** Uberlândia: UFU/UNICAMP/EMBRAPA 1997. p. 45 a 73.

- BORDIEU, P. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990. 234p.**
- BOSERUP, E. Evolução Agrária e Pressão Demográfica. Tradução de Oriowaldo Queda e João Carlos Duarte. São Paulo: Editora HUCITEC/Editora POLIS. 1987. 141p. Tradução de "The Conditions of Agricultural Growth" Londres, (1972).**
- CÁCERES, D. M. Estrategias campesinas en sociedades rurales contemporaneas. Revista de la Facultad de Agronomía, Buenos Aires, v.15, n.1, p.67-72, 1995.**
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1997, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS, 1997. (DISQUETE)**
- CAMPOMAR, M. C. Do uso de "estudo de caso" em pesquisas para dissertações e teses em administração. In: Revista de Administração de Empresas, São Paulo: EAESP/FGV. 1991. Vol. 26, n.3, p.95-97.**
- CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7ª Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1987. 284p.**
- CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 342p. Tradução de: Instituto de Investigación Científica de Economía Agrícola de Moscú. 1925.**
- CHAYANOV, A. V. "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas". In: GRAZIANO DA SILVA, J.;STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981.**
- COSTA, F. de A. O investimento na economia camponesa: considerações teóricas. Revista de Economia Política. São Paulo, v.15, n.1(57), p.83-100, janeiro-março. 1995.**
- DESER. Caracterização da agricultura familiar e propostas de políticas diferenciadas. Boletim do DESER. Curitiba, n. 77, p. 29-34, dez. 1996**

- FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: FAO/INCRA, março de 1995. 24p. (Resumo do relatório do projeto UTF/BRA/036).
- GARAY, A. B. S. Entraves à sucessão em empresas familiares. In: **Revista Análise.** Porto Alegre: Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da PUC - RS. 1996. vol.7, n.1, p.163-179.
- GARCIA JUNIOR, A. R. **O sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UNB/MCT/CNPq, 1989. 285p.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo: EAESP/FGV. 1995. Vol. 35, n.2, p.57-63.
- GOMES, I. Z. **1957: a revolta dos posseiros.** Curitiba: Edições CRIAR. 1986. 121p.
- GRAZIANO DA SILVA. **O novo rural brasileiro.** Campinas: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).
- INFANTE, S. P. **Relaciones sociales en un espacio agrário en transformacion: un analisis de los productores familiares en la comuna de Collipulli, Sur de Chile.** Porto Alegre: IFCH/UFRGS. 1997. 228p. (Dissertação - Mestrado em Sociologia).
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno estatístico municipal de Capanema - Paraná. **BASE PUBLICA.** 1996.
- KAGEYAMA, A. Pluratividade na Agricultura: alguns aspectos conceituais. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL,** 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. p.555-566.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Porto: Portucalense editora. 1972. 221p.
- KIYOTA, N. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema - região sudoeste do Paraná.** Lavras: UFLA, 1999. 145p. (Dissertação de mestrado em Adm. Rural).

- LAMARCHE, H. (coord.). A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução por Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. 336p. Tradução de: L'agriculture familiale.
- LARA, M. Z. Fazenda velha: os efeitos da modernização numa povoação rural no município de Formiga - MG.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 1990. 106p. (Dissertação de mestrado em Educação).
- LAZIER, H. Análise histórica da posse da terra no sudoeste paranaense.** Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná / Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. 1986. 194p.
- LENIN, W. I. El desarrollo del capitalismo en Rusia.** Moscou: Editora Progreso, 1979.
- LOVISOLO, H. R. Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação.** Campinas: Editora da UNICAMP. 1989. 231p.
- MAIA, E. M. M. Trabalho familiar e situação econômico-social da pequena produção no município de Formiga, Minas Gerais.** Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 1982. 104p. (Dissertação de mestrado em Ext. Rural).
- MALINOWSKI, B. Os argonautas do pacífico ocidental.** São Paulo: Editora Abril, 1978.
- MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil.** 4ª Ed. Petrópolis: VOZES, 1990. 132p.
- MARTINS, J. de S. Prefácio.** In: TAVARES DOS SANTOS, J.V. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182p.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 12ª Edição. Rio de Janeiro: BERTTRAND BRASIL, 1989. Volume II. Capítulos XIV a XXV. P. 583 a 933. Tradução de: Das kapital: kritik der politischen ökonomie. 1890.

- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa & Flávio R. Kothe. São Paulo: NOVA CULTURAL, 1996. Volume II. Capítulos XIII a XXV 394p. Tradução de: Das kapital: kritik der politischen ökonomie. 1890.
- MENASCHE, R.; ESCHER, M. S. **Gênero e Agricultura Familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. Curitiba: DESER. 1996. 105p.
- MOURA, M. M. **Os herdeiros das terras: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 100p.
- NAVES, F. L. **A construção social da organização - um estudo em duas comunidades rurais**. Lavras: UFLA, 1997. 107p. (Dissertação de mestrado em Administração Rural)
- PAIVA, C. de A. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1996. 229p. (Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).
- PAPMA, F. **Contesting the household Estate - Southern Brazilian Peasants and Modern Agriculture**. Centre for Latin American Research and Documentation, Leiden. (Holanda).1992. 276p.
- PAPMA, F. **Fim da picada: Filhos sem terra numa comunidade onde terminou a fronteira agrícola**. 1987, 26p. (mimeografado)
- PAULILO, M.I.S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Editora da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 184p.
- PERONDI, M. A.; KFYOTA, N. **Análise e diagnóstico de sistemas agrários: o caso de uma associação de produtores rurais no sudoeste de Minas Gerais**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 3., 1998, Florianópolis: Anais... Florianópolis: SBS, 1998. 17p. (CD 333.76 AGRIS E 16)
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. F.G.V. EDITORA, 1996. 257p. Tradução de: Making democracy work: civic traditions in modern Italy. PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 1993.

- QUEIROZ, M. V. de. Messianismo e conflito social (a guerra sertaneja do contestado:1912-1916). 2ª ed. São Paulo: ÁTICA, 1977. 325p.**
- REGO, R.M.L. Tensões sociais na frente de expansão: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná - 1940/1970. São Paulo. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: Editora da UNICAMP / ICONE. 1985. p. 186 a 228.**
- RIBEIRO, D. Uirá sai à procura de Deus: ensaios de etnologia e indigenismo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e-Terra, 1976, 173p.**
- RIBEIRO, E. M. Fazenda Pica-Pau, Miradouro, Minas Gerais: Estudo sobre a família, o trabalho e a reprodução de agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais. Belo Horizonte: mimeografado, 1992. 1-12p.**
- RIBEIRO, E. M. Fé, produção e política: experiências associativas de camponeses em Minas Gerais. São Paulo: LOYOLA, 1994 p. 64p (7º Cadernos de Estudos da CPT)**
- RIBEIRO, E. M. GALIZONI, F. M. Catira de gado e ocupações não-rurais: duas alternativas de reprodução de produtores de leite do Oeste de Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. Anais... Brasília: SOBER, 1998. p.953-964.**
- RIBEIRO, E. M. Lavouras, Ambientes e Migrações. In: Travessia. São Paulo [s.v.], [s.n.], p. 14 a 18, Maio/Agosto, 1997.**
- RIBEIRO, E. M. Os Fazendeiros da cultura: estudo sobre a fazenda “tradicional” e a modernização na região mineira dos cerrados. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 1986. 226p. (Dissertação de mestrado em História).**
- SACCO DOS ANJOS, F. A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Editora da UFPEL. 1995. 169p.**
- SAINT-HILAIRE, A. Viagem às nascentes do rio São Francisco. Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: EDUSP, 1975. 190p. Tradução de: Voyage aux Sources du Rio de S. Francisco. (Paris, 1847).**

- SANDRONI, P. **Dicionário de Economia e Administração**. São Paulo: NOVA CULTURAL, 1996. 448p.
- SERVA, M.; JAIME JUNIOR., P. Observação participante e pesquisa em Administração: uma postura antropológica. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: EAESP/FGV. 1995. Vol. 35, n.1, p.64-79.
- SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro: in: **Boletim do Museu Nacional**. n. 52. 30 de maio de 1985. p.1-27.
- SHALINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). In: **Mana: Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ. vol.3, n.1, p. 41-73, abril de 1997.
- SHANIN, T. Campesinato. In: OUTHWAITE, W., BOTTOMORE, T., GELLNER, E. et al. **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahard Editora. 1996. 970P. Tradução de: The Blackwell dictionary of Twentieth-Century social thought. (Oxford - Inglaterra.)
- SPENCER, A. Linguística. In: OUTHWAITE, W., BOTTOMORE, T., GELLNER, E. et al. **Dicionário do Pensamento Social do século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahard Editora. 1996. 970P. Tradução de: The Blackwell dictionary of Twentieth-Century social thought. (Oxford - Inglaterra.)
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês**. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1984. 182p.
- TORRENS, J. C. S., MAGALHÃES, R. S. A dinâmica do rural-urbano em Blumenau. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: SOBER, 1998. p 669-681.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: ATLAS, 1987. 175p.
- VEIGA, J.E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da USP: HUCITEC. 1991. 219p. (Estudos rurais; 11)

- VERLEYSEN, R. N. A. **“Capanema: ontem !? hoje !? aqui !?”** Rio de Janeiro: Editora Publicidades e Vendas Rua Sta. Clara,33 C.X.P 06. Número I. 1970. 16p.
- VIEIRA, S.;WADA, R. **Estatística: introdução ilustrada. 2: ed.** São Paulo: ATLAS. 1988.176.
- VOLTOLINI, S. **Retorn2: Pato Branco na revolta dos posseiros de 1957.** Pato Branco: ARTEPRES. 1997. 232p.
- WAGNER, C. **Brasil de bombachas.** Porto Alegre: Editora L&PM, 1995 131p. (Edição especial produzida especialmente para New Holland e Zero Hora).
- WAIBEL, L. **Princípios da colonização européia no sul do Brasil.** In: **Revista Brasileira de Geografia.** ano XIX, n. 2, abril/junho. 1949.
- WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: Encontro Anual da ANPOCS, 20, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1996. 15p. (GT 17 ).
- WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas.** Tradução de Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976. 150p. Tradução de: **Foundations of Modern Antropology.** (PRENTICE-HALL INC. de New Jersey, EUA em 1966).
- WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste.** São Paulo-Brasília: Editora da USP: HUCFFEC/Edunb. 1995. 336p.
- WOORTMANN, K. **Com parente não se negoceia: O campesinato como ordem moral.** In: **Anuário Antropológico/87.** Brasília: Editora UNB/Tempo Brasileiro, 1990. P.11-73.
- WOORTMANN, K. **Migração, família e campesinato.** In: **Revista Brasileira de Estudos de População.** Campinas: Fundação SEADE/UNICAMP. jan./jun. 1990. v.7, n.1, p.35-53.

## ANEXOS

### ANEXO A

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| TABELA 1A | Relação dos chefes de família entrevistados com seus respectivos apelidos e referências em Santa Luzia, Formiga - MG.....         | 158 |
| TABELA 2A | Classificação etária dos chefes de família em relação ao número de membros, de unidades de trabalho e da quantidade de terra..... | 159 |
| TABELA 3A | Relação dos chefes de família entrevistados com seus respectivos apelidos e referências em São Pedro, Capanema - PR.....          | 161 |
| TABELA 4A | Classificação etária dos chefes de família em relação ao número de membros, de unidades de trabalho e da quantidade de terra..... | 162 |

### ANEXO B

|            |   |     |
|------------|---|-----|
| ROTEIRO B1 | Roteiro das entrevistas semi -estruturadas..... | 163 |
|------------|---|-----|

### ANEXO C

|         |                              |     |
|---------|------------------------------|-----|
| FOTO C1 | Agricultura de sitiante..... | 164 |
| FOTO C2 | Agricultura de colono.....   | 164 |
| FOTO C2 | Pecuária de sitiante.....    | 165 |
| FOTO C4 | Pecuária de colono.....      | 165 |
| FOTO C5 | Negócio de sitiante.....     | 166 |
| FOTO C6 | Negócio de colono.....       | 166 |

TABELA 1A Relação dos chefes de família entrevistados com seus respectivos apelidos e referências em Santa Luzia, Formiga - MG

| Nome próprio                      | Apelido                  | Referências             |
|-----------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Aloísio F. da Silva               | <i>Aloísio</i>           | Pai do Juvenil          |
| Altair Alves Fernandes            | <i>Altair Cachoeira</i>  | Filho do Zé Cachoeira   |
| Amado José Arantes                | <i>Amador Lena</i>       | Irmão do Zé Lica;       |
| Antônio A. Arantes                | <i>Antônio Anoro</i>     | Pai do Paulinho         |
| Antônio E. da Silva               | <i>Garrote</i>           | Presidente da Capela    |
| Divino Antônio Alves              | <i>Divino</i>            | Filho do Tião Vigilato  |
| Edivaldo A. Alves                 | <i>Edivaldo</i>          | Filho do Nilso          |
| Geraldo A. do Couto               | <i>Geraldo Cachoeira</i> | Irmão do Juca           |
| Guilhermina do Couto <sup>i</sup> | <i>Viúva Cachoeira</i>   | Viúva do Cachoeira      |
| Javé Simão da Costa               | <i>Simão</i>             | Irmão do Zé Quinca      |
| José Antônio Alves                | <i>Zé Tião</i>           | Irmão do Divino         |
| José Antônio Alves <sup>ii</sup>  | <i>Zé Joaquim</i>        | Irmão do Manoel         |
| José da Silva Alves               | <i>Zizinho</i>           | Filho do Zé Joaquim     |
| José Luis da Silva <sup>iii</sup> | <i>Zé Quinca</i>         | Irmão do Mário          |
| José Manoel Alves                 | <i>Zé Mané</i>           | Filho do Manoel Joaquim |
| José N. Arantes                   | <i>Zé Lica</i>           | Irmão do Amador Lena    |
| Juvenil F. da Silva               | <i>Juvenil Aloísio</i>   | Filho do Aloísio        |
| Manoel A. Alves <sup>iv</sup>     | <i>Mané Vigilato</i>     | Filho do Zé Vigilato    |
| Manoel Antônio Alves              | <i>Manoel Joaquim</i>    | Irmão do Zé Joaquim     |
| Manoel C. Alves                   | <i>Néca Cassiano</i>     | Irmão do Dodô Cassiano  |
| Maria José A. da Silva            | <i>Zezé</i>              | Viúva do Zé Marcelino   |
| Marinha A. de Morais <sup>v</sup> | <i>Marinha</i>           | Viúva (Mãe do Celinho)  |
| Mário José da Costa               | <i>Mário do Quinca</i>   | Irmão do Zé Quinca      |
| Mauri José de Faria               | <i>Mauri</i>             | Genro do Nilso          |
| Messias José Alves                | <i>Messias</i>           | Filho do Zé Joaquim     |
| Nilso Alves                       | <i>Nilso Vigilato</i>    | Irmão do Manoel         |
| Oliveira A. de Faria              | <i>Oliveira do Dico</i>  | Filho da Tereza         |
| Paulo A. Arantes                  | <i>Paulo</i>             | Filho do Antônio Anoro  |
| Paulo Antônio Alves               | <i>Paulinho</i>          | Irmão do Célio          |
| Roberto O. da Costa               | <i>Roberto Barrera</i>   | Primo do Amado          |
| Salvador C. da Silva              | <i>Dodô Cassiano</i>     | Irmão do Néca Cassiano  |
| Silvo Antônio Alves               | <i>Silvino</i>           | Filho do Zé Tião        |
| Terezinha de S. Faria             | <i>Tereza do Dico</i>    | Viúva do Dico           |

Dados da pesquisa de campo, Formiga - MG (1998).

<sup>i</sup> Entrevista com o filho mais velho solteiro (*Juca*), “Pé-de-boi da família”.

<sup>ii</sup> Entrevista com o filho mais velho solteiro (*Ré Marco*), “Pé-de-boi da família”.

<sup>iii</sup> Entrevista com o genro *Giovani*, o novo chefe da família.

<sup>iv</sup> Chefe da família, tendo o filho mais novo (*Gilmar*), como seu “Pé-de-boi”.

<sup>v</sup> Entrevista com o filho mais velho solteiro (*Celinho*), “Pé-de-boi da família”.

TABELA 2A Classificação etária dos chefes de família em relação ao número de membros, de unidades de trabalho e da quantidade de terra.

| Letra | Código |           | Nº membros | UTH <sup>vi</sup> | CPTA <sup>vii</sup> | ha (y) |
|-------|--------|-----------|------------|-------------------|---------------------|--------|
|       | Gênero | Idade (x) |            |                   |                     |        |
| M     | homem  | 27        | 3          | 1,75              | 0,58                | 3,00   |
| M     | homem  | 29        | 3          | 1,75              | 0,58                | 6,00   |
| G *   | homem  | 29        | 6          | 2,75              | 0,46                | 12,00  |
| E     | homem  | 30        | 4          | 1,75              | 0,44                | 3,00   |
| J     | homem  | 35        | 4          | 1,75              | 0,44                | 12,00  |
| Z     | homem  | 35        | 6          | 3,25              | 0,54                | 7,50   |
| G     | homem  | 36        | 2          | 1,75              | 0,88                | 12,00  |
| P     | homem  | 38        | 4          | 2,25              | 0,56                | 9,00   |
| P     | homem  | 41        | 1          | 1,00              | 1,00                | 22,00  |
| S     | homem  | 42        | 5          | 2,25              | 0,45                | 10,00  |
| Z     | homem  | 44        | 4          | 2,75              | 0,69                | 2,00   |
| O     | homem  | 47        | 5          | 2,75              | 0,55                | 39,00  |
| S     | homem  | 48        | 1          | 1,00              | 1,00                | 24,00  |
| D     | homem  | 50        | 5          | 4,00              | 0,80                | 49,00  |
| N     | homem  | 51        | 5          | 4,75              | 0,95                | 120,00 |
| A     | homem  | 53        | 4          | 3,00              | 0,75                | 29,00  |
| M     | homem  | 53        | 6          | 3,25              | 0,54                | 24,00  |

"...continua..."

\* Genro do proprietário que por sua vez reside na cidade.

<sup>vi</sup> Unidade de Trabalho Homem corresponde a 8 horas/dia de trabalho de um homem; 0,75 para a mulher e idosos; e 0,50 para as crianças de 7 a 14 anos. (Maia, 1982)

<sup>vii</sup> Capacidade Produtiva do Trabalho Agrícola, obtido pela relação entre o número de trabalhadores (EQH) pelo número de membros do grupo doméstico. (Maia 1982: 52)

“TABELA 2A, continuação...”

|                |        |          |      |        |            |         |
|----------------|--------|----------|------|--------|------------|---------|
| N              | homem  | 55       | 3    | 2,75   | 0,92       | 24,0    |
| Z              | mulher | 55       | 7    | 5,25   | 0,75       | 30,0    |
| G              | homem  | 57       | 4    | 3,50   | 0,88       | 135,0   |
| G **           | mulher | 57       | 2    | 1,75   | 0,88       | 7,5     |
| A              | homem  | 63       | 2    | 1,50   | 0,75       | 150,0   |
| M              | homem  | 63       | 4    | 3,25   | 0,81       | 90,0    |
| Z              | homem  | 63       | 6    | 3,50   | 0,58       | 33,0    |
| A              | homem  | 65       | 2    | 1,50   | 0,75       | 15,0    |
| D              | homem  | 65       | 2    | 1,50   | 0,75       | 9,0     |
| T ***          | mulher | 66       | 1    | 0,75   | 0,75       | 3,0     |
| Z ***          | homem  | 66       | 2    | 1,50   | 0,75       | 29,0    |
| M **           | mulher | 68       | 3    | 2,50   | 0,83       | 48,0    |
| A              | homem  | 71       | 2    | 1,50   | 0,75       | 21,0    |
| M              | homem  | 71       | 5    | 4,75   | 0,95       | 24,0    |
| Z **           | homem  | 72       | 4    | 3,50   | 0,88       | 27,0    |
| R              | homem  | 78       | 3    | 2,25   | 0,75       | 180,0   |
| Soma total     | =      | 1.723    | 120  | 83,00  | 23,93      | 1.209,0 |
| Média          | =      | 52       | 3,64 | 2,51   | 0,73       | 36,6    |
| usando valores |        | diretos  |      | usando | valores    | médios  |
| $r_p =$        |        | 0,435 *  |      |        | $r_{pm} =$ | 0,541   |
| $r_s =$        |        | 0,494 ** |      |        | $r_{pm} =$ | 0,692   |

Dados de pesquisa (Santa Luzia, 1998)

\*\* Proprietário domiciliado, mas com filho administrador (homem, + velho e solteiro).

\*\*\* Proprietário delega a um filho de outro domicílio a administração.

TABELA 3A Relação dos chefes de família entrevistados com seus respectivos apelidos e referências em São Pedro, Capanema - PR

| Nome próprio                   | Apelido               | Referências              |
|--------------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Ademar Streit                  | <i>Ademar</i>         | Presidente da CFR        |
| André Pieri                    | <i>André Pieri</i>    | (-)                      |
| Antônio Pontin                 | <i>Antônio Pontin</i> | (-)                      |
| Aparício V. de Vargas          | <i>Aparício</i>       | Sogra do Doca            |
| Carlos Münik                   | <i>Russo</i>          | Família luterana         |
| Claro Vons                     | <i>Claro Vons</i>     | Dono da cancha de bocha  |
| Doralice Miski <sup>viii</sup> | <i>Dora</i>           | Viúva do Albino Minski   |
| Edgard Münik                   | <i>Édega</i>          | Filho do Russo           |
| Edio Morgensten                | <i>Edio</i>           | (-)                      |
| Enio João Lenharrt             | <i>Enio</i>           | (-)                      |
| Gabriel Vons <sup>ix</sup>     | <i>Gabriel</i>        | Pai do Doca              |
| Gilberto A. Bieseki            | <i>Beto</i>           | Irmão da Dora            |
| Horácio Pedron                 | <i>Horácio</i>        | Irmão do Nori            |
| Ivanir Ferreira                | <i>Ivanir</i>         | Brasileiro               |
| José Fra                       | (-) <sup>x</sup>      | Arrendatário             |
| Lauro Bieski                   | <i>Lauro</i>          | Irmão da Dora            |
| Lori Bucks                     | (-) <sup>xi</sup>     | Arrendatário             |
| Luiz Bieski                    | <i>Tito</i>           | Irmão do Célio           |
| Ocelio João Roher              | <i>Ocelio</i>         | Arrendatário             |
| Pedro Bieseki                  | <i>Pedro Bieseki</i>  | Irmão mais velho da Dora |
| Renôr Pedron                   | <i>Nori</i>           | Presidente da capela     |
| Richieri Falcade               | <i>Ricieri</i>        | (-)                      |

Dados da pesquisa de campo, Capanema - PR (1998).

<sup>viii</sup> Chefe de família, que escolheu sucessor o filho mais novo e casado (*Hélio*).

<sup>ix</sup> Chefe de família, que escolheu sucessor o segundo filho mais novo e casado (*Doca*).

<sup>x</sup> É um morador novo em São Pedro e ainda não está integrado na sinonímia local.

<sup>xi</sup> Um arrendatário "brasiguai" recém chegado do Paraguai.

**TABELA 4A Classificação etária dos chefes de família em relação ao número de membros, de unidades de trabalho e da quantidade de terra.**

| Código          |          | Idade (x) | Membros        | UTH      | CPTA  | ha (y) |
|-----------------|----------|-----------|----------------|----------|-------|--------|
| Letra           | Gênero   |           |                |          |       |        |
| T               | homem    | 33        | 3              | 1,75     | 0,58  | 12,10  |
| E               | homem    | 39        | 6              | 4,00     | 0,67  | 14,50  |
| B               | homem    | 40        | 4              | 2,75     | 0,69  | 4,80   |
| N               | homem    | 44        | 5              | 3,25     | 0,65  | 14,50  |
| R               | mulher   | 45        | 5              | 2,75     | 0,55  | 4,80   |
| E               | homem    | 45        | 4              | 3,25     | 0,81  | 10,20  |
| A               | homem    | 46        | 4              | 2,75     | 0,69  | 15,90  |
| C               | homem    | 49        | 5              | 2,75     | 0,55  | 10,50  |
| A               | homem    | 49        | 4              | 2,25     | 0,56  | 7,80   |
| L               | homem    | 51        | 2              | 1,75     | 0,88  | 4,80   |
| A               | homem    | 53        | 2              | 1,75     | 0,88  | 16,90  |
| D*              | mulher   | 60        | 4              | 2,50     | 0,63  | 9,60   |
| H               | homem    | 61        | 3              | 2,50     | 0,83  | 9,70   |
| R               | homem    | 62        | 3              | 1,50     | 0,50  | 8,50   |
| P               | homem    | 62        | 4              | 3,50     | 0,88  | 9,70   |
| G**             | homem    | 62        | 6              | 3,75     | 0,63  | 12,10  |
| A               | homem    | 70        | 3              | 1,50     | 0,50  | 19,40  |
| C**             | homem    | 73        | 6              | 3,25     | 0,54  | 10,30  |
| Soma total =    |          | 944       | 73             | 47,50    | 12,00 | 196,10 |
| Média =         |          | 52        | 4,05           | 2,16     | 0,67  | 10,89  |
| valores diretos |          |           | valores médios |          |       |        |
| $r_p =$         | 0,140 ns |           | $r_{pm} =$     | 0,144 ns |       |        |
| $r_s =$         | 0,038 ns |           | $r_{pm} =$     | 0,119 ns |       |        |

Dados da pesquisa de campo, Capanema - PR (1998).

\* Proprietário domiciliado, mas com filho administrador (homem, + novo e casado).

\*\* Proprietário domiciliado, sendo administrador o segundo filho mais novo (casado).

## **ROTEIRO B1 Roteiro das entrevistas semi-estruturadas.**

### **I - FAMÍLIA**

- Trajetória da formação e história do trabalho familiar.
- Nome do homem, mulher e filhos, com as épocas de nascimento e casamento.
- Período em que trabalhou na terra do pai e por conta própria, (ver transição).
- Descrição dos filhos (nome, idade, ocupação, estudo e estado civil).

### **II - TERRA**

- Estratégia de aquisição, ampliação, reprodução e herança.
- A exploração agropecuária (sozinho, associada, própria, arrendada).
- Histórico da eliminação e introdução de novos cultivos e criações.
- Comercialização (quando, para quem, onde armazena e compra os insumos).

### **III - PATRIMÔNIO**

- Qual o propósito do trabalho?
- História de compra e venda de terras (ano, quantidade, de quem, pagamento).
- Rebanho animal (número atual de vacas, novilhas, bezerros, bois, touro, etc.).
- Maquinário, equipamentos e benfeitorias.

### **IV - COMUNIDADE**

- Qual é o conceito / critério de sociabilidade.
- O que vale, para que serve e como ele percebe.
- Vizinhança, parentesco e lazer coletivo.
- Entidades e funções assumidas (escola, igreja, associativismo, etc.).
- Festas que participa.



**FOTO C1 - Agricultura de sitiante:** Mutirão para carpir uma lavoura de mandioca da “Associação dos pequenos produtores do Córrego do Atalho - Vigilatos”. (Formiga - MG, 1998)



**FOTO C2 - Agricultura de colono:** Plantio manual do feijão, uma cultura que envolve toda família. (Capanema -PR, 1998)



**FOTO C3 - Pecuária de sitiante:** Observa-se a presença de todos os figurantes do carro de boi, cuja junta é mestiça entre as raças Caracú e Girolanda, mistos entre força de tração, carne e leite. (Formiga - MG, 1998)



**FOTO C4 - Pecuária de colono:** Gado europeu, apropriado para a produção leiteira, que por estar confinado a pequenas áreas de pastagens, normalmente necessita de suplementação forrageira. (Capanema -PR, 1998)



**FOTO C5 -** Negócio de sitiante: Manhã de sábado na feira livre da cidade, espaço de negócio da produção agropecuária, seja própria ou consignada com a vizinhança. (Formiga - MG, 1998)



**FOTO C6 -** Negócio de colono: Participação na 9ª Feira do Melado. A banca está ornamentada com uma maquete do processo de transformação da cana-de-açúcar em melado e açúcar mascavo. (Capanema -PR, 1998)